

O POPULISMO EM CRISE

(1953 - 1955)

por

Armando Boito Júnior

- Dissertação de mestrado elaborada sob a orientação do dr. Décio Azevedo Marques de Saes apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Campinas, setembro de 1976.

I N T R O D U Ç Ã O

O objetivo central deste trabalho é explicar as condições e as lutas que provocaram o golpe de 23 de agosto de 1954. Secundariamente, pretende-se indicar os rumos que tomou a luta de classes no decorrer de 1955, apontando-se para as consequências que a crise de 1953-1955 teve sobre a história política posterior.

Não se trata, este, de um estudo que acompanha, pormenorizadamente, as alterações moleculares na correlação política de forças, de modo a explicar, com precisão, porque, por exemplo, a deposição de Vargas se deu desta e não daquela forma e exatamente em agosto de 1954 e não em outra época próxima. Vale dizer, não serão examinadas todas as contradições pertinentes à luta política travada no período não se fazendo, por exemplo, o exame de questões tais como as opções de menor relevo, mas nem por isso desprovidas de importância, que as direções políticas das forças em luta tomaram, e que não teriam porque, necessariamente, tomar. O que este trabalho pretende é examinar as contradições fundamentais que movimentavam a luta política, mostrando a articulação entre elas e hierarquizando a eficácia de cada uma dessas contradições na determinação do desenvolvi

mento da luta. Desta forma, a periodização que aqui se faz da conjuntura, procurando indicar os principais momentos de alteração da correlação política de forças, é um tanto grosseira, e, sem dúvida, poderia ser mais detalhada. Contudo, todas essas ressalvas não alteram um fato fundamental. Estamos convencidos de que as contradições e os momentos da luta que aqui não foram tratados encontram-se subordinados às questões que procuramos esclarecer. Portanto, ainda que um ensaio sempre esteja sujeito a reformulações posteriores, por ora, pensamos que a análise do golpe de agosto de 1954 pode ser feita de várias formas, desde que nenhuma delas deixe de lado, ou sequer relegue a um plano secundário, os problemas que analisamos neste trabalho.

No primeiro capítulo deste estudo analisamos o desenvolvimento da luta política no interior da burguesia. Já aí encontram-se integradas na análise a luta da pequena burguesia das cidades e o movimento operário, ainda que não se faça menção explícita a este último. No segundo capítulo analisamos o desenvolvimento da luta de classes na conjuntura aberta pela greve geral de 1953. No item Observação Final procuramos, de forma muito breve, indicar as alterações no posicionamento das classes, após a deposição de Vargas.

Quero deixar meu agradecimento a Décio Saes que, nas inúmeras discussões que tivemos, apresentou várias sugestões que foram aproveitadas nesse trabalho. Sou grato também a Maria Emília Sedeh Boito, que realizou o levantamento dos dados referentes ao Sindicato dos Bancários; a Jorge Eduardo Sedeh Boito e a Saulo Paulino Loner que se incumbiram da datilografia e da impressão deste trabalho; aos funcionários da Biblioteca Roberto Simonsen, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, aos funcionários do Arquivo Edgar Leuenroth, da Unicamp, ao Sindi

cato dos Bancários de São Paulo e aos funcionários da Bibliote
ca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp pela
gentileza com que nos atenderam e pela orientação que nos fornece
ram, facilitando nosso trabalho de pesquisa das fontes docu
mentais existentes nessas instituições.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São
Paulo - FAPESP - forneceu as condições materiais para a realizaç
ão deste trabalho. O autor deixa aqui seu agradecimento a esta
instituição que vem colaborando, decisivamente, para o desenvolv
imento da pesquisa e do debate científico no Brasil.

C A P Í T U L O I

- I -

O nível de organização da burguesia industrial e sua conseqüente capacidade de fazer valer, por meios próprios, seus interesses na política de Estado não podem ser sobreestimados. Nota-se, contudo, que a mobilização da classe cresce na medida em que se aguça a luta política nos primeiros anos da década de 1950. A partir de 1953, a fração industrial da classe dominante começará a colocar-se de forma mais conseqüente a tarefa de mobilizar-se, organizar-se e fazer valer junto ao Estado suas deliberações. Neste processo, cujo marco inicial foi a Primeira Reunião Plenária da Indústria Para a Análise da Conjuntura Econômica do País, realizada na cidade de São Paulo entre 27 de maio e 3 de junho de 1953, é a burguesia industrial paulista que se define como setor de vanguarda da classe.

Era de se esperar que o Estado industrialmente mais desenvolvido tivesse a burguesia industrial mais ativa. Foi o que ocorreu. E ocorreu de tal forma, que todas as iniciativas da classe passaram a ser comandadas pela Federação e pelo Cen

tro das Indústrias do Estado de São Paulo.⁽¹⁾ A Primeira Reunião Plenária da Indústria Para a Análise da Conjuntura Econômica do País, que congregou todas as Federações Industriais do país e contou com a participação da CNI (Confederação Nacional da Indústria), foi promovida pela FIESP-CIESP. Nas vezes em que a burguesia industrial utilizou-se da grande imprensa para, através de manifestos, externar seus interesses, foi da FIESP-CIESP que partiu a iniciativa. E em tais ocasiões, as outras Federações vieram logo em seguida a público hipotecar sua solidariedade aos burgueses paulistas. A burguesia industrial brasileira reconhecia-se na burguesia paulista e esperava que o "maior parque industrial da América Latina", conforme já diziam na época, apontasse-lhe o caminho a seguir. É, pois, na burguesia paulista que se deve centrar a análise da luta econômica e política da burguesia industrial.

No período que antecede à greve geral de março-abril de 1953, a burguesia industrial ocupar-se-á, fundamentalmente, da política do Estado em relação à utilização das reservas cambiais obtidas com a exportação de mercadorias. Ao controle exercido pela CEXIM sobre as divisas e à decorrente necessidade de se obter licença prévia junto àquele órgão governamental para se importar qualquer tipo de mercadoria, a burguesia industrial apresentará dois tipos de resposta. Uma, mais imediatista, e menos pretenciosa, consistia em recolher, nas reuniões semanais da diretoria de sua entidade econômico-corporativa, os pedidos de licença para importação que os industriais ainda tinham pendentes na CEXIM e comunicar-se, em seguida, com a diretoria deste órgão, para pressioná-lo no sentido de expedir as licenças. Quando os pedidos pendentes se avolumavam, a diretoria da FIESP-CIESP dirigia-se ao Rio de Janeiro para interceder

junto à CEXIM e, às vezes, junto a Ministros de Estado, preferencialmente Horácio Láfer, o então Ministro da Fazenda. A burguesia industrial obtinha êxito com este tipo de pressão. Cada vez que regressavam do Rio de Janeiro, os diretores da FIESP-CIESP, ao apresentarem os resultados positivos da empreitada, viam crescer seu prestígio e aceitação junto à classe. Esta forma de pressão era combinada com uma constante agitação e reflexão em torno do tema, visando obter do Estado uma definição de longo prazo sobre a política de comércio exterior; ao mesmo tempo em que se obtinha, também, a unidade da classe em torno da questão. O que reivindicava a burguesia industrial? Quais as soluções que propunha para o problema ao qual a classe concedia indisputada principalidade?

A burguesia industrial⁽²⁾ apoiava a manutenção do alto valor externo do cruzeiro (C\$18,50/U\$1,00). E o fazia por ter consciência de que esta taxa de câmbio, combinada com a crescente desvalorização interna da moeda brasileira, consistia num subsídio aos importadores de mercadorias. Ora, a burguesia industrial, frente ao comércio exterior, definia-se como importadora de bens de capital e de matérias-primas, indispensáveis à manutenção e à expansão da produção fabril. Ela tinha clareza de que era seu interesse que se premiassem as importações, mas reivindicava, por isto mesmo, que as aquisições de mercadorias no exterior fossem objeto de um controle rigoroso. Nas reuniões de sua entidade econômico-corporativa e nos editoriais do Boletim Informativo, a burguesia industrial insistia com frequência na necessidade de se impedir a importação de manufaturados. E isto por dois motivos. Quando se tratasse de um manufaturado que já possuísse similar fabricado no país, sua aquisição no exterior consistir-se-ia numa "indébita invasão" do mercado que se deveria /

resguardar à produção interna. Mas, mesmo quando o produto industrial não tivesse similar produzido internamente, a burguesia industrial, via de regra, protestava contra este tipo de importação, por entender que ela inibia os planos de expansão e diversificação das indústrias locais. A taxa de câmbio deveria ser mantida, mas apenas se o controle político das importações assegurasse aos industriais o mercado interno e os benefícios oriundos do poder externo de compra estável de uma moeda que, no interior do país, tinha seu valor paulatinamente decrescido pela inflação que se acelerava. Com uma só cajadada matavam-se dois coelhos. Apoiar o controle das cambiais, na forma que era exercido pela CEXIM, tinha por objetivo impedir que outros setores usufríssem da possibilidade de valorizar seu capital-dinheiro lançando mão de uma simples operação de mercado e vedar o acesso às cambiais à burguesia comercial que, importando manufaturados, disputava o mesmo mercado com a produção industrial interna.

Reivindicar para si o mercado que se formara no país e as vantagens provenientes da disparidade entre o valor interno e externo do cruzeiro não eram as únicas preocupações da burguesia industrial no tocante ao comércio exterior. E não eram também as mais importantes. O principal motivo pelo qual postulava o controle político das importações residia na consciência que adquirira, ao longo do seu desenvolvimento enquanto classe, do fato de que a subordinação do país à divisão internacional do trabalho impunha limites à expansão da indústria ao nível mesmo da produção industrial. Para a burguesia industrial o balanço de pagamentos era, antes de mais nada, o balanço das possibilidades de desenvolvimento da indústria em seu conjunto. Sabia muito bem que para vender precisava, antes de tudo, produ

zir e que, para tanto, dependia da incorporação crescente de bens de produção que advinham, em sua parte mais significativa, do exterior. Os editoriais do Boletim Informativo da FIESP-CIESP reiteravam sempre que o saldo favorável nas trocas com o exterior - que poderia facilitar momentaneamente a expansão industrial - era um fenômeno circunstancial e que o saldo negativo era a situação estrutural e duradoura. O controle político das importações não deveria ser, portanto, uma iniciativa para momentos de declínio da capacidade do país efetuar compras no exterior. Deveria, ao contrário, ser uma política permanente que selecionasse, segundo as necessidades da indústria, o que se iria importar. As efêmeras ocasiões favoráveis do balanço de pagamentos deveriam ser aproveitadas para estocar bens importados que, para a indústria, eram essenciais. Só assim, argumentava-se, a indústria poderia suportar o período de dificuldades que, sem dúvida, voltaria a ter vigência. Era isto que a burguesia industrial concluía, refletindo sobre sua própria história. Foi exatamente isto que o Estado, enfrentando-se com a pressão contrária da burguesia comercial, procurou fazer até agosto de ... 1954.

A dependência da indústria para com a grande burguesia comercial que, juntamente com o capital imperialista, se constituía no verdadeiro diafragma através do qual o país realizava suas trocas com o exterior, era, portanto, algo mais que uma realidade objetiva. Esta dependência era subjetivamente percebida pela burguesia industrial, que procurava pautar seu comportamento de classe tomando-a como um dado. Os industriais insistiam que o desenvolvimento da indústria dependia diretamente do sucesso das exportações brasileiras. Por isto, descontados / outros fatores também oriundos de seu interesse de classe, ten-

diam a apoiar as medidas que visassem estimular as exportações. Para obter as necessárias reservas em moedas estrangeiras a indústria ia ao encontro dos interesses do comércio mas, pelo mesmo motivo, a indústria via-se obrigada a ir de encontro aos interesses deste mesmo comércio. Era, pois, uma mesma e única razão que unia e separava a burguesia industrial da outra fração burguesa. Todos se punham de acordo, por exemplo, quanto à necessidade de se criarem mecanismos de política econômica que preservassem a taxa de lucro dos produtos de exportação, cujo preço no mercado internacional se encontrava em declínio. A burguesia industrial assim fazia porque necessitava de cambiais; mas, exatamente por isto, reivindicava a manutenção do valor cambial do cruzeiro - condição da facilidade de seu acesso às divisas - e apresentava a concessão de subsídios pelo Estado àqueles produtos como a solução mais adequada. A burguesia comercial, ao contrário, via como solução mais adequada - conforme será mostrado adiante - a imediata desvalorização da moeda brasileira, o que iria multiplicar a remuneração, em moeda nacional, de todos os produtos exportados. O Estado mantinha a solução preconizada pela burguesia industrial e subsidiava os chamados produtos gravosos, excluindo desta política o café, produto cujo preço encontrava-se em alta no mercado internacional. Não fôra para obter divisas que, à sua maneira, os industriais uniram-se ao comércio? Por isto, a burguesia industrial tinha, em seguida, que, novamente, separar-se dele para assegurar a utilização destas divisas de forma a atender às necessidades da produção industrial. Tinha de vedar às casas importadoras que adquiriam manufaturados no exterior o acesso às cambiais. E, na medida em que cresciam as exigências de expansão da burguesia industrial, era o conflito, e não a u-

nidade, que passava a definir o caráter da relação entre essas duas frações da classe dominante.

A burguesia comercial concedia, tal qual a indústria, principalidade à questão da política cambial do governo. Toda sua atenção centrava-se neste item da política econômica. Contudo, ponto por ponto, as medidas que a burguesia comercial preconizava como sendo adequadas à política de comércio exterior contraditavam aquelas que a indústria exigia do Estado. Adverte-se, entretanto, que, no que dizia respeito ao essencial de seus interesses econômico-corporativos e no enfrentamento destes interesses com aqueles postos pela industrialização, a burguesia comercial não se constituía num bloco homogêneo. Ela encontrava-se, neste terreno, cindida em duas frações. A ala que, na Primeira República, controlava todo o fluxo de mercadorias do país com o exterior, e que tinha nesse comércio sua própria razão de ser, opunha-se tenazmente à política de Estado, isto é, ao governo que tomasse o desenvolvimento do capitalismo industrial como seu principal objetivo, subordinando a este objetivo os interesses do comércio. Contudo, o desenvolvimento da indústria foi criando uma fração de comerciantes que tinha na produção industrial interna a base de seus negócios e que, por isto, não tinha porque se opor à política de industrialização. Examinemos este ponto mais de perto. (3)

Já vimos como procedia a burguesia industrial quando se tratava de pressionar o Estado no sentido de obter de liberações específicas. Das agitadas reuniões no salão nobre do Palácio Mauá - sede da FIESP-CIESP - não saíam mais que telegramas para Ministros de Estado e altos burocratas da CEXIM ou, quando muito, saíam as "excursões" ao Rio de Janeiro. Com a burguesia comercial era diferente. Era a direção da CEXIM que,

quando convocada, ia prestar contas à burguesia comercial na se de de sua entidade econômico-corporativa. E esta entidade, ao contrário do que ocorria com os industriais, era ciente de sua origem e sua história, mantendo-se, na atuação prática, indepente das Federações e da Confederação Nacional do Comércio, órgãos que tinham se desenvolvido sob a égide do Estado nascido da Revolução de 1930, movimento que decretou o término da hege-monia política que a burguesia comercial exercera ao longo da Primeira República. Veja-se como esta fração da burguesia colo-cava o problema: "As Associações Comerciais são instituições de caráter civil, que se mantêm com as mensalidades dos sócios e com recursos patrimoniais. Para sustentar-se não dispõe de contribuições compulsórias, nem de empregos rendosos que ofereçam a quem quer que seja, tampouco dos dinheiros do erário." A Federação das Associações Comerciais do Brasil era "a verdadeira e autêntica líder das classes mercantis em todo o país, porque somente ela pode atuar sem formar na caudal de outras institui-ções, oficiais ou privadas."⁽⁴⁾ Pois bem, esta entidade esta-va sob absoluto controle da fração antiindustrialista da burgue-sia comercial. A fração que, ponto por ponto, como foi dito, o-punha-se às reivindicações da burguesia industrial, no tocante à política de comércio exterior.

Em maio de 1952, a Federação das Associações Co-merciais do Brasil, após reunir-se com os proprietários das ca-sas importadoras, enviou à CEXIM um documento no qual expunha as principais reivindicações da classe no que respeitava ao co-mércio externo. Este documento levanta uma questão na qual a burguesia comercial só deixou de insistir junto à CEXIM, quando se convenceu de que a própria extinção desse órgão se colocava como a tarefa mais premente a ser realizada pela classe. A ques

tão se referia aos critérios adotados pela CEXIM para selecionar os pedidos de licença para importação, que se avolumavam, dia a dia, naquele órgão. Para que se tenha noção do verdadeiro congestionamento que se verificava na CEXIM devido à disputa pelas cambiais, basta lembrar que em abril de 1953 havia cento e vinte mil pedidos de licença para importação que aguardavam, há muitos meses, a resposta daquele órgão. (5)

O Aviso 204 da CEXIM estabelecia como principal critério para deferir um pedido de licença para importação, o volume anual de vendas da firma pleiteante. A Federação das Associações Comerciais do Brasil, falando em nome dos importadores, reivindicava que fosse estabelecido como critério principal a antiguidade da firma pleiteante no ramo do comércio de importação, e que o volume de vendas só entrasse em consideração se fosse para se tomar como referência, não as vendas realizadas no último ano pela firma, mas o que ela vendera ao longo dos dez anos anteriores à data do pedido. Os importadores mais antigos consideravam-se com direitos adquiridos sobre as cambiais e viam nas novas firmas importadoras, que forneciam mercadorias importadas para a indústria, pouco mais que "um bando de aventureiros". Em nome das casas de importação tradicionais, a Federação das Associações Comerciais condenava o Aviso 204 e alegava que o Aviso não só prejudicava o comércio, como também contrariava os interesses de toda a "coletividade".

Para efeito de solicitação de licença para importar, as firmas tinham suas vendas registradas de acordo com o preço que pagassem, em cruzeiros, pela mercadoria adquirida no exterior. Este mecanismo, devido à inflação interna e à manutenção do valor externo do cruzeiro, fazia com que as firmas que comerciavam apenas, ou preponderantemente, com mercadorias importa

das, tivessem seu volume de vendas artificialmente rebaixado em comparação com outras casas comerciais. Ora, os importadores tradicionais, aos quais se referia a Federação, eram justamente aqueles cuja atividade quase que se resumia em revender, no país, bens de consumo manufaturados no exterior. Tanto é assim que ao alegarem ser o aviso 204 prejudicial aos interesses da "coletividade", afirmavam ser um assalto à "economia popular" proibir a entrada, no país, da mercadoria com a qual comerciavam, uma vez que esta era sempre mais barata que o similar produzido internamente. Esses importadores reivindicavam a antiguidade no ramo da importação como critério principal para a seleção dos pedidos de licença para importar porque, assim, toda a longa história de suas atividades, que remontava à Primeira República, contaria a seu favor. E isto em detrimento das novas casas comerciais que foram crescendo à sombra do desenvolvimento do capitalismo industrial. A mesma razão os levava a reivindicar que o volume de vendas se referisse aos dez anos anteriores ao pedido de licença para importar. Rejeitar como critério para a concessão de licença apenas o volume de vendas realizado no último ano contábil não era, como poder-se-ia pensar, a expressão de um conflito entre o grande e o médio capital. Com tal medida, anulariam a "desvantagem cambial" que possuíam em relação às casas que dividiam suas atividades entre a importação e a venda de bens produzidos no próprio país. Além disso, fariam valer, frente à fração da burguesia comercial que tinha sua sorte ligada ao destino da indústria, todo o movimento de vendas realizado no imediato pós-guerra - quando lhes fora mais favorável a política de comércio exterior - e poderiam, com isso, compensar o terreno perdido ao longo de 1951, quando suas compras no exterior foram preteridas em favor da importação em massa de /

bens exigidos pela indústria, durante a chamada política de estocagem. Bens esses que eram importados pelas novas firmas de importação, cujos interesses não conflitavam com os da industrialização.

A luta contra o Aviso 204 põe a descoberto a profundidade e a forma como se dava o enfrentamento, em torno de interesses econômicos vitais, da burguesia industrial com o setor mais poderoso do comércio de importação. Mais ainda, mostra-nos também que o Estado preteria os interesses dos autodenominados importadores tradicionais para resguardar os da indústria. Enquanto a burguesia industrial, como foi visto, opunha-se à importação de bens de consumo industriais, mesmo quando se tratasse de produto sem similar nacional, o setor antiindustrialista/da burguesia comercial ligado ao comércio de importação reivindicava, sem o almejado sucesso, a importação de bens de consumo manufaturados no exterior, mesmo quando já existissem similares produzidos no país. A chamada política de estocagem que foi levada a cabo no decorrer de 1951, visando armazenar bens inexistentes no país e necessários à expansão industrial, era para a burguesia industrial, como foi visto, uma medida imprescindível. Já a burguesia comercial não se cansava de condenar, através da Federação, o caráter desastroso daquela política. Todos eram unânimes em afirmar que as divisas deveriam ser aplicadas na compra dos "bens essenciais ao desenvolvimento econômico da nação". Apenas que não havia nenhuma forma que não fosse os interesses/conflitantes de classe para determinar o que deveria ser o "desenvolvimento econômico da nação". É somente quando se toma a industrialização do país como o caminho natural a ser percorrido e/ou como realização dos interesses de "toda a nação" - como começava a fazer a burguesia industrial - que se pode, com a

serenidade de um magistrado, proceder a classificação inequívoca dos bens, tendo por referência o valor de uso das mercadorias, em "supérfluos" e "essenciais". O superfluo para a indústria era a própria atividade do setor mais poderoso das casas de importação e, por isso, não era possível acordo entre as partes neste terreno.

Foi visto que a manutenção do valor externo do cruzeiro, quando o mesmo depreciava-se no interior do país, encontrava apoio na burguesia industrial. Pois bem, também aqui o comércio e a indústria se dividiam. O setor da burguesia comercial ligado do comércio de exportação tinha, como é sabido, sua taxa de lucro decrescida devido à manutenção do valor cambial do cruzeiro, exatamente o que barateava para a burguesia industrial os custos referentes às mercadorias que necessitava adquirir do exterior.⁽⁶⁾ Por isto, mesmo na fase em que o preço do café se encontrava em alta no mercado internacional, a burguesia comercial reivindicava, insistentemente, a imediata desvalorização da moeda brasileira.⁽⁷⁾

Em novembro de 1952, a Federação das Associações Comerciais do Brasil realizou um congresso em nível nacional. O conclave visava esclarecer, nas palavras da Federação, a posição do "comércio ante o atrofiamento do organismo econômico nacional".⁽⁸⁾ Deste encontro saiu um documento que obteve ampla divulgação na imprensa burguesa, e que a Federação definiu como "a palavra de combate, a nossa posição frente aos inúmeros desajustamentos a que irresponsáveis de inúmeros feitos condenaram o povo e o país".⁽⁹⁾ Este documento estampava como primeira crítica à política de comércio internacional, a "flagrante disparidade da taxa cambial com o valor interno do cruzeiro, o que conduz - prosseguia o manifesto - à retração das exporta-

ções e forte pressão das importações".⁽¹⁰⁾ Em janeiro de 1953, a burguesia comercial voltaria a se manifestar e a tomar medidas sobre a questão. Foi redigido um documento, endereçado à Presidência da República, no qual se pregava a "necessidade de câmbio livre".⁽¹¹⁾ Em suma, o comércio de exportação defendia sua taxa de lucro. No caso do café, produto cujo preço se encontrava em alta no mercado externo, tratava-se, para os comerciantes, de auferir uma taxa de lucro condizente com a valorização de sua mercadoria. No caso dos demais produtos de exportação, como o algodão, a cana, o cacau, tratava-se de compensar, com a desvalorização cambial, a queda de preço que o mercado externo impunha a estas mercadorias.

Vê-se, assim, que a fração antiindustrialista da burguesia comercial - exatamente a fração politicamente mais poderosa desta classe - congregava tanto o setor ligado à exportação quanto parte considerável das casas ligadas à importação de mercadorias. A necessidade de se distinguir estes dois setores que compõem a fração antiindustrialista só existe quando se examina, pormenorizadamente, uma das manifestações do conflito mais amplo que esta fração desenvolvia com a burguesia industrial. No terreno deste conflito mais amplo, as motivações específicas - de cada um desses dois setores de uma mesma fração de classe - não contam e a análise poderá, portanto, abandoná-las. Tome-se o exemplo da política de comércio externo. A desvalorização da taxa cambial, se aumentava a taxa de lucro dos exportadores, encarecia, para os importadores, o produto que adquiriam no exterior. Nem por isso, os importadores tradicionais vacilavam em apoiar esta reivindicação. Entre a crescente proibição de adquirir manufaturados no exterior, oriunda da atuação industrialista do Estado, e a possibilidade de fazê-lo,

ainda que com maiores custos, os importadores não pensavam duas vezes. Cerravam fileiras na luta contra a industrialização; porque a luta em torno da política de comércio externo era crucial exatamente por se constituir no ponto nodal da luta mais geral travada pelo comércio para manter seu predomínio na sociedade e recuperar sua hegemonia no poder de Estado. Partindo de conflitos específicos, onde a contradição principal se articulava - subordinando-as - com outras tantas contradições, a fração antiindustrialista da burguesia comercial alçava-se a um plano superior em sua luta. Neste plano, pouco contavam as diferenças / específicas para ter plena vigência a questão fundamental: o conflito com a luta pela industrialização do país, isto é, com o processo através do qual a indústria ia logrando se desvencilhar de sua subordinação ao grande capital comercial. Examinemos, agora, este processo.

- II -

Tomar a burguesia comercial como antiindustrialista poderá causar estranheza àquele que esteja informado sobre as recentes pesquisas em torno da industrialização do país. Com efeito, um importante trabalho historiográfico⁽¹²⁾ demonstrou que, já na Primeira República, um sem número de casas de importação investiam na indústria e, o que é mais importante, as indústrias criadas por essas casas de importação eram uma necessidade do próprio comércio importador. Dependendo da mercadoria que importassem, era mais lucrativo para o comerciante adquirí-la semi-manufaturada e completar, no país, sua manufaturação. O

capital industrial se originava, assim, do desdobramento do próprio capital mercantil. Além disso, o capital comercial, nos momentos de crise oriundos de seu próprio movimento, adotava o incentivo a certos ramos da indústria como uma forma de conjurar a crise.⁽¹³⁾ Explica-se. Ciclicamente, a dívida do país para com o capital imperialista assumia proporções críticas. Nessas conjunturas, a indústria local, que já se ocupava da produção de mercadorias sem as quais a própria produção agrícola não poderia prosseguir, era chamada para, com o incremento de sua produção, colaborar na recuperação financeira. Com isto, a produção agrícola - base do comércio exportador - não se via comprometida e se tentava recriar as condições de remuneração do capital imperialista. Esta política econômica passava pela retração das importações. Nem por isso, os países imperialistas deixavam de apoiá-la. Isto é, o imperialismo demonstrava, na prática, a primazia que concedia à exportação de capital em detrimento da exportação de mercadorias.⁽¹⁴⁾

O que foi dito acima mostra que, durante a Primeira República, a indústria nasce como decorrência dos próprios interesses do capital comercial. Que a indústria e o comércio estão unidos, isto é, que se desenvolvem ligados um ao outro e com uma área de interesse comum. Mas mostra também que, para o comércio, o desenvolvimento da produção industrial deveria se restringir aos estreitos limites postos pelo interesse do capital mercantil, isto é, que a indústria deveria permanecer subordinada ao comércio. Uma prova disso, pode ser encontrada na política econômica do Estado oligárquico. O protecionismo a alguns ramos da indústria, que era adotado nos períodos de crise, era suspenso no momento seguinte, sem que se desse atenção à grita dos industriais. Assim, o processo de industrialização,

isto é, o processo através do qual o desenvolvimento industrial capitalista passa a ter por base as próprias exigências da indústria, é um processo no qual a unidade torna-se o aspecto subordinado da relação comércio-indústria e a contradição assume o papel de aspecto dominante. A industrialização do país exigia que se rompessem os limites impostos pelo capital comercial, ao desenvolvimento industrial capitalista e, neste sentido, o fato da indústria nascer do comércio e de lhe ser imprescindível não significa que ambos não possam se colocar em conflito. Nem significa, como já se quiz concluir,⁽¹⁵⁾ que a burguesia comercial não pudesse assumir, como de fato assumiu, uma posição reacionária frente ao processo de industrialização.

Contudo, para se examinar as lutas que constituem o próprio desenvolvimento desse processo, no qual a relação entre a indústria e o comércio passa a ter a contradição, e não a unidade, como aspecto preponderante, não é necessário remontar-se às origens históricas do capital industrial. O nascimento da indústria como apêndice do capital mercantil e a luta subsequente por sua própria emancipação se repetiam, diariamente, no período que estudamos. Em cada uma dessas batalhas, a burguesia comercial e a burguesia industrial, após terem dado as mãos, separavam-se e se postavam, cada uma a seu modo, em campos opostos na luta. Em cada uma dessas batalhas, estavam presentes as grandes questões pelas quais as duas frações se declaravam em guerra. Um combate exemplar deste movimento, no qual a indústria pisava a cena como apêndice do comércio para em seguida se rebelar contra sua própria origem, travava-se, na época, em torno da indústria automobilística. Este combate polarizou as duas frações burguesas e acabou por adquirir uma dimensão / que ultrapassava o terreno restrito no qual se iniciara.

Março de 1952 é um marco fundamental na história da implantação da indústria automobilística no país. Com a criação da Sub-Comissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis, na órbita do Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Fazenda, os interesses das fábricas de autopeças já existentes no país lograram obter um canal próprio de expressão política. Estas fábricas estavam congregadas, fundamentalmente, no Sindicato da Indústria de Peças para Automóveis e Similares no Estado de São Paulo.

A história do aparecimento destas fábricas de autopeças pode ser resumida em poucas linhas. A quase totalidade dos veículos automotores circulantes no país era produzida no exterior. Inicialmente, esses veículos chegavam no país já montados. Posteriormente, começou-se a importá-los desmontados (veículos C.K.D.) e, nesta fase, a fabricação de autopeças no país começou a florescer. A importação de veículos desmontados provocava um barateamento do frete, aumentando assim o lucro dos importadores. Além disso, a fabricação local de algumas autopeças, fosse para reposição de peças já gastas, ou mesmo para a própria montagem do veículo no país, era a solução a que recorria o capital comercial nas situações em que a subordinação do país ao imperialismo se expressava no balanço de pagamentos de modo a apresentar saldos negativos muito elevados.⁽¹⁶⁾ A burguesia industrial concedia ao desenvolvimento das fábricas locais de autopeças uma importância vital. Ele era visto como o primeiro passo para a fabricação de veículos automotores dentro do próprio país. Em janeiro de 1953, toda a burguesia industrial saudou efusivamente os fabricantes locais de autopeças que, naquela ocasião, realizavam uma exposição de seus produtos na cidade do Rio de Janeiro.⁽¹⁷⁾ Nesta oportunidade, os industriais va-

ticinaram que estava cada vez mais próxima a almejada fabricação de veículos no Brasil. Não era este, contudo, o objetivo do capital comercial.

Algumas das grandes empresas imperialistas ligadas ao setor automobilístico - como a Ford Motor Company - e que forneciam veículos para o Brasil, já possuíam no início dos anos 50 oficinas de montagem no Estado de São Paulo. O mercado brasileiro para veículos automotores se expandira e em torno dessas oficinas de montagem ou mesmo graças à importação, que ainda se fazia, de veículos já montados, crescera não apenas um cinturão de indústrias de autopeças, como também toda uma imensa rede de casas de importação e de revendedores de veículos. Aliás, estas duas últimas atividades não se excluía^m. Mesmo aqueles que revendiam veículos montados no país necessitavam importar muitas de suas peças componentes para reposição. Esta rede de revendedores e importadores de veículos reuniu-se em abril de 1953 para fundar a ANMVAP (Associação Nacional de Máquinas, Veículos, Acessórios e Peças).⁽¹⁸⁾ Existiam ainda, em muitos Estados do país, os Sindicatos do Comércio Varejista de Automóveis e Acessórios. Para o que importa aqui, a única diferença/entre esses dois órgãos, cujo corpo de associados praticamente se confundia, consistia no fato de que a ANMVAP, que congregava comerciantes de todo o país que importavam um ou mais dos itens constantes do título dessa entidade econômico-corporativa, era o órgão de maior força e representatividade. Os Sindicatos do Comércio Varejista agiam, no mais das vezes, seguindo as direti^vas ditadas pela ANMVAP.

A fundação da ANMVAP foi o resultado natural da crescente agitação e mobilização política que o setor da burguesia comercial ligado ao ramo dos veículos, vinha promovendo des

de o final de 1952. Quando da fundação da entidade, sua diretoria iniciou a apresentação política do novo organismo.⁽¹⁹⁾ Não houve um ministério, uma presidência de autarquia ou de banco estatal, governador de Estado e mesmo diretoria de repartições públicas em geral que não recebesse a visita ou uma carta da diretoria da ANMVAP, apresentando a nova entidade. À Presidência da República foi reservada uma visita de todos os diretores da associação recém criada.

Era fácil de se perceber o motivo pelo qual este setor da burguesia comercial começava a se organizar de maneira mais sólida. A indústria local de autopeças, que se desenvolvera sob a égide da importação e montagem de veículos produzidos no exterior, começava a lutar para impor ao comércio de veículos seus interesses específicos. Mais ainda, toda a burguesia industrial passou a anunciar, ainda que como meta de longo prazo, a necessidade de se desenvolver a fabricação de veículos dentro do próprio país. Estava configurado o campo de luta. Os contendores se surpreenderiam ora na mesma trincheira, ora em campos diametralmente opostos.

No início de 1953, a Ford Motor Company inaugurou, com grande alarde, sua nova oficina de montagem em São Paulo. Do aeroporto do Galeão até o local da nova oficina, comerciantes e industriais formaram um longo cortejo para aplaudir, em uníssono, o diretor da Ford que viera dos EUA para a inauguração. Ao industrial brasileiro o rosto do Sr. Arthur Wieland parecia esférico e reluzente ... como uma calota. E ele aplaudia satisfeito, pensando nas novas calotas que iria produzir. Do seu lado, o comerciante também era todo aplausos. O evento constituiu-se numa festa de confraternização. No dia seguinte, viria a ressaca que seria amargamente curtida nos corredores da CEXIM

A Sub-Comissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis fora criada com a finalidade precípua de viabilizar a implantação da indústria automobilística no país. No decorrer das reuniões da Sub-Comissão com os industriais ligados ao ramo de autopeças⁽²⁰⁾ ficou claro que, embora esses industriais se mostrassem infensos ao entusiasmo e ao esforço que a Sub-Comissão realizava para implantar com o máximo de brevidade a indústria de veículos no país, a indústria local de autopeças mostrava-se disposta a resguardar para si o mercado existente para as mercadorias que produzia. Com o decisivo apoio do conjunto da burguesia industrial, toda ela preocupada em transformar as divisas em maquinário e matérias primas e não em bens de consumo, logrou-se obter da Sub-Comissão a garantia de que a importação de autopeças seria progressivamente vedada, em benefício da indústria interna. Em agosto de 1952, estipulou-se o chamado programa de omissões, através do qual, na importação dos veículos C.K.D., dever-se-ia omitir as peças já produzidas no país. Na prática, porém, o impedimento para a importação de autopeças não se restringia às já existentes no país e se estendia mesmo à importação de veículos já montados. O resultado dessa política pode ser apreciado no rápido crescimento da indústria de autopeças no período: mais de trezentas novas empresas surgem neste setor entre 1952 e 1955. A burguesia industrial não realizara grande esforço para obter tanto e - fato que a esta altura da exposição poderá parecer paradoxal - a burguesia comercial, / que muito se esforçava, pouco lograva conseguir.

Assim como a burguesia industrial já percebera a importância da fabricação local de veículos, o setor do comércio ligado a este ramo viu, bem cedo, que tal objetivo representaria o fim de seus negócios. Haviam se organizado em torno da

ANMVAP para mudar a direção da política do Estado em relação ao assunto. Enquanto a ANMVAP atuava na luta imediata junto à CEXIM, os grandes órgãos da imprensa burguesa - dando mostras, mais uma vez, de sua fidelidade à burguesia comercial - iniciaram uma campanha contra a indústria local de autopeças. Vejamos mais de perto essa reação do capital comercial.

Em abril de 1953, a diretoria da CEXIM compareceu à sede da Federação das Associações Comerciais do Brasil, para debater com os importadores a política de concessão de licenças para importar. Os membros da ANMVAP lotavam o auditório da Federação e logo tomaram a direção do debate. Toda a burguesia comercial se solidarizava com a ANMVAP e, como se pode ver consultando a Revista da Federação, valia-se da luta específica dos membros da ANMVAP, cujos negócios se encontravam em situação cada vez mais precária, para se organizar em torno das reivindicações mais gerais da classe. Veja-se a transcrição que a Revista faz de um dos diálogos ocorridos durante o encontro.

"O sr. Peter Frankel membro fundador da ANMVAP, importador de automóveis, peças e acessórios, indagou do diretor da CEXIM por que não haviam sido atendidos certos pedidos para importações daquelas mercadorias. Afirmou o sr. Coriolano de Góes diretor da CEXIM que to dos os pedidos haviam sido atendidos, sem limites.

-O meu não foi, gritou o sr. Peter Frankel.

-Em que moeda queria importar? - Coriolano

-Em libras. - Peter

-Com a Inglaterra nossa situação não permite. - Corio
lano

-Mas em dólares? Pedirei em dólares. - Peter

-Está fechado. Terminou o prazo. - Coriolano

O sr. Peter insistiu e o sr. Coriolano lhe perguntou se era advogado, pois se tratava do cumprimento de lei vigente.

-Não é preciso ser-se jurista para discutir questões de exportações e importações, acrescentou o sr. Peter. Os funcionários da CEXIM têm apenas um problema moral a defender; o comércio tem que manter firmas e fábricas cheias de empregados que precisam ganhar o pão de cada dia. O sr. Coriolano de Góes alteou a voz e continuou firme na letra da lei." (21)

Este diálogo permite notar a situação precária em que se encontravam os comerciantes do setor de veículos. E mostra também a disposição que apresentavam para contestar a política da CEXIM, que, na medida do possível, canalizava para a indústria as divisas existentes. O conjunto da burguesia comercial percebeu a importância da batalha travada pela ANMVAP e, valendo-se da disposição dos importadores de veículos, passou a agitar o tema. A Revista da Federação começou a dedicar espaços cada vez maiores às entrevistas, às declarações e às atitudes da diretoria da ANMVAP. Os diretores se sucediam para afirmar que o artigo com o qual negociavam não poderia ser considerado "de luxo, mas sim de imprescindível utilidade pública" e que, portanto, deveria ter sua importação liberada; que o pânico era geral e atingia mais de 46% dos importadores; que havia "empresas antigas que cogitam dispensar empregados, porque não sabem até quando durará este estado de coisas." (22); que eles não eram contra a indústria local: "compramos peças nacionais. Todavia, há muitas que não são fabricadas e tanto a nossa firma como as outras não podem comprar no exterior." (23) Em parte, diziam a verdade. E-

les não se opunham à indústria propriamente, mas, mais exatamente, opunham-se ao processo de industrialização.

Paralelamente à atuação da ANMVAP e da Federação, os grandes órgãos da imprensa burguesa começavam a agitar o tema. Afirmavam que se a CEXIM não liberasse a importação de veículos, ter-se-ia em breve um colapso no sistema de transportes do país. E multiplicavam-se as reportagens sobre o congestionamento nos portos, as entrevistas em que esse congestionamento era imputado à falta de caminhões, e tudo o mais que pudesse servir para legitimar os interesses da burguesia comercial junto à opinião pública.⁽²⁴⁾ A agitação prosseguiu e, menos de um mês depois do primeiro encontro, a diretoria da CEXIM se viu obrigada a voltar - em maio de 1953 - a prestar contas à burguesia comercial. Só que, agora, a CEXIM se defrontaria na sede da Federação com um movimento que crescera e que possuía maior clareza e unidade em torno das palavras de ordem que lhe convinha.⁽²⁵⁾

Em menos de um mês o movimento tomara corpo e a ênfase passou da crítica à política da CEXIM para a luta contra a própria existência daquele órgão. De novo com os membros da ANMVAP à frente⁽²⁶⁾, a burguesia comercial bradava agora, com toda a força, que a CEXIM não poderia oferecer solução alguma, pois o problema consistia na própria existência da CEXIM.⁽²⁷⁾ A exigência de câmbio livre, do fim do sistema de licenças para importar e a insistência na necessidade de se extinguir a CEXIM eram rapidamente integradas no quadro de uma luta mais ampla em que a burguesia comercial visava sustar toda e qualquer intervenção industrializante do Estado na economia. Em meio às declarações que comentavam a inconveniência da CEXIM continuar existindo e arrolavam os benefícios que adviriam da extinção do ór-

gão, o presidente da Federação afirmou durante os debates:

"Não podemos igualmente negar razão aos que, lançando seus olhares para além de nossas fronteiras, verificam que países da América e da Europa, alguns mesmo rudemente talados pela guerra, estão abolindo ou reduzindo seus controles e deixando maior liberdade à iniciativa privada, com isso prosperando ou em fase de rápida recuperação, como é o caso da velha e gloriosa Inglaterra que, em curto período da nova orientação, ou melhor, de retorno à antiga, viu se inverter a situação de sua balança a tal ponto, que lhe foi possível, já, diminuir impostos de renda e de consumo com o conseqüente desafogo de seu povo.

E, por isso, se admiram de que o Brasil, atravessando grave crise, por todos reconhecida, procure sem atentar para esses exemplos solucioná-la, apenas, com medidas mais rígidas de controle e aumento contínuo de impostos." (28)

Resista-se à tentação - ao ler o texto acima - de apontar a comparação entre o Brasil e a Inglaterra como indevida, e de opor à solução liberal a fórmula intervencionista, o que seria continuar a se preocupar com o fornecimento de receitas ao Estado. Em se tratando da burguesia - comercial, no caso - ou dos intelectuais que a representavam no campo da economia política - no caso, os chamados economistas ortodoxos - o que conta não é o acerto teórico da proposição, mas sim quais interesses de classe essa proposição mistificava. A luta contra o intervencionismo industrialista do Estado, que se encontrava na base da visão que os economistas ortodoxos (liberais) possuíam do sistema econômico, não era nova. Mas, a partir de 1953,

a novidade é que a massa da burguesia comercial começava a se convencer de que com aquele Estado a intervenção não cessaria. É desta perspectiva que ela passava a exigir a extinção da CEXIM. Este passo é fundamental. Cansada de exigir, sem sucesso, que o Estado cuidasse de seus negócios, a burguesia comercial propuse ra-se a tarefa de cuidar, ela mesma, dos negócios de Estado. Co meçava a ganhar corpo entre a massa da burguesia comercial a con vicção de que não bastava mudar a orientação do Estado, mas que era necessário apossar-se dele, colocando os aparelhos de Esta do sob controle dos intelectuais orgânicos⁽²⁹⁾ da burguesia co mercial. Quando a vanguarda das forças antiindustrialistas ten tara impedir a posse de Vargas, em 1951, tal iniciativa não en controu base na massa da burguesia comercial. O jornal O Estado de São Paulo lamentara então o fato das "classes conservadoras" estarem mostrando uma "imensa vontade de acomodação". Agora, a situação era outra. A massa da burguesia comercial começou a se convencer do acerto da palavra de ordem que colocava como ob jetivo a deposição do governo. O conflito entre a burguesia co mercial e o governo ultrapassara o terreno da política econômi ca, e é por isso que os grandes órgãos da imprensa burguesa pas sarão a dar cada vez mais ênfase na necessidade de se promover um "saneamento na política nacional", isto é, os então ocupan tes dos aparelhos de Estado deveriam ser substituídos por aque les que se constituíam nos representantes políticos da burgue sia comercial.

Enquanto isto, o que fazia a burguesia industri al? Não fazia muito. A burocracia do Ministério da Fazenda, par ticularmente a da CEXIM, resistia quase que sozinha ao assédio da burguesia comercial. Siquier o Sindicato da Indústria de Pe ças de Automóveis no Estado de São Paulo, setor diretamente en-

volvido nas questões que a CEXIM debatera com a ANMVAP, tomou uma iniciativa de apoio decidido à CEXIM. E, mesmo assim, a CEXIM se mantinha firme na sua política de comércio exterior de orientação industrialista. Tal constatação aponta para a existência de dois novos problemas: 1.) porque a burguesia industrial se omitia quando de sua iniciativa poderia depender a continuidade da política de industrialização; 2.) como explicar o fato do Estado se propor a realizar os interesses da fração burguesa que menos se mobilizava e que possuía menos força política própria do que sua opositora. Passemos ao exame dessas questões.

- III -

A luta que se travava no seio da classe burguesa em torno do desenvolvimento da indústria automobilística - luta que deve ser entendida como forma elementar do conflito mais amplo que se desenvolvia em torno do processo de industrialização - permite ainda que sejam observadas outras determinações que também compunham o quadro das especificidades no qual a tradição industrialização/não industrialização se desenvolvia. Retomando, pois, a análise da luta pela implantação da indústria automobilística no Brasil, poder-se-á apreender estas novas determinações.

O que foi dito até aqui permite notar que a burguesia comercial se mobilizava com mais intensidade do que a burguesia industrial em torno da questão da indústria e comércio de veículos. Não obstante, o Estado, através da atuação da burocracia do Ministério da Fazenda e, particularmente, da dire

toria da CEXIM, resistia ao assédio da burguesia comercial, mantendo-se firme no propósito de criar as condições para a implantação da indústria automobilística no país. Não se poderia atribuir apenas à força e à determinação política da burguesia industrial esta orientação do Estado. Tanto mais quando se sabe que o Estado, conforme se verá, se dispunha a proporcionar à burguesia industrial mais do que ela própria reivindicava. Para que se possa compreender esta defasagem entre a atuação, até certo ponto, acanhada da burguesia industrial e o sentido da política do Estado, será necessário tomar em consideração outras forças sociais e integrar, organicamente, na análise, novos aspectos atinentes à subordinação do país ao imperialismo.

A criação da Sub-Comissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis, em março de 1952, foi o resultado, como já se disse, da preocupação do Estado em criar condições para a implantação da indústria automobilística no Brasil. A Presidência da República acompanhava de perto o trabalho da Sub-Comissão, e o apoio que lhe dispensava facilitava a rápida aprovação das medidas alfandegárias e fiscais que a Sub-Comissão propunha.

Logo que fora criada, a Sub-Comissão procurou se reunir com os representantes das empresas imperialistas que forneciam veículos automotores ao Brasil, para saber do interesse e possibilidade dessas empresas investirem no país. Os representantes da Ford Motor Company e da General Motors foram os primeiros a serem procurados. Sua resposta não deixou lugar à dúvida: não interessava àquelas empresas fabricar veículos no Brasil. Rejeitaram ainda a proposta de vir a fabricar, no Brasil, algumas das peças componentes dos veículos que montavam aqui. Alegaram que o país não possuía nem infraestrutura industrial, nem mercado que justificassem tal investimento. Em seguida, a

Sub-Comissão se reuniu com os representantes de empresas imperialistas europeias, ligadas ao setor automobilístico. Ainda que o resultado desta nova tentativa não fosse muito entusiasmante para os burocratas da Sub-Comissão, a Mercedes Bens lhes deu alguma esperança. Esta firma alemã demonstrou ter algum interesse em investir na fabricação de caminhões, no Brasil.

Ao mesmo tempo que tentava atrair, sem muito sucesso, investimentos imperialistas para o setor automobilístico, a Sub-Comissão se reunia com representantes da burguesia industrial brasileira, inclusive com os industriais ligados à produção de autopeças. Aqui também o resultado não foi nada animador. Os membros da Sub-Comissão apresentaram aos industriais brasileiros inúmeras facilidades que o Estado poderia lhes oferecer, caso se dispusessem a investir na fabricação de veículos. Os industriais de autopeças se apressaram em aceitar as facilidades oferecidas (redução de imposto e financiamento governamental). Contudo, tanto as indústrias de autopeças como as ligadas a outros ramos de produção, negaram-se a investir na fabricação de veículos automotores. Reivindicaram, e obtiveram, a proteção tarifária - programa de omissões. Sugeriram que a / Sub-Comissão continuasse tentando atrair o capital imperialista para o setor, e deram por encerrado o assunto. A proteção alfandegária, saiu, como foi visto, em agosto de 1952. As medidas para atrair - poder-se-ia dizer, para forçar - o investimento imperialista foram encaminhadas, com o apoio da Presidência da República, à SUMOC.

Se a burguesia industrial se deu por satisfeita, o mesmo não ocorreu com a Sub-Comissão. A decepção deste organismo foi muito grande. O governo queria instalar a indústria automobilística e se dispunha, para tanto, a criar todas as fa-

cilidades para os industriais. Mas estes se declaravam satisfeitos com a produção de autopeças e os dois pontos em que insistiram nas reuniões - necessidade de proteção alfandegária e de tomar medidas que atraíssem investimentos imperialistas para o setor automobilístico - evidenciam que era este seu único objetivo. Em maio de 1952, o presidente da Sub-Comissão declarou:

"Temos perguntado aos representantes das empresas sobre seus planos de expansão, quais eram os encorajamentos que eles tinham necessidade da parte do governo para lançar a indústria automobilística no Brasil. O objetivo do governo é instalar esta indústria, e nós perguntamos qual era a colaboração que nós poderíamos esperar destas empresas. As respostas foram as mesmas: quase nenhuma."(30)

Este episódio serve para mostrar como os interesses e a atuação da burocracia de Estado, da burguesia industrial e do imperialismo não eram exatamente os mesmos. A burocracia de Estado estava propondo tarefas que iam além das possibilidades e da perspectiva da burguesia industrial interna. Ela antecipava-se a esta burguesia - tanto no terreno da iniciativa política, como no campo das propostas de expansão industrial - na condução do processo de industrialização do país. Não se pode, portanto, imputar à iniciativa da burguesia industrial todas as medidas da política de Estado, que visava acelerar o processo de transição para o capitalismo industrial no Brasil. Tampouco frente ao imperialismo, a atuação da burocracia de Estado e da burguesia industrial eram idênticas. Estavam de pleno acordo quanto à necessidade de se atrair os investimentos imperialistas, visando promover a industrialização do país. Porém, como fica claro no caso que examinamos, o capital imperialista/

americano, que era de onde se esperava maior "colaboração", afe-
rava-se aos seus interesses comerciais já estabelecidos, não se
dispondo a investir industrialmente no país, ao menos na escala
que a política de Vargas julgava necessária. Para promover a in-
dustrialização com o concurso do capital estrangeiro - que era
o que propunham tanto a burguesia industrial quanto a burocracia
civil e militar - restava a alternativa de se valer da diversi-
dade de orientação no interior do campo imperialista. Foi por is-
so que se procurou as empresas européias, obtendo-se da Mercedes
Bens, ao menos, uma promessa. De resto, foi graças aos investi-
mentos imperialistas europeus, e não norte-americanos, que se lo-
grou, poucos anos depois, implantar a indústria automobilística/
no país. Mas o imperialismo norte-americano, para quem a burgue-
sia e o Estado se voltavam com maiores esperanças devido às rela-
ções do Brasil com os Estados Unidos e em função, também, de sua
maior capacidade de investimento, mantinha-se preso à divisão in-
ternacional do trabalho e defendia os interesses assentados so-/
bre essa divisão. Portanto, embora não se pensasse em promover a
industrialização com quaisquer restrições de vulto ao capital es-
trangeiro, nem por isso as forças sociais - presentes no bloco
de poder - que lutavam pela industrialização viam-se isentas
de lutar contra o imperialismo.⁽³¹⁾ E é aqui que, mais uma vez,
a burocracia de Estado dará mostras de sua particularidade em re-
lação à burguesia industrial.

Os conflitos oriundos do embate entre o processo
de industrialização e os interesses do imperialismo, interesses
assentados sobre a divisão internacional do trabalho que a indus-
trialização do país solaparia, esses conflitos eram vivenciados
de forma distinta pela burguesia industrial e pela categoria so-
cial de Estado (burocracia civil e militar). O capital imperia-

lista não se dispunha a investir industrialmente no país, na escala que a burguesia industrial e a categoria social de Estado julgavam necessária. Frente a esta resistência do imperialismo - notadamente o norte-americano -, o governo não reagia da forma que a burguesia industrial julgava a mais conveniente.

Quando a Sub-Comissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis se convenceu, no correr das negociações, que o capital imperialista estava aferrado aos seus interesses comerciais, negando-se, assim, a industrializar os veículos no Brasil, a reação de alguns burocratas da Sub-Comissão e de outros ligados a diferentes Ministérios foi iniciar uma série de críticas àquelas empresas. Sempre que surgia uma oportunidade, vinham à público afirmar que a Ford e as demais empresas não possuíam no Brasil nada que se assemelhasse a uma indústria. Que suas oficinas eram simples linhas de montagem que em nada contribuíam para a industrialização do país, isto é, para a "emancipação econômica do Brasil", conforme o linguajar da época. Diante dessa reação, a burguesia industrial correu em defesa das empresas imperialistas. Um editorial do Boletim Informativo da FIESP-CIESP⁽³²⁾ se dedicou a rebater as "críticas feitas por altas autoridades públicas às companhias estrangeiras que montam, no Brasil, os veículos que nos fornecem". O editorial procurava mostrar que sem aquelas linhas de montagem - que na crítica / dos burocratas aparecia como expressão pejorativa - não teria sido possível o desenvolvimento da indústria local de autopeças. O editorial se preocupava em tomar, nominalmente, a defesa da Ford e da General Motors, que haviam sido as empresas mais visadas nas declarações das "altas autoridades públicas". Explicava que as oficinas de montagem representavam uma etapa necessária para a definitiva implantação da indústria automobilística.

ca. E afirmava, para demonstrar que se tratava realmente de uma etapa que seria superada naturalmente, que as firmas estrangeiras ligadas ao setor automobilístico já possuíam "auspiciosos planos de investimento no Brasil". Os industriais sabiam que não estavam falando a verdade. Não fosse por outro motivo, sabiam-no porque dezenas deles haviam participado de inúmeras reuniões da Sub-Comissão. Era sintomático este falseamento dos fatos.

Como foi visto, a burguesia industrial tinha / consciência de sua dependência em relação à burguesia comercial para que pudesse realizar o circuito de reprodução ampliada do capital industrial. Vê-se, agora, que ela estava também consciente do fato de que a industrialização que se propunha a realizar dependia, também, do capital imperialista. É para esta dependência que ela chamava a atenção do Estado, quando historiou as etapas pelas quais deveria passar a implantação da indústria automobilística. E não lhe parecia também correto por-se em conflito com as empresas, às quais, justamente, se pleiteava a colaboração para industrializar o país. O que a burguesia industrial não queria ver é que as "etapas" não seriam superadas sem luta. Isto é, ela dava realce à sua unidade com o imperialismo, enquanto a categoria social de Estado tendia a realçar o conflito posto pelo processo de industrialização com a divisão internacional do trabalho. E, assim, mais uma vez, a burguesia deixava a iniciativa política para a burocracia de Estado. Porém, as vacilações da burguesia industrial, que a impediam de assumir todas as consequências de seu conflito com a burguesia comercial e com o imperialismo, essas vacilações não provinham de sua origem social. Elas tinham por base a situação social concreta da burguesia no interior da luta de classes. A burguesia indus-

trial vacilava não porque sua origem, ou o que quer que fosse, a impedisse de ter consciência de seus interesses.⁽³³⁾ Vacilava porque esses interesses eram contraditórios. Como a burguesia/industrial se via às voltas com a luta de classes, e não com a análise sociológica, ela se via obrigada a se submeter às leis da luta de classes, e não aos enunciados da sociologia. Por isto, ela se via diante da impossibilidade de separar o que era "funcional" do que era "desfuncional" para seus interesses. E enquanto a burguesia industrial parava a todo momento para pesar os prós e os contras de uma mesma iniciativa, a categoria social de Estado avançava e substituía a burguesia na consecução de seus próprios - da burguesia industrial - interesses históricos. Isto tampouco resolvia todos os problemas da burguesia industrial.

A categoria social de Estado não se constituía na vanguarda política da burguesia industrial. Embora não possuísse um projeto próprio de organização da sociedade, já que não representava, no sentido estrito, nenhuma das classes fundamentais da sociedade, e, no caso, embora assumisse os interesses históricos da burguesia industrial, ela não deixava de fazê-lo à sua própria maneira. Isto é, sua atuação e interesses se conflitavam, muitas vezes, com os da burguesia. A crítica às empresas imperialistas já é uma pequena mostra desta discrepância; ver-se-á que existiam, ainda, diferenças mais profundas. É por isto que aqui se diz que a categoria social de Estado substituía politicamente a burguesia industrial, e não que ela se constituía na vanguarda política desta burguesia.

A burguesia industrial se encontrava, pois, numa situação particularmente difícil. Com relação à burguesia comercial, ao imperialismo e com relação à própria política de industrialização do Estado ela tinha, simultaneamente, e em maior ou

menor grau, motivos para se comportar de formas contraditórias entre si. É claro que em cada conjuntura somente um dos aspectos - unidade ou conflito - era o aspecto dominante. Mas a posição dos termos - dominante e subordinado - se invertia conforme mudavam as circunstâncias, e tudo isto só vinha dificultar à burguesia industrial a obtenção de uma atuação coesa e de finida.

Estamos agora em condições de compreender a razão fundamental da debilidade organizacional da burguesia industrial. Por definição, a burguesia é uma classe profundamente heterogênea. No caso, a capacidade econômica da empresa, o setor de produção ao qual a empresa se dedicava e tantas outras particularidades faziam com que todo o conjunto de determinações contraditórias, que pautavam o comportamento de classe da burguesia industrial, não fosse sentido de forma homogênea no seio da classe. Desta forma, a burguesia industrial não estava coesa si quer em seus movimentos de avanços e recuos, em suas vacilações. Frente a cada questão, diferentes setores da classe reagiam de forma distinta, e era esta a principal razão da debilidade organizacional desta burguesia. É claro que sempre uma determinada orientação acabava por se impor ao movimento da classe. Porém, para se chegar a isto, o movimento tinha que se satisfazer com o apoio indeciso de muitos e se via obrigado a provocar a deserção de não poucos.

Visto o porquê da burguesia industrial, muitas vezes, se omitir, quando de sua iniciativa poderia depender a sorte das batalhas travadas em prol da industrialização e constatado que a categoria social de Estado se antecipava à burguesia industrial na condução da industrialização do país, resta saber porque essa burocracia civil e militar assumia as tarefas bur-

guesas. No estudo dessa questão, ter-se-á oportunidade de ver com que base social contava o governo, isto é, em que se sustentava a política de Estado, em maio de 1953, quando a burguesia comercial e seus aliados começavam a se mobilizar para o golpe que viria pouco mais de um ano depois.

- IV -

As forças sociais que detinham o poder de Estado e que conformavam a dinâmica de funcionamento de seus aparelhos, vale dizer, o bloco de poder no qual se assentava a política de Estado, caracterizava-se de tal forma que a correlação política de forças pendia em favor da industrialização. Mas isso se devia à presença da burocracia civil e militar, enquanto força social, no poder de Estado, uma vez que, na conjuntura de início dos anos 50, a burguesia comercial vinha arregimentando forças e se mobilizando de forma a adquirir superioridade política / frente à burguesia industrial. Sem a hegemonia dos interesses / industrialistas no interior das forças armadas e da burocracia de Estado, não seria possível, portanto, a manutenção da clara opção da política de Estado pelo desenvolvimento industrial capitalista do país. Se a presença da categoria social de Estado, enquanto força social, no bloco de poder era fundamental para a definição da política de Estado, cabe perguntar sobre os interesses que levavam esta categoria social a se posicionar pela industrialização do país.

A burguesia industrial possuía uma "explicação" / para tal fato.⁽³⁴⁾ Segundo essa "explicação", não eram pro- /

priamente interesses particulares que orientavam a política industrialista. Esta política era uma simples questão de bom senso. A burguesia industrial insistia que o Estado seria obrigado a encetar uma política que substituísse o consumo dos produtos industriais importados pelo consumo daqueles que eram fabricados no país. Via-se obrigado porque o déficit estrutural do balanço de pagamentos não oferecia outra alternativa à política econômica. A industrialização seria, pois, a forma natural do país se adaptar à situação provocada pelas - não menos naturais - leis do mercado internacional. Dessa perspectiva, tratava-se, / portanto, de uma motivação técnica que orientaria a política de Estado: para a economia do país seguir funcionando era necessário uma política de incentivo à industrialização, através da crescente substituição dos produtos até então importados. Dessa forma, não teria sentido perguntar-se pelos interesses particulares que levavam a burocracia da CEXIM a resistir às pressões da burguesia comercial, mesmo quando a essas pressões não se opusesse um decidido apoio da burguesia industrial à política da quele órgão. A CEXIM não possuiria outra alternativa. Agia de forma pragmática ou, se se quizer, em nome dos interesses do país, enquanto que as pressões da burguesia comercial, estas sim, seriam expressão de interesses particulares que se negavam a admitir o caráter racional da política industrialista, tendo-se / em conta a situação objetiva da economia do país. Entendendo-se por "economia do país" os interesses da indústria - como o fazia, ainda que não expressamente, a burguesia industrial -, essa forma de colocar o problema não deveria ser tomada senão como o que ela realmente é: a mistificação dos interesses particulares - de classe - da burguesia industrial. Contudo, essa visão pragmática da chamada política de substituição de importa

ções invadiu o domínio da análise científica. Toma-se, muitas vezes, a justificativa pragmática pelo móvel real da política industrialista; por isso é conveniente que seja discutida a procedência de tal proposição. (35)

Primeiramente, é necessário lembrar que os saldos negativos que o balanço de pagamentos, constantemente, apresentava, não era uma questão técnica mas sim social. A subordinação / do país ao imperialismo, da qual o saldo negativo nas trocas com o exterior era uma das manifestações, para se reproduzir, necessitava do apoio da burguesia brasileira. Nenhuma das frações da classe dominante estava interessada em questionar as relações sociais que se encontravam na base do chamado desequilíbrio externo. A burguesia brasileira possuía, assim, uma posição política que era fatora da desigualdade nas trocas com o exterior. Isto fica claro, quando se observa que na luta intra-burguesa, as diferentes frações da classe dominante procuravam se adaptar às condições impostas pela subordinação do país ao imperialismo. Vale dizer, procuravam acomodar seus interesses com os interesses do capital imperialista. Era isso o que fazia a burguesia industrial quando explicava - como foi visto no início deste ensaio - que, sendo o saldo negativo com o comércio exterior uma situação estrutural, era necessário que o Estado se valesse das efêmeras ocasiões de superavit para adotar uma política de estocagem dos equipamentos industriais que o país importava. Nem era outra a motivação da burguesia comercial quando, no decorrer do debate com a diretoria da CEXIM, a Federação das Associações Comerciais do Brasil afirmava: "Não temos receios de sacrifícios e ninguém recusa cooperação em momentos difíceis como este [agravamento das dívidas do país com o exterior], desde que o fardo seja suportado por todos, sem exceção, na proporção de suas atividades e ca-

pacidades".⁽³⁶⁾ Tudo isso significa que o saldo negativo do balanço de pagamentos é fruto da luta de classes no plano internacional, no interior da qual o conjunto da burguesia brasileira estava disposta a suportar o "fardo", isto é, a dominação imperialista sobre o país. Mas, quanto a "todos, sem exceção" suportarem o "fardo" é já a imposição dos interesses do conjunto da burguesia às demais classes sociais. Vale dizer, apregoar que a política de Estado devesse se orientar dentro dos limites impostos pelo saldo negativo com o comércio exterior, equivale a postular os interesses burgueses e longe está de poder ser caracterizado como uma medida pragmática. Não se trataria, portanto, tal política de uma orientação que não possuía interesses particulares e que se apresentava como única alternativa frente a um suposto obstáculo técnico.

Em segundo lugar, os limites que a subordinação / do país ao imperialismo impunha à acumulação interna de capitais não se constituíam em caução de uma política de industrialização. Vimos que o capital comercial recorria ao desenvolvimento setorial e limitado de certos ramos da indústria quando seus interesses - do capital comercial - demandassem a estabilização do balanço de pagamentos. Mas isto não o obrigava a definir-se por uma política de industrialização. Passada a crise - como tantas vezes ocorreu na Primeira República - o protecionismo à indústria interna era suspenso, a não ser que alguns setores da burguesia industrial fizessem valer seus próprios interesses. Isto é, o capital comercial opunha-se à industrialização e supor que esta - por resolver, com a chamada substituição de importações, os saldos negativos com o exterior - tornara-se a única e natural opção da política de Estado é cometer duplo erro. De um lado, porque a industrialização - na forma subordinada ao impe

rialismo em que se processava - longe estava de inverter a tendência do balanço de pagamentos, como queria fazer crer o discurso da burguesia industrial. Ao contrário, ela aprofundava o déficit com o exterior. Medidas isoladas de incentivo à indús-tria podiam, conjuntamente, normalizar as contas do país com o exterior. Mas uma política de industrialização só fazia aumentar o valor das importações - equipamentos e materias primas para a indústria -, agravando assim o déficit externo. Prova disso está em que, no decorrer do ano de 1955, conseguiu-se estabilizar a balança comercial e, justamente, graças à redução das importações e à conseqüente retração do crescimento da produção industrial. De outro lado, quer a industrialização se constituísse ou não na única alternativa para a solução do endividamento do país para com o capital imperialista, esta alternativa, por se encontrar em contradição com os interesses do capital comercial, deveria ser politicamente imposta à esta fração da classe dominante. Tal imposição de força, se a burguesia industrial não era capaz de fazê-lo por conta própria, só poderia ser efetivada se uma outra força social presente no bloco de poder se juntasse aos interesses históricos da burguesia industrial.

Foi visto que a burocracia civil e militar constituía-se nessa força. Contudo, como a categoria social de Estado corporifica os próprios aparelhos repressivos do Estado, vários são os autores que vêm em seu posicionamento pró industrialização, simplesmente, uma manifestação do caráter capitalista do Estado. Isto é, como entendem que o desenvolvimento do capitalismo industrial seria a alternativa histórica mais conveniente para a manutenção do domínio do conjunto da burguesia sobre a sociedade, concluem que o Estado, ainda que se conflitando / com interesses imediatos de setores da burguesia, deveria tomar

para si - caso a burguesia industrial não o fizesse - a tarefa de conduzir o processo de industrialização, em nome dos interesses históricos da classe dominante.⁽³⁷⁾ Tal entendimento pretende se fundamentar na teoria marxista. Aqui o Estado se antecipa à burguesia para que essa perpetuasse seu domínio de classe, e não para recriar as condições de funcionamento da "economia do país". Porém, apenas aparentemente essas análises não tomam o Estado como entidade acima da luta de classes. Falando sobre o relacionamento do Estado capitalista com a classe burguesa, Gramsci observa: "(...) a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados; equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem até um determinado ponto, excluindo o interesse econômico-corporativo estreito."⁽³⁸⁾ Esta observação adverte para o fato de que o Estado, na salvaguarda dos interesses históricos da burguesia e agindo em função desses interesses, tende a sacrificar, quando a situação da luta de classes o exige, os interesses menores e imediatos da classe dominante. Entretanto, no caso presente, para o capital comercial não eram interesses econômico-corporativos estreitos que se encontravam em jogo. Eram os seus próprios interesses históricos. Da política de Estado dependia a manutenção de seu predomínio na sociedade; de sua iniciativa política dependia a recuperação da hegemonia política no poder de Estado. Não se pode, portanto, confundir a ação antecipadora da categoria social de Estado com o desempenho comum a um Estado capitalista qualquer.⁽³⁹⁾ Os fundamentos dessa antecipação devem ser buscados nas relações da categoria social de Estado com um setor social - que não a burguesia -, cuja situação social concreta e cujos inte

resses particulares decorrentes dessa situação levavam-no a sus tentar politicamente a substituição da burguesia industrial pela burocracia civil e militar, na condução da industrialização/capitalista do país. Esse setor social se constituía em determi nados segmentos das camadas médias urbanas.

Analisando a atuação das camadas médias urbanas ao longo do período populista, Décio Saes observa a necessidade de se distinguir, no interior dessas camadas, dois setores que apresentaram orientações políticas contrárias entre si. Frente à política de industrialização e de integração das massas urbanas na estrutura de dominação burguesa através do sindicalismo/de Estado, as camadas médias urbanas que durante a Primeira República estiveram amarradas ao liberalismo oligárquico assumiam uma postura de oposição aberta. Seu liberalismo, que mal disfar çava seu profundo ódio às massas e sua concepção da política co mo privilégio social de alguns e não como direito universal, as levava a se constituir na base de massa da fração burguesa, que tendo perdido a hegemonia política em 1930, tentava, ciclicamen te, restaurar seu controle sobre o Estado. Nessa medida, "a ori entação política das camadas médias tradicionais está marcada, ao longo do período populista, pela nostalgia da política oli gárquica."⁽⁴⁰⁾ Este setor das camadas médias, sendo composto, principalmente, por profissionais liberais, era também levado a rejeitar a política de industrialização, pelo fato de que sua disposição ideológica o previnha contra a intervenção do Estado no domínio econômico. E a industrialização no pós 30 era insepa rável do intervencionismo estatal, inclusive no campo da produ-
ção.

Era outra a atuação política e a disposição ideo lógica dos empregados de escritórios, do baixo funcionalismo pú

blico, dos comerciários, dos bancários, enfim, do que se poderia chamar de baixas camadas médias ligadas ao setor capitalista de serviços urbanos. Durante a Primeira República, não foi este o setor que se constituía na base social das sucessivas campanhas que, sem nunca abrir mãos das instituições que criticavam, peliteavam a "regeneração democrática" do país. Essas campanhas eram a própria forma de integração das camadas médias liberais à democracia oligárquica que, elas mesmas, diziam criticar. As baixas camadas médias, ao contrário, estiveram excluídas do sistema político oligárquico. Portanto, o reconhecimento da cidadania das massas urbanas pelo Estado surgido da Revolução de 30, não lhes fora um flagelo, mas, antes de tudo, a transformação através da qual as baixas camadas médias se viram integradas no jogo político. Afirma Saes:

"Essa autonomia / em relação à fração burguesa hegemônica ao longo da Primeira República / permitiu que sua possibilidade geral, enquanto grupo social secundário, de identificação com o Estado se articulasse concretamente à aspiração ao consumo industrial e ao bem-estar social; ou melhor, que o culto 'pequeno-burguês' do Estado assumisse concretamente a forma de pressão (por vezes cega, por vezes canalizada) pela construção de um Estado intervencionista e industrializador." (41)

A Revolução de 1930 veio dar concretude a essa / aspiração.

Esse setor das camadas médias urbanas, enquanto / grupo social secundário, não possuía um projeto próprio de organização da sociedade. Sua atuação política teria, pois, que se subordinar aos interesses históricos de uma das classes funda-

mentais da sociedade capitalista brasileira. As baixas camadas médias urbanas, ao pleitearem a industrialização capitalista, filiavam-se aos interesses históricos da burguesia industrial. Mas, ao fazê-lo, suas condições sociais específicas impediam uma perfeita coincidência de sua atuação com os interesses da burguesia industrial.

Em primeiro lugar, a capacidade de investimento da burguesia industrial brasileira e sua disposição política para conduzir o processo de industrialização estavam aquém da "pressa" industrializante das baixas camadas médias. A reivindicação de melhores condições de vida por parte deste setor social estava subordinada aos parâmetros ideológicos dados pelas socieda-/des capitalistas centrais. É exemplar, neste sentido, o trecho de um artigo publicado no número 52, de junho de 1954, da Folha dos Bancários, jornal do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários de São Paulo. Diz o texto:

"Estamos cientes dos nossos deveres, cumprimos fielmente nossa obrigação de desempenhar nossas tarefas em nosso emprego, mas também exigimos nossos direitos a uma vida digna do século em que estamos. Todo conforto que caracteriza este século é obra nossa, de todos nós que trabalhamos, sem o que nada existiria. Portanto, temos direito a tudo isso e não aceitamos os argumentos dos que dizem que nossos ordenados nunca serão suficientes porque gastamos muito, queremos ir sempre ao cinema, queremos até possuir canetas Parker e relógios/Eska... Em verdade, queremos muito mais do que isso, / queremos também televisão e geladeira para nossa família, porque se isto existe foi à nossa custa, e não de quem assistiu a fabricação de camarote."(42)

Quando se recorda a debilidade econômica da burguesia industrial brasileira - como ficou patente no seu desinteresse em investir na fabricação de veículos -, pode-se ver o quanto essas necessidades de consumo, que a subordinação ideológica ao capitalismo central - ao "conforto que caracteriza este século" - fazia as baixas camadas médias sentirem, iam além do que a industrialização brasileira estava em condições de proporcionar. E não era apenas a capacidade de investimentos da burguesia brasileira que a impedia de aprofundar o processo de industrialização. Para o atendimento das reivindicações das baixas camadas médias era necessário que fossem assumidos, sem vacilações, os conflitos do processo de industrialização com a burguesia comercial e com os interesses imperialistas, ligados à antiga divisão internacional do trabalho. Também aqui, como se viu, a burguesia interna não se saía de forma muito satisfatória, premida, como se encontrava, por pressões as mais contraditórias entre si.

Em segundo lugar, a forma como as baixas camadas médias encaminhavam suas reivindicações também trazia a marca das disposições ideológicas oriundas de sua situação social. E nesse aspecto, mais do que pressionar o Estado a se antecipar à burguesia industrial, esse setor social o levava a se conflitar com a burguesia. Sem condições sociais de se organizar de forma independente, era na alta burocracia de Estado e nas forças armadas que as baixas camadas médias encontravam a possibilidade de traduzir politicamente, num programa de industrialização do país, suas reivindicações. Representando do alto - isto é, sem vinculações orgânicas com a massa de representados - as baixas camadas médias, a categoria social de Estado dava forma à essas aspirações e procurava conformar o Estado à imagem que

dele faziam as baixas camadas médias. O sindicalismo de Estado era a forma mais acabada na qual se expressavam as disposições ideológicas do setor populista das camadas médias urbanas. Mas era, também, uma permanente fonte de conflitos da burguesia industrial com o Estado, em que pesasse sua política industrialista.

Concebendo o Estado como uma entidade acima da luta de classes, as baixas camadas médias esperavam dele a solução para suas aflições. Não que isto significasse abrir mão da luta reivindicativa; mas, simplesmente, que essa luta não se traduzia, sem a mediação da categoria social de Estado, num programa político coerente e, além disso, significava que toda a luta era conduzida dentro do pressuposto que ao Estado cabia o papel de árbitro, num jogo cuja primeira regra seria a promoção do bem-estar e da "justiça social". A luta econômico-corporativa deste setor social politicamente incapaz e mistificador do Estado encontrava no sindicalismo de Estado seu meio de expressão. O depoimento de um sindicalista bancário, sobre a greve que sua categoria mantivera durante dois meses no ano de 1951, é bastante esclarecedor a esse respeito.

"Num país como o nosso, em que o Presidente da República é o primeiro a espalhar aos quatro ventos que existe a indiferença dos poderosos pelos desfavorecidos da sorte, nada melhor que ele, o pai dos pobres, algo de concreto fizesse, para proteger realmente os trabalhadores contra a sanha desenfreada dos patrões gananciosos e insaciáveis.(...) Na realidade, muito se aproveitou durante a nossa última greve que durou 69 longos dias, durante os quais o indiferentismo do senhor Getúlio Vargas causou tanto sofrimento e infe

licidade a muitos daqueles que viam em sua pessoa a esperança de um novo porvir para aqueles que vivem com o suor do rosto. Basta dizer que, se não a maioria, porém uma grande parte dos bancários que entraram no movimento, o fizeram influenciados pelas suas demagógicas palavras. Esses abnegados, pretendendo dar exemplo de disciplina às suas ordens, ao 'Ingressai em massa nos sindicatos', palmilharam terreno pantanoso, com risco de sua própria subsistência."(43)

Este depoimento mostra não só como a imagem do Estado-árbitro predisponha as baixas camadas médias a se satisfazerem com entidades econômico-corporativas subordinadas ao Estado, como também aponta para o fato de que a base social da categoria social de Estado se mostrava insatisfeita com a política do governo Vargas. Este ponto é importante. Pelo exposto acima, vê-se que o sindicalismo de Estado - forma organizativa típica das baixas camadas médias - era a própria base social da alta burocracia e das forças armadas, na sua política de industrialização avançada. Era o sindicalismo de Estado que impulsionava esta política que, para ser mantida pelo governo, exigia o atendimento, ainda que mínimo, das reivindicações às quais dava ensejo.

O sindicalismo de Estado era a principal fonte de conflitos entre a burguesia industrial e a própria política de industrialização. Com efeito, a categoria social de Estado assumia a direção da luta pela industrialização do país como representante das baixas camadas médias. Tinha nesse setor social sua base política, com a qual se vinculava, fundamentalmente, através do sindicalismo de Estado. A burguesia industrial sempre apresentara reservas quanto aos "custos sociais", como dizia,(44) da legislação trabalhista. Mas a categoria social de Estado, sob

pena de cometer um suicídio político, não podia abrir mão desta legislação e nem de um atendimento mínimo das reivindicações / sindicais. A política de industrialização avançada era a face e conômica do sindicalismo de Estado, este compunha sua base social. Eram, ambos, faces de uma mesma moeda, o que não dava à burguesia industrial a possibilidade de ficar com o "conteúdo", caso pretendesse rejeitar sua "forma". Já na campanha eleitoral de 1950, isso ficara claro. A "questão social" e a questão industrial eram, no fundo, uma mesma e única questão. O candidato à Presidência pela coligação PTB-PSP apregoava a intervenção industrialista do Estado e defendia, em simultâneo, o direito dos trabalhadores urbanos à reivindicação e a necessidade de aumentos salariais. O candidato pela UDN, que acabou sendo derrotado, por seu turno, opunha-se a esses dois pontos. Suas loas às virtudes da mão invisível do mercado mal disfarçava sua postura antiindustrialista (vimos como o controle político sobre o comércio exterior era condição da política industrialista). E essa vinha acompanhada da condenação, inclusive, da legislação / que impunha à burguesia um teto salarial mínimo a ser pago aos trabalhadores.⁽⁴⁵⁾ Raciocinando hipoteticamente, constata-se / que haveria uma forma de separar a política de industrialização da integração das massas urbanas no sistema político. Isto seria possível se a burguesia industrial se constituísse em alternativa de poder no Estado. Contudo, suas vacilações frente à burguesia comercial e ao imperialismo não a habilitavam para tanto. Por isso, o Estado industrializador não se transformava no seu Estado e a política de industrialização que ele implementava não era exatamente a sua política.

A presença política das baixas camadas médias - conforme se pode deduzir do exposto até aqui - não pode ser ex

plicada pelo efeito que tenha produzido. Se ela possibilitou o equilíbrio, ainda que instável, do bloco de poder, a pressão por essa presença precede a crise de hegemonia que se abre com a Revolução de 1930.⁽⁴⁶⁾ É, portanto, nas motivações específicas e nas lutas desse setor social - e não na necessidade de equilíbrio do Estado - que se deve procurar a razão fundamental de sua integração no sistema político.⁽⁴⁷⁾ Essa integração, no essencial, não questionava o poder burguês, mas, ao contrário, o legitimava. Contudo, como tinha por base os interesses próprios / desse setor social, as lutas que vivificavam tal integração eram levadas adiante ainda quando tal custasse uma crise no poder de Estado. Da perspectiva das baixas camadas médias, sua disposição para o culto ao Estado não se referia a um Estado qualquer. Mas a um Estado que reconhecesse sua cidadania e promovesse seu bem-estar social - o que a indispunha contra os interesses imediatos do conjunto da burguesia. E como a realização desse bem-es- / tar social se definia pelo padrão de consumo das sociedades capi- talistas centrais, as baixas camadas médias se postavam, ^{pela} ~~para~~ a aceleração da industrialização capitalista, empurrando a catego- ria social de Estado para uma luta aberta com a burguesia comer- cial, sem que, para tanto, o Estado dispusesse do apoio incondi- cional da indústria.

Estamos agora em condições de compreender que não era sólida a base social do governo, quando a burguesia comerci- al começou a se definir - no início de 1953 - pela opção de restaurar sua hegemonia no poder de Estado. As insatisfações das camadas médias baixas - das quais o depoimento do sindicalista bancário é uma pequena amostra - vinham crescendo, ativamente as contradições da política de Estado com as forças sociais das qua- is o governo poderia esperar apoio e aguçando as contradições en-

tre essas forças sociais, elas mesmas. As forças sociais que poderiam se reunir para defender o governo - burguesia industrial e baixas camadas médias - começavam a tomar rumos diferentes e nenhum desses caminhos levava a um decidido apoio à política de Estado. Para o governo, a precariedade da situação tornava-se ainda maior, porque não era apenas o setor populista / das camadas médias que se encontrava integrado no sindicalismo/ de Estado mas, inclusive, o movimento operário.

C A P Í T U L O I I

- I -

A luta reivindicativa do setor populista das camadas médias ia a reboque da luta econômica da classe operária. Isto fica claro a partir de maio de 1953. Durante os meses de março e abril de 1953, a classe operária manteve sobre si as atenções de toda a imprensa burguesa, dos aparelhos repressivos do Estado, enfim, das agências do poder burguês. Em todo o Estado de São Paulo, operários de vários ramos da indústria sustentaram uma greve geral durante 30 dias, com a participação de mais de 300 mil operários. A greve geral, no seu transcorrer, uniu os operários dos diferentes ramos da indústria. Essa união se plasmou numa Comissão Geral de Greve, que passou a dirigir o movimento poucos dias após ele se ter iniciado. A classe operária, refletindo sobre sua própria experiência, começava a apontar para um tipo de organização sindical superior àquela herdada do Estado Novo. Com efeito, a Comissão Geral de Greve era a expressão, e ao mesmo tempo a forjadora, da união horizontal que

o movimento operário alcançara naquela conjuntura, abalando a estrutura sindical corporativista que se estabelecera durante o período ditatorial. Nem essa greve e nem o movimento operário daquele período punham na ordem do dia o assalto ao poder burguês. Não havia, objetivamente, uma perspectiva socialista no horizonte próximo, ainda que esse fantasma possa ter afligido alguns setores da classe dominante e alguns de seus aliados. Tratava-se, "apenas", do embrião de uma forma superior de organização sindical, onde a solidariedade de classe rompia os diques do sindicalismo de Estado. A classe operária demonstrava que o sindicalismo de Estado não era o seu sindicalismo. Que sua incorporação ao sindicalismo próprio das baixas camadas médias era precária e contraditória. As baixas camadas médias tomaram essa experiência da luta econômica da classe operária como exemplo e passaram a reivindicar a união de todos os trabalhadores, isto é, a união com a classe operária ao nível da luta sindical.

Esse procedimento era o resultado natural do comportamento que o setor populista das baixas camadas médias vinha apresentando ao longo do período que antecederia à greve operária de março-abril de 1953. Em 8 de dezembro de 1952, os operários da indústria têxtil da cidade do Rio de Janeiro entraram em greve. O movimento entrou na ordem do dia das preocupações / burguesas. No dia 12 de janeiro de 1953, a burguesia comercial fez ver, num memorando à Presidência da República, que foi imediatamente divulgado por toda a imprensa burguesa, suas preocupações frente à "existência de pessoas simpáticas ao credo vermelho até mesmo em postos de relevo da administração" e citava como exemplo "a greve dos tecelões nesta capital, instigada e orientada ostensivamente pelos agentes soviéticos" que se constituiria "numa prova insofismável da grave situação social que o

país atravessa". Prosseguia o memorando: "E sentimos haver observado, nesse lamentável acontecimento, que a greve apesar de ilegal, pois desrespeitou um aresto definitivo da Justiça do Trabalho, não mereceu das autoridades competentes as providências/previstas em lei. Com isto, sentiram-se estimulados os responsáveis pelo movimento a prosseguir nos desígnios de transviar dos seus deveres os trabalhadores textéis."⁽⁴⁹⁾ Enquanto a burguesia entendia que houvera repressão de menos aos operários em greve, os trabalhadores bancários entendiam que se dera repressão de mais. No decorrer do movimento dos textéis cariocas, o Sindicato dos Bancários de São Paulo lhes enviou um telegrama, solidarizando-se com o movimento. O Sindicato dos Bancários enviou ainda telegrama à Presidência da República, ao Ministro do Trabalho e ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, repudiando "as arbitrariedades policiais que culminaram na morte de dois tecelões no uso sagrado do direito de greve".⁽⁵⁰⁾ As baixas camadas médias davam mostra com isso que viam na classe operária sua parceira, ao menos ao nível da luta sindical.

Às críticas da burguesia comercial, uniram-se os protestos da burguesia industrial. Os textéis, após manterem a greve por 48 dias, saíram vitoriosos do movimento, obtendo 42% de aumento salarial (a reivindicação inicial era de 60%).⁽⁵¹⁾ O sindicato patronal das indústrias textéis do Rio de Janeiro iniciou uma série de críticas ao governo. Acusou-o de levar adiante uma "política demagógica", de "favorecer o sindicato operário" no decorrer do conflito (poderíamos acrescentar: em vez de reprimi-lo com mais eficiência).

Da perspectiva da categoria social de Estado que se apoiava no movimento das baixas camadas médias, as relações que essas mantinham com o movimento operário impediam-na de em-

prender uma política de repressão ao movimento operário, nos moldes que era reivindicado pela burguesia. Com efeito, para a burguesia não bastou o assassinato de dois grevistas, ela exigia/ a intensificação da repressão. A categoria social de Estado não podia, no entanto, atender aos anseios da burguesia, sob pena de ver fugir-lhe sua base social. Vale dizer, a integração das baixas camadas médias no sistema político implicava, necessária e simultaneamente, na tentativa de integração da classe operária à estrutura de dominação burguesa. A categoria social de Estado não podia e nem tinha interesse em reprimir o movimento operário com a intensidade que a burguesia julgava conveniente. Ela, ao contrário, interessava-se por incorporar - movida pelos interesses e ideologia de seus representados - o movimento operário ao sindicalismo de Estado, para transformá-lo, também, em base de sustentação de sua política avançada de industrialização. Assim como, na sua luta reivindicativa, as baixas/camadas médias viam na classe operária uma aliada em potencial, por isso mesmo, a categoria social de Estado via na classe operária uma base de apoio virtual para o programa de industrialização que plasmava as reivindicações imediatas das baixas camadas médias. Essa busca de integração/subordinação da classe operária ao Estado,⁽⁵²⁾ como base da política de industrialização avançada promovida pela categoria social de Estado e nos quadros de uma ideologia pequeno-burguesa de culto ao "Estado industrializador" é o que aqui se entende por populismo. Trata-se de uma política que se dá numa conjuntura específica de transição, que possui um objetivo econômico preciso, que tem à sua frente um agente social determinado e que secreta uma ideologia própria.

Convém lembrar que, siquier em suas manifestações de superfície, o populismo nunca foi nada que se assemelhasse à

demagogia; e isto num duplo sentido. Não só a classe operária não se deixaria levar por simples palavras, como também - que é o que interessa aqui - o chamado estilo político dos líderes populistas não era senão uma manifestação da ideologia pequeno-burguesa que portavam, e nunca uma teatralização constituída no vazio que pudesse ser explicada pelos dividendos eleitorais que viesse a render. As promessas de campanha eleitoral não eram um recurso ao qual qualquer um poderia recorrer, só o faziam aqueles que eram movidos pela ideologia que via no Estado a entidade todo poderosa, única capaz de promover o bem-estar e a "justiça social".

Foi à revelia da burguesia que o Estado ampliou, a partir de 1930, a legislação trabalhista. Era à revelia da burguesia que ele procurava agora não negar, peremptoriamente, o direito operário à reivindicação. Mas o reconhecimento de um direito sempre vem após uma existência de fato. Assim como as baixas camadas médias reagiam frente a um movimento operário que não dependia delas, a categoria social de Estado procurava, a seu modo, responder a uma pressão operária real. A integração / da classe operária na estrutura de dominação burguesa foi a resposta do Estado às lutas operárias. Foi o resultado de uma longa luta, na qual o Estado surgido da Revolução de 1930 combinou a repressão sem tréguas às vanguardas operárias, com o atendimento de reivindicações mínimas do movimento operário. Nesse / sentido, qualquer que fosse a medida que, atendendo a essas reivindicações mínimas, promovesse a integração/subordinação da classe operária, ela não foi nada além de uma conquista que o movimento operário obtivera graças à sua própria força.

Por ser fundamental para a compreensão da crise que se abre em 1953, cabe alertar que o fato da categoria soci

al de Estado se antecipar à burguesia - e nunca ao movimento operário - no atendimento das reivindicações operárias - e já foi visto porque tal se dava dessa forma - em nada altera o fato de que o atendimento dessas reivindicações foi - exclusivamente e nada mais que - uma conquista da classe operária. Com efeito, a força de um movimento de classe - e a classe ela mesma - não pode ser analisada/ a não ser no interior do quadro geral da luta de classes. A existência da categoria social de Estado é um dado no interior da luta de classes e mesmo se sua existência viesse tornar as coisas / "mais fáceis" - no plano da luta imediata - para a classe operária, isso não permite concluir que a classe operária tenha obtido algo que fosse além daquilo que se poderia esperar da força de seu próprio movimento. Os ganhos da classe operária eram sempre proporcionais à sua própria força, desde que essa força seja considerada não metafisicamente, mas sim nas suas relações com o movimento das outras classes em luta. Quanto a isso, convém lembrar que a força da categoria social de Estado - para fazer passar a legislação trabalhista, por exemplo - tem como condição necessária a relativa fraqueza das frações burguesas, e como condição suficiente a pressão social exercida sobre o Estado pelas classes populares urbanas - (baixas camadas médias e classe operária). (53)

É fundamental reter a idéia de que as conquistas operárias - estamos sempre nos referindo apenas às conquistas reconhecidas pelo poder burguês -, para se efetivarem, passavam por um complicado circuito, que interligava as frações burguesas entre si e com a categoria social de Estado. Esse circuito sofre um "curto" com a greve geral de 1953.

- II -

O movimento grevista levado a cabo pelos textéis/ do Rio de Janeiro saíra vitorioso. Iniciada em 8 de dezembro de

1952, a greve só terminou em 24 de janeiro de 1953, com os operários tendo obtido 42% de aumento. A greve dos textéis parecia indicar que o movimento operário começava a recuperar sua vitalidade. Com efeito, 1952 não havia sido um ano de grande atividade no plano das lutas sindicais.⁽⁵⁴⁾ A greve dos textéis, cujo sucesso foi resultado da disposição dos trabalhadores para manter a "parede" durante 48 longos dias, servira também para indispor a burguesia - como foi visto - contra o governo, embora não tenha servido para convencer a classe dominante de que as fileiras operárias, moralmente fortalecidas, tinham agora/melhores condições para a luta. Esse erro de avaliação custaria caro à burguesia.

Em 19 de maio de 1951, o governo suspendera a exigência do atestado de ideologia, através do qual o Ministério do Trabalho policiava as chapas que pretendessem concorrer às eleições sindicais. Abolido o atestado de ideologia, os comunistas viram crescer suas possibilidades de se fortalecer junto ao movimento operário. Com efeito, há algum tempo o PCB se decidira por atuar, como oposição às diretorias "pelegas", dentro dos sindicatos oficiais: órgãos que, bem ou mal, constituíam-se naquilo que, no momento, a classe operária dispunha para encaminhar sua luta econômica. Os comunistas passaram a disputar as eleições sindicais juntamente com os militantes operários não comprometidos com o Ministério do Trabalho e foram ganhando para o movimento operário a direção dos principais sindicatos.⁽⁵⁵⁾ O PCB, que no início do governo Dutra havia mantido uma linha de colaboração com a política de Estado⁽⁵⁶⁾, agora, ao contrário, mantinha uma política de intransigente oposição ao governo⁽⁵⁷⁾ e não poupava esforços para organizar a classe operária. Com a sua principal organização dirigindo a oposição sindical e se mantem

do fora de uma perspectiva de colaboração com o governo, o movimento operário ganhava novas forças. Isso foi, sem dúvida, importante na determinação do ascenso que o movimento operário iniciava no final de 1952.

Mas não se pode atribuir a recuperação do movimento operário somente à atuação de sua direção. No decorrer de 1952, a taxa de inflação dera um grande salto. Para os anos de 1950, 1951 e 1952, um autor apresenta, respectivamente, os seguintes índices de crescimento para a taxa de inflação: 11%, 11% e 21%.⁽⁵⁸⁾ As consequências negativas da alta dos preços ampliavam-se, para a classe operária, em decorrência da política de contenção salarial, levada a cabo pelo governo - o último aumento do salário mínimo oficial dera-se em 1951. E esse aumento fora o primeiro decretado pelo Estado desde 1943! No decorrer da grande greve de março-abril de 1953, os trabalhadores dariam mostras de que sua disposição para a luta contra a depreciação do salário não ficava aquém das propostas que a direção do movimento apresentava.

Finalmente, para o caso específico da greve geral de março-abril de 1953, deve-se ter em conta a situação política da cidade de São Paulo, nos primeiros meses daquele ano. Em 22 de março de 1953, realizou-se a primeira eleição para o cargo de prefeito da capital do Estado, desde o golpe que impusera o Estado Novo em 1937. Desde o período ditatorial até o ano de 1953, a prefeitura de São Paulo foi ocupada por elementos designados pelo governo da União ou do Estado. A participação popular na campanha eleitoral crescera não só pela novidade da eleição, como também pela "novidade" dos candidatos. Além do candidato apoiado pelo Governo do Estado (PSP), concorriam às eleições o candidato do PDC - Jânio Quadros - e um outro pleiteante

à prefeitura apoiado pelo PCB. Em verdade, tudo indica que o PC estava mais interessado na mobilização política e na oportunidade de defender o seu programa junto às massas que, propriamente, na prefeitura.⁽⁵⁹⁾ Os comunistas insistiram durante a campanha no caráter anti-operário da política de Vargas e na submissão de seu governo ao imperialismo. Além da pregação política do PCB, a campanha para a eleição municipal dera ensejo à participação popular graças à atuação de Jânio Quadros, junto aos sindicatos⁽⁶⁰⁾ e às Sociedades de Amigos de Bairro da periferia da cidade.⁽⁶¹⁾ Como lembra Weffort, a greve de março-abril de 1953 iniciou-se no dia seguinte à eleição municipal.

Em 10 de março de 1953, 8000 trabalhadores das indústrias têxteis realizaram uma manifestação no centro da cidade de São Paulo.⁽⁶²⁾ Reivindicavam aumento salarial - não era anunciado quanto se pretendia de aumento - e medidas para conter a alta do custo de vida. Na manifestação, que fora decidida em assembléia geral no sindicato da categoria, os operários insistiram na crítica aos órgãos governamentais responsáveis pela política econômica, e propuseram ao Sindicato (patronal) das Indústrias Têxteis o início de negociações para tratar da majoração do salário. No dia 20 de março, o Sindicato (patronal) das Indústrias Têxteis se reuniu com os dirigentes operários. Não durou muito a disposição dos industriais para as negociações. A burguesia considerou a reivindicação operária (60% de aumento) absurda e tomou a iniciativa de suspender as negociações, alegando que muitas indústrias não poderiam, sequer, pagar aumento algum. Parece que a burguesia subestimou a força e a disposição do adversário. Passados 3 dias, grupos de trabalhadores, sem esperar pela resolução do sindicato, tomaram a iniciativa de iniciar a greve. No dia 26 de março, o Sindicato dos /

Texteis, em assembléia de massa, decide ir à greve. No mesmo dia 26, os metalúrgicos realizam uma assembléia, à qual ocorre grande massa operária. Nessa assembléia, o Sindicato dos Metalúrgicos declara a categoria em greve. Como os texteis, os metalúrgicos também tinham ouvido a negativa da burguesia quando se dispuseram a efetuar negociações. Os metalúrgicos se declararam em greve por: 1.) solidariedade aos trabalhadores da indústria textil; 2.) aumento salarial. Formava-se, então, o núcleo do grande movimento. Os dois mais poderosos sindicatos operários de São Paulo, sob controle do PCB, desencadeavam juntos a greve.

Em seu primeiro dia, a greve já congregava 60000 operários. No segundo dia, o movimento começava a se expandir para fora da cidade de São Paulo e já reunia 105000 operários. No terceiro dia (29 de março), forma-se a Comissão Geral de Greve, que assumirá o comando do movimento em seu conjunto, passando / por cima dos sindicatos de cada uma das categorias envolvidas na greve. No mesmo dia 29, a Folha da Manhã anuncia, em editorial, que as "classes conservadoras" começavam a se inquietar com a possibilidade de uma revolução social.

Formada a Comissão Geral de Greve, o movimento ficou organizado da seguinte maneira: a) a greve se mantinha e se alastrava graças à atuação de grupos de 30 a 40 operários que sustentavam os piquetes; b) cada um dos sindicatos (já, então, os gráficos e marceneiros haviam aderido à greve) apresentava uma comissão de greve, que se distinguiu de sua diretoria e era integrada pelos líderes do movimento; c) a "parede" era dirigida pela Comissão Geral de Greve, cuja função transcendia a das diretorias sindicais. As decisões encaminhadas pelas comissões de greve eram tomadas em assembléias de massa, com a presença maciça de trabalhadores. Vê-se, pois, que já no seu início o movimento

rompia os diques do sindicalismo de Estado. O movimento possuía uma organização democrática, com ampla participação das bases e unia, horizontalmente, a classe operária.

De sua parte, a Delegacia Regional do Trabalho, baseada no decreto-lei 9070 de 15-3-1946, declarou a greve ilegal. Os dirigentes operários responderam que ilegal era o decreto-lei 9070, e a greve continuou a crescer. No início de abril, começa a agitação nas docas de Santos; os trabalhadores da Estrada de Ferro Sorocabana paralizam o trabalho e 3 000 ferroviários realizam uma manifestação ao longo dos leitos da ferrovia. A manifestação dos ferroviários é violentamente reprimida. Em Cotia, as indústrias têxteis são também paralizadas. Os trabalhadores da CMTC - cidade de São Paulo - entram também em greve. Em Osasco, São Caetano e Santo André verificam-se choques entre os grevistas e a polícia. O movimento irrompe igualmente em Jundiaí, Sorocaba, Ribeirão Preto, Taubaté, Botucatu, Bauru, enfim, nas principais cidades do interior do Estado. A greve a lastrara-se por todo o Estado de São Paulo, reunindo metalúrgicos, merceneiros, vidreiros e gráficos. Devido à presença desses últimos, alguns órgãos da imprensa burguesa chegarão a não circular. Em muitos sindicatos, cujas diretorias vacilavam em aderir ao movimento, as bases tomavam a iniciativa de fazê-lo. Noutros - como os da construção civil, doces e conservas, telefones, gás, padeiros e confeitheiros - dirigentes pelegos conseguiram manter os trabalhadores fora da greve. Graças à maior disposição que a burguesia, agora, demonstrava para entabular negociações, esses sindicatos negociaram aumento em separado com os patrões e conseguiram, com isso, manter as bases fora do movimento.

Em que pesasse a violenta repressão ao movimento,

para a qual foram mobilizados todos os aparelhos repressivos dos quais poderia dispor o governo do Estado de São Paulo (Força Pública, Polícia Política - DOPS -, Guarda Civil e, até, Corpo de Bombeiros), não só a greve prosseguia, como também se multiplicavam as manifestações e lutas de rua.

No dia 31 de março, aparentemente sem a prévia autorização dos sindicatos, a Praça da Sé foi tomada pelos trabalhadores. A imprensa burguesa não conseguiu calcular o número de manifestantes. O DOPS, os cavalarianos da Força Pública e o Corpo de Bombeiros desencadeiam uma violenta repressão. Com os trabalhadores se defendendo com pedras e pedaços de pau, as lutas na Praça da Sé se estendem das 16 às 20 horas do dia 31. No mesmo dia, e novamente sem prévia autorização dos sindicatos, um grupo de operários invade uma empresa textil e paraliza suas atividades. A imprensa de todo o país deu destaque aos acontecimentos da Praça da Sé. O jornal O Estado de São Paulo lançou um chamado às "classes conservadoras", para que reagissem antes que fosse tarde demais. A Praça da Sé seria palco de mais duas manifestações e, de novo, dezenas de operários seriam presos. Nove dias após a primeira grande manifestação na Praça da Sé, irrompe no Bairro da Mooca uma manifestação com 20 000 participantes. Inicia-se uma batalha entre as forças da repressão e os populares, que, novamente, se defendem com pedras e pedaços de pau. A manifestação é dispersada com rajadas de metralhadora. As autoridades admitem que dezenas de trabalhadores e de policiais saíram feridos das lutas nas ruas da Mooca. A cada manifestação de rua, os sindicatos, ao contrário das Comissões de Greve, procuravam desautorizar esse tipo de luta, e a imprensa burguesa se tornava mais contundente na sua crítica ao governo, cuja atuação "demagógica" teria incentivado a greve. Vargas é pessoalmente responsa-

bilizado pelo movimento. Os jornais alegam que a greve fora obra do PTB, partido dirigido pelo Presidente da República.

As camadas médias urbanas se dividiram em relação ao movimento grevista. Antes deste se iniciar, o Sindicato dos Bancários já vinha estreitando seu contato com a luta operária./ No dia 18 de março, uma Comissão Inter-Sindical, que se formara com o objetivo de lutar contra a alta do custo de vida, e em cuja direção se encontrava a diretoria do Sindicato dos Bancários, organizara uma passeata até os Campos Elíseos. Segundo a Folha Bancária, a passeata reunira 100 000 manifestantes que protestavam contra a alta dos preços.⁽⁶³⁾ Deflagrada a greve dos têxteis, metalúrgicos, marceneiros e gráficos, o Sindicato dos Bancários se solidarizou com os operários e passou a fornecer ajuda financeira para o sustento das famílias dos grevistas.⁽⁶⁴⁾ Com essa mesma finalidade, estudantes da Universidade de São Paulo / procederam coletas de dinheiro e proclamaram seu apoio à greve./ Grupos de médicos se dispuseram a atender, gratuitamente, os grevistas e seus familiares. Pequenos comerciantes passaram a fornecer gêneros de primeira necessidade, para que os trabalhadores / tivessem melhores condições para prosseguir o movimento. Mas foi bem diferente a reação do setor mais reacionário das camadas médias urbanas. O setor liberal das camadas médias entendeu que o movimento era o prenúncio da ditadura do proletariado. Ditadura por ditadura, os liberais resolveram se antecipar e conclamaram/ o Exército para um golpe de Estado.

A Revista Anhembi reflete de forma exemplar a disposição desse setor social. Essa publicação congregava, no seu corpo editorial, conhecidos agitadores e dirigentes políticos de direita, como Paulo Duarte. Na época, esse corpo editorial passou a atuar em comícios, palestras e manifestações, juntamente /

com o grupo de Carlos Lacerda. Até abril de 1953, a Revista Anhembi vinha evitando abordar temas de atualidade da vida política nacional, em seus editoriais. Tinha se imposto, como procedimento, reservar o editorial para assuntos de "natureza universal", nos dizeres da Revista. (65) Em fevereiro de 1952, para ocupar o editorial com uma análise do sistema carcerário do Estado, o Editorialista se sentiu no dever de fazer um intróito, no qual procurava demonstrar que a "significação humana" do tema lhe conferia caráter universal, transcendendo, dessa forma, as fronteiras do Brasil, o que justificaria sua abordagem no editorial da Revista. No geral, contudo, o editorial sempre era ocupado por assuntos referentes à política internacional, à atividade científica e àquilo que a Revista supunha ser filosofia política. Era na secção intitulada "Jornal de Trinta Dias" onde a Revista realizava suas críticas à "corrupção" e ao "desgoverno" a que "meia dúzia de aventureiros", valendo-se da "ignorância do rebovalho" que lhes emprestava o voto, havia submetido o país. Em setembro de 1952, a Revista rompeu, pela primeira vez, o compromisso que se impusera. Em seu editorial intitulado "Aos Currais de Augias" (pp. 2 a 4) a Revista se ocupou longamente da "corrupção administrativa". Nesse número, já não se viu obrigada a justificar a "universalidade" do tema e entrou direto no assunto.

Esses liberais que se autodenominavam "socialistas democráticos", "socialistas cristãos" ou, simplesmente, "os verdadeiros socialistas", estavam dispostos a aceitar muita coisa, menos a participação da classe operária na política do país. Siquer o direito do voto a "massa obscurecida" teria condições de exercer. A atividade política era algo muito sério para que fosse desempenhada por qualquer um. Ela deveria ser reserva

da àqueles que possuíam instrução escolar suficiente. Ela era, é verdade, prerrogativa do povo. Mas o que era o povo para os liberais? Vejamos: (Está se)"estabelecendo entre nós certa confusão no conceito de povo. Talvez o povo não se constitua apenas do rebotalho que os demagogos cortejam com promessas utópicas. É muito possível que não pertencendo ao populacho, os homens de colarinho e gravata sejam também povo. Ou não o serão só porque sabem ler, pensar, divergir? Será isto plutocracia? Como poderia então um governo que faz praça de suas bases populares, prestigiá-lo com o sonhado apoio de um partido (UDN) de eleitorado assegurado, e com sua força moral tirar a nação do abismo em que se acha? (referência às tentativas do governo de neutralizar a oposição udenista)".⁽⁶⁶⁾ A Revista Anhembi procurava conferir coesão ideológica ao setor das camadas médias que permanecia saudosista da política oligárquica, ainda que fosse para criticá-la, superficialmente, na - sempre lembrada pela Revista - campanha civilista de Rui Barbosa. A Revista procurava enaltecer a campanha da Aliança Liberal no ocaso da Primeira República, condenar a "traição" que os tenentes haviam perpetrado contra a Revolução de 1930, comemorar a "gloriosa campanha constitucionalista" de São Paulo em 1932 e demonstrar como o golpe de 1945 não havia logrado ir até à raiz do problema. E a raiz do problema era a liquidação do populismo, através do qual a classe operária fora integrada no jogo político, retirando da atividade política o símbolo de status social que as camadas médias lhe conferiam. Dessa forma, o movimento do setor anti-populista das camadas médias urbanas seguia, com sinais trocados, o compasso do movimento operário. Era muito aguçada a sensibilidade dos liberais para com a / classe operária, de modo que qualquer vitória ou simples manifestação do operariado eles assumiam como sendo sua própria derrota./

Era isso que o moralismo da luta contra a corrupção escondia. Uma rápida análise do editorial "Aos Currais de Augias" demonstra o acerto dessas considerações.

O editorial inicia enumerando uma série de atos de corrupção praticados pelo governo. De passagem, observa que o "comércio honesto" vinha sendo prejudicado pela política de comércio exterior do governo, demonstrando a disposição deste setor social para se aliar à burguesia comercial que lutava por restaurar, através da derrota do populismo, sua hegemonia no poder de Estado. Mas, por que a Revista tomara esse tema para ocupar o editorial, exatamente em setembro de 1952? Diz o editorial: "Mas todos esses casos, pequenos e grandes, apenas significativos ou altamente escandalosos, não nos fariam voltar ao assunto se não fossem acontecimentos muito mais assustadores que se vêm verificando" (p.3). Que acontecimentos eram esses? "Os acontecimentos do Rio Grande do Sul, onde o povo desesperado ante a situação criada pelos maus governos vem para as ruas, enquanto a granfinagem governamental farreia desbragadamente à custa dos dinheiros públicos." (p.3). A corrupção era, pois, apenas o motivo aparente de sua oposição à política de Estado. O verdadeiro motivo eram as lutas populares - "os acontecimentos muito mais assustadores" - que o governo, em vez de impedir, fazia vistas grossas, preocupado que se encontrava em apoderar-se dos "dinheiros públicos". Todo o editorial é uma alternância de referências aos atos corruptos e de referências a manifestações populares (greves, depredação de ônibus, passeatas) ocorridas, na época, em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e outras cidades: "Depois, repetiram-se os motins em Uberaba. A seguir, em Curitiba. Agora, com maior intensidade e com caráter mais grave ainda, em diversas cidades do Rio Grande o /

povo, acossado pela fome, revolta-se e vem para as ruas. E o governo na mesma tranquilidade, na mesma inconsciência! (...) A família do sr. Getúlio Vargas faz negociatas (...)" (p.4). Enfim, a palavra de ordem moralista da luta contra a corrupção era a forma sob a qual se escondia a luta contra o governo que, em vez de varrer o "rebotalho", o "populacho", da vida política da nação, procurava, ao contrário, apoiar-se nele. Era por isso que se fazia necessário depor o governo. Assim, o editorial termina se referindo à palestra que Raul Fernandes pronunciara na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Elogia o chamado daquele político para uma campanha de "regeneração nacional", apela para a tradição de 1932 do "povo paulista" e conclui que "Anhembi inscreve-se nas hostes da campanha profilática." (p.4) Mas, depois desse editorial, a Revista voltou a tratar da atualidade política exclusivamente na seção destinada a esse fim.

Os "verdadeiros socialistas" já se encontravam, portanto, inscritos nas "hostes da campanha profilática" quando irrompeu a greve geral de abril. Sua reação frente ao movimento foi a versão ampliada da reação que tiveram em setembro de ... 1952. De novo, não pararam para justificar porque o editorial / da Revista não trataria de assuntos de "natureza universal", e o editorial saiu, no número de maio de 1953, com o sugestivo título de "Memorandum às Classes Armadas". Iniciava desafiando o rosário dos atos corruptos do governo e entre vírgulas, em pequenos apostos, referia-se às "graves tensões sociais que se avolumam", enquanto o governo deixava o país à própria sorte, permitindo que agissem à vontade, os "agitadores profissionais a serviço do comunismo". Enfim, o governo não se dedicava o quanto devia às tarefas da repressão. Era ele, pois, o responsável pela grande greve. (67)

O editorial estabeleceu uma distinção entre ditadura e tirania. A primeira, à diferença da segunda, definia-se por seu caráter transitório, provisório. E para demonstrar que eram democratas intransigentes, conclamaram as forças armadas ao golpe de Estado, mas não para estabelecer a tirania - isso nunca! -, e sim, apenas, para estabelecer uma ditadura. Um regime de emergência, que não deveria durar um minuto a mais - eram realmente intransigentes esses democratas - do que o necessário para sanear a política nacional. Para varrer do Estado os corruptos e ladrões.

Ainda que não fosse pelos motivos alegados, os liberais, realmente, apelavam para o Exército um tanto a contragosto. A luta contra a integração da classe operária no jogo político só tinha sentido se fosse para lhes devolver o privilégio, perdido com a Revolução de 1930, de cuidar dos negócios de Estado. Por isso, o apelo à intervenção militar - exigência / da correlação política de forças - era seguido da advertência aos militares para que não nutrissem a ambição de se apoderar das "funções civis". Daí terem reafirmado, no editorial, que eram, por princípio, contra a "intervenção militar nos negócios públicos", e que apelavam ao Exército por ser essa a única solução viável. Mas essa vacilação não se devia aos abstratos princípios democráticos que alardeavam, e sim ao intuito de restituir à atividade política a dignidade perdida, de forma que ela voltasse a ser a marca de distinção do povo de "colarinho e gravata", isto é, deles, os que sabiam "ler, pensar e divergir".

A greve geral de 1953 marca uma mudança de qualidade na atuação do setor anti-populista das camadas médias urbanas. Em São Paulo, o corpo editorial da Revista Anhembi passará a estreitar seus contatos no meio estudantil (também os estudan

tes, refletindo o "racha" no interior das classes médias, haviam se dividido no seu posicionamento frente à greve), a intensificar as manifestações contra o governo - que promoviam juntamente com o grupo de Carlos Lacerda -, a procurar fazer crescer a agitação no seio das forças armadas, em suma, a fazer tudo o que fosse necessário para desenvolver a conspiração golpista. A Revista Anhembi deixará de lado considerações menores e passará, frequentemente, a utilizar seus editoriais para fazer crescer a agitação contra o governo Vargas. E passará a acenar com o fantasma da revolução social e do "perigo vermelho" para ampliar as bases do movimento golpista nas classes médias. Da greve de 1953 em diante, todos os comentários políticos da Revista Anhembi terminarão numa conclamação à intervenção militar. Antes da greve, a Revista nunca pedira o golpe explicitamente.

Como foi visto, a burguesia comercial vinha se preparando para se apossar do aparelho de Estado, desde o início de 1953. A greve de março-abril só fez crescer, na burguesia comercial, a disposição para o golpe. Além disso, a greve lhe propiciara a oportunidade de ampliar sua base de apoio no setor anti-populista das camadas médias. Se a burguesia industrial não era populista, muito menos razão possuía a burguesia comercial para sê-lo. Se ela se postava contra a industrialização, deveria postar-se, a fortiori, contra uma política de industrialização que se baseava na integração da classe operária no Estado, dispondo-se, para tanto, a assumir os riscos decorrentes dessa integração. Por isso, o jornal O Estado de São Paulo será um dos órgãos burgueses que mais insistirão no fato de que a greve operária era fruto da atuação governamental e começará a falar em "subversão vinda do alto". O jornal O Estado de São Paulo sustentará em defesa dessa tese, que as "autoridades/

federais" estavam aconselhando "aos patrões resistência às exigências 'imoderadas' dos grevistas, ao mesmo tempo em que sugeriam aos paredistas intransigência na defesa de suas 'justas' / reivindicações." (68) Isso só fazia minar a disposição da burguesia industrial, para amparar o governo. Mas não foi apenas o fato da burguesia comercial se apresentar na luta como única / força que falava, de forma inequívoca, a linguagem que o conjunto da burguesia entendia, que veio impedir a burguesia industrial de assumir a defesa aberta da política de Estado. Também o governo, no transcorrer da greve, envolto nas contradições oriundas da política populista, contribuiu para fazer com que a burguesia industrial começasse a lhe virar as costas.

Como a greve geral apontava para a superação, por parte da classe operária, do sindicalismo de Estado, à categoria social de Estado e aos políticos populistas não restará outra alternativa que lutar para que fosse abortada a independência operária ainda em gestação. Da perspectiva da política populista, esta luta deveria ser levada de forma a combinar a repressão aberta ao movimento com atitudes que levassem a crer / que o Estado se encontrava acima da luta de classes e que, portanto, constituía-se na entidade da qual a classe operária poderia esperar a solução para seus problemas, não possuindo, portanto, razões para se organizar de forma independente. Fora o Estado que se proclamara, conforme os discursos do Presidente, o "protetor dos humildes". Chegara a hora de demonstrá-lo. Quando se iniciou a greve, o recém eleito prefeito da capital - Jânio Quadros - veio a público hipotecar sua solidariedade aos grevistas. Na grande manifestação de massa, ocorrida na Praça da Sé, deputados e vereadores do PTB, PSD e do PSP lutaram ao lado dos populares contra a polícia. Os "verdadeiros socialistas" fica-

ram indignados. A Revista Anhembi comentou: "(estiveram na) Praça da Sé, na mesma missão inglória de fomentar a desordem, deputados ademaristas e agentes getulistas, inclusive o inefável vice-prefeito - PTB - que Jânio Quadros aceitou como seu companheiro de chapa".⁽⁶⁹⁾ Na Câmara Municipal, foi apresentado/ um projeto de lei que propunha o fornecimento, pela Prefeitura Municipal, de uma verba destinada ao sustento das famílias dos grevistas, dando-lhes melhores condições de prosseguir a greve. Para a classe dominante, isso era pouco menos que colocar os fundos do Estado a serviço da "revolução social". Como todo aparato repressivo - de jurisdição estadual - não vinha obtendo sucesso na tentativa de breca o movimento grevista, o Secretário da Segurança Pública do Estado entendeu que seria imprescindível o auxílio das tropas do Exército. Dirigiu-se, então, ao comando do II Exército, solicitando ajuda para que "pudesse ser restaurada a ordem". O II Exército se negou a participar da repressão. Siquer se dispôs a fornecer seu Batalhão Policial para reprimir os grevistas. Ao contrário dos órgãos estaduais, o Exército não se encontrava sob o controle direto da burguesia. Nos organismos burocráticos e policial-militares, o populismo tinha tanto mais força quanto mais próximo estivesse o órgão do poder central. Assim, nem a multiplicação dos choques de rua, nem a longa duração do movimento e nem todo o barulho feito pela imprensa burguesa foram suficientes para demover o II Exército de sua decisão de não interferir na repressão à greve. Tornada pública a recusa do Exército à solicitação da burguesia, os populares passaram a aplaudir com entusiasmo os caminhões militares que transitavam pelas ruas da cidade. A discrepância entre a atuação do Exército e a da burguesia foi tão evidente, que os líderes do movimento grevista se sentiram encorajados a tentar u-

ma manobra surpreendente. Foram ter com o comandante da II Região Militar para solicitar ao Exército que viesse às ruas ... defender a classe operária da repressão policial! E tudo isso se passava quando setores da burguesia e seus aliados já haviam solicitado ao Exército, mais do que repressão, a instauração de uma ditadura militar que viesse alterar o relacionamento do Estado com a classe operária.

Constituindo-se em vanguarda da política populista, o Exército possuía condições de desenvolver uma atuação política diferente daquela exigida pelas frações da classe dominante. O populismo era hegemônico no interior do Exército e, por isso, ele nutrirá a crença de que os militares eram o "povo fardado". Imagem da qual o exército era cioso e procurava preservar, resguardando as condições sem as quais não se poderia constituir em substituto político da burguesia industrial. No caso específico do início de 1953, menos ainda era de se esperar que do Exército partisse uma iniciativa que viesse a denegrir essa imagem, que vinha se formando nas massas urbanas. É que, naquela época, o Exército foi obrigado a se comprometer com as classes populares urbanas (classe operária e baixas camadas médias) para poder levar adiante seu projeto de exploração do petróleo, pelo Estado, em regime de monopólio.

A burguesia comercial desencadeara uma guerra sem quartel à criação da Petrobrás. Ela tinha um duplo motivo para fazê-lo. Enquanto burguesia, era avessa à idéia do Estado monopolizar um setor da produção. Enquanto fração antiindustrialista da classe dominante, ela se batia contra a Petrobrás - independentemente do monopólio ou não - pela natureza industrialista prospectiva do empreendimento e, também, pela soma de recursos estatais que a Petrobrás carregaria em prol da industria-

lização. Em novembro de 1952, criticando a política nacionalista do petróleo, o jornal O Estado de São Paulo afirmou: "Caminhamos, diz o editorial do dia 17, para o estabelecimento de uma exploração estatal com a exclusão absoluta dos capitais particulares, máxime estrangeiros." E acrescentava que o grande prejuízo que isto acarretaria, estava em que "somente as pesquisas do precioso líquido nos absorveriam todos os recursos de tal forma que a economia do país seria profundamente perturbada, cessando, por assim dizer, quase todas atividades produtoras e tudo quanto é indispensável à nossa existência".⁽⁷⁰⁾ Sobravam, portanto, motivos para essa fração da classe dominante se opor à Petrobrás. Assim, constantemente, a Revista da Associação Comercial fará críticas contundentes ao projeto de criação da empresa. Os grandes órgãos da imprensa burguesa desenvolverão campanha permanente contra a Petrobrás e, sempre em nome da iniciativa privada, as Federações do Comércio e a Confederação Nacional do Comércio enviarão telegramas ao Congresso, solicitando / dos parlamentares a obstrução do projeto que regulamentava a / criação da Petrobrás.⁽⁷¹⁾ A Revista Anhembi, enquanto representante do setor anti-populista das camadas médias, fará cômico à burguesia comercial. Ao longo dos anos de 1952 e 1953, a Revista só fará duas ou três referências à Petrobrás e será para alcunhá-la de "invenção dos comunistas". Afirmava, ainda, que o nacionalismo era uma ideologia reacionária, uma vez que (na segunda metade do século XX) a nação já teria cumprido seu papel no desenvolvimento da humanidade e o mundo caminhava para uma "civilização universal". Claro que isso não impedia esses universalistas de pleitearem o perfilamento do Brasil à política / externa americana, na luta pela defesa do "mundo livre" contra o "totalitarismo vermelho".⁽⁷²⁾

A burguesia industrial, por seu turno, vacilava em relação à Petrobrás. Tampouco essa fração da classe dominante via com bons olhos a interferência do Estado na produção, momentaneamente, em regime de monopólio. Em agosto de 1952, o editorial do Boletim Informativo da FIESP-CIESP condenou os "projetos de lei, ora em trânsito no Congresso Nacional" (que pleiteiam) "intervenções socialístóides, inexecutáveis no Brasil", do Estado na produção. Lembrava o editorial que o Estado deveria intervir na produção apenas em caráter supletivo e nunca de forma a se assenhorar de todo um setor produtivo.⁽⁷³⁾ Contudo, as "intervenções socialístóides" eram também industrialistas, o que impedia a burguesia industrial de declarar guerra aberta à Petrobrás, sob pena de deixar-se levar pelo movimento da burguesia comercial. Entre o caldeirão e o fogo, a burguesia industrial se dividiu e a classe, mais uma vez, viu-se impedida de assumir uma posição clara frente a uma questão política de fundamental importância. Alguns industriais e alguns deputados, ligados à burguesia paulista, serão ardorosos defensores da Petrobrás no Congresso.⁽⁷⁴⁾ Mas o Boletim Informativo da FIESP-CIESP continuará a divulgar críticas ao empreendimento.⁽⁷⁵⁾ Dividida, a burguesia industrial se definirá por uma crítica velada à Petrobrás. Exemplo disso é a Primeira Reunião Plenária da Indústria Para a Análise da Conjuntura Econômica do País, realizada em maio-junho de 1953, antes, portanto, do projeto da Petrobrás ter sido aprovado. Nesse conclave, a burguesia industrial teceu críticas ao projeto da criação da Petrobrás. Porém, o Boletim Informativo da FIESP-CIESP, na divulgação das teses que os industriais defenderam no conclave, não se referiu a essas críticas. Foi a Revista da Associação Comercial que se incumbiu de fazê-lo, estampando reportagem em que o comércio se congratulava/

com a indústria pelo fato desta ter esposado a "defesa da iniciativa privada no conclave realizado em São Paulo". (76)

A tese do monopólio estatal do petróleo tinha na categoria social de Estado, fundamentalmente nas forças armadas, sua vanguarda. Para encaminhar essa luta, as forças armadas não podiam contar com o apoio das classes dominantes. Restava-lhe / sua natural base social, o setor populista das camadas médias urbanas e, em menor medida, a classe operária. A luta pela criação da Petrobrás, em regime de monopólio, constitui-se num processo, onde a substituição da burguesia industrial pela categoria social de Estado, na condução da industrialização capitalista do país, traz à tona todas as contradições a que dava ensejo. Enquanto empreendimento industrializante, a Petrobrás irmanava a burguesia industrial e o Exército, resguardando, entre ambos, uma unidade fundamental. Ocorre que a tese do monopólio estatal afugentava a burguesia, restando ao Exército o apelo "ao povo" - o que só fazia indispor, mais ainda, a burguesia com a campanha do petróleo.

Podemos prescindir de uma análise em profundidade dos interesses que levavam o Exército a reivindicar o monopólio estatal do petróleo e não, simplesmente, a produção de petróleo no país. Basta indicar que ele o fazia enquanto representante do setor populista das camadas médias, com o apoio da esquerda e de parcela do movimento operário e, também, movido por motivações próprias à sua posição no aparelho de Estado.

Para responder à oposição da burguesia comercial, à ausência da burguesia industrial na campanha do petróleo e, em menor monta, às pressões do imperialismo, o Exército possuía o Clube Militar - principalmente até maio de 1952 - e o CEDPEN (Centro de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional) para diri-

gir a campanha do petróleo. Esta se baseava na mobilização estudantil, nas organizações sindicais das baixas camadas médias (o Sindicato dos Bancários será defensor intransigente do monopólio estatal), em pequenos órgãos de imprensa e no PCB. Enfim, em organismos e setores das camadas médias e do movimento operário. A repressão à campanha do petróleo era efetuada pelos aparelhos policiais de nível estadual, exatamente os que se encontravam mais diretamente controlados pela burguesia. Dessa repressão não sairão ilesos sequer as altas patentes militares que dirigiam o movimento. Em Minas Gerais, por exemplo, o General Antonio José Henning, dirigente da campanha nacionalista do petróleo, foi impedido, pela polícia de Teófilo Ottôni, de proferir uma palestra naquela cidade sobre a questão do petróleo.⁽⁷⁷⁾ Pela posição que ocupava no Estado e em função dessa campanha que vinha desenvolvendo no início de 1953, o Exército só encontrava dificuldades em se definir pela sua união com os órgãos policiais do Estado de São Paulo, na repressão à greve geral. Acabou se recusando a reprimir uma greve que, de resto, havia angariado o apoio das baixas camadas médias urbanas.

A palavra de ordem anti-populista da direção da burguesia comercial ganhara, pois, plena atualidade com a greve geral de abril. Mas, se esta palavra de ordem calava fundo no coração da massa dos industriais, por outro lado, do "alto" não vinha apenas "subversão" mas, também, política industrialista. Durante a greve operária, todas as forças sociais em luta foram claras em seu posicionamento. A classe operária, as camadas médias, a burguesia comercial, o Exército, toda a nação veio a público dizer o que pensava. A burguesia industrial, ao contrário, recolheu-se para a meditação.

As divergências no interior da burguesia indus-/

trial colocará sua direção em situação difícil. No transcurso da greve a FIESP-CIESP não fará outra coisa que se ocupar do movimento. Durante o mês de abril, as reuniões na sede da FIESP-CIESP, que passarão a contar com um número crescente de participantes, resumir-se-ão na prestação de contas da atuação da diretoria / frente à greve, aos associados presentes. (78) Referindo-se a uma reunião do início do mês de abril, o Boletim Informativo de 13-4-1953 da FIESP-CIESP afirma: "Timbrando em manter a orientação que se impuseram, isto é, contribuir decisivamente para a paz social, têm os diretores das entidades da indústria mantido contato permanente e direto com as autoridades e, na justiça, com os líderes operários, num clima de cooperação e boa vontade." Esses "líderes operários" eram dirigentes "pelegos" dos sindicatos do setor de papel, cortiça, massas alimentícias e vestuário que, no dia 30 de março, haviam negociado aumentos entre 15% e 20%, para evitar que seus setores aderissem ao movimento. Contudo, a massa da burguesia industrial estava mais interessada no "contato direto e permanente com as autoridades" do que no "clima de cooperação com os líderes operários". A liderança da burguesia compreendeu, no quarto dia do movimento, que chegara a hora de recuar, daí ter sido possível aos "pelegos" obterem acordos e evitarem a adesão de alguns setores à greve. Mas grande parte dos industriais era contra esse recuo e seguia convencida de que não se devia combinar, com a repressão, a aceitação parcial das condições impostas pela classe operária. Isto significava o seguinte: amplos setores da burguesia industrial exigiam uma atuação que, em vez de combinar o enfrentamento com recuos, partisse sem contemplação para o ataque. Ora, a força demonstrada pelos operários e a relação do movimento operário com o Estado só levariam, caso a burguesia se negasse a recuar, à derrota e à total incompatibiliza-

ção da burguesia industrial com o governo - já que este não possuía condições de fazer da repressão aberta a tônica de sua relação com a classe operária - abrindo o campo para a entrada vitoriosa das forças antiindustrialistas. A diretoria da / FIESP-CIESP parece ter compreendido essa situação, e procurava fazer valer sua orientação frente à classe. Mas a pressão dos industriais sobre a diretoria da FIESP-CIESP crescia.

Na reunião do dia 8 de abril, a diretoria da / FIESP-CIESP dá mostras de que as dificuldades para convencer a classe do acerto de sua atuação estavam aumentando. O presidente do organismo fez um longo discurso sobre a atuação de "elementos estranhos aos trabalhadores que se infiltraram na greve com objetivos inconfessáveis". Falou da atuação da diretoria no conflito e anunciou, com júbilo, a volta ao trabalho dos operários do setor de fabricação de guarda-chuvas, bengalas e chapéus. Claro que, comparada aos 300 mil operários em greve em todo Estado, aquela vitória da burguesia era muito pequena para tanto alarde. Mas era um serviço a ser mostrado e que poderia ser usado para convencer a classe de que a diretoria, dispondo-se a conceder aumentos em torno de 20%, agia de forma correta. Reportando-se ao episódio, o Boletim Informativo concluiu: "Para esse feliz desenlace, muito contribuíram as diretorias do Centro e da Federação das Indústrias".⁽⁷⁹⁾ Era a primeira vez que a diretoria da FIESP-CIESP se auto-elogiava através de sua publicação oficial, reivindicando para si os méritos do que ela entendia ser uma vitória da indústria. No entanto, muitos industriais não se deixarão persuadir e se negarão a pagar os aumentos constantes dos acordos, que as direções de seus sindicatos se viram obrigadas a assinar com os grevistas.⁽⁸⁰⁾

A greve operária e o aguçamento que ela provocou

na luta de classes só fizeram aprofundar as vacilações e a diversidade de atuação no interior da burguesia industrial. Vendo crescer as dificuldades de obter coesão no interior de seu próprio movimento e pressionada por baixo e pelos flancos, a burguesia industrial entendeu que chegara o momento de "parar" para refletir. Na reunião seguinte à do 8 de abril, ainda em plena greve, a diretoria da FIESP-CIESP, sem nunca ter tocado antes nesse assunto, decide convocar todas as Federações Industriais do país, para a realização urgente - no mês seguinte - da Primeira Reunião Plenária da Indústria Para a Análise da Conjuntura Econômica. A pressa era tanta, que o congresso foi marcado para o dia 11 de maio, tendo de ser, depois, transferido para o dia 27, já que a burguesia esteve às voltas com a greve até o final do mês de abril. O conclave seria a "mesa redonda" da indústria brasileira, para o exame da política cambial, da política creditícia do governo e da inflação, cujos efeitos já se faziam sentir, conforme as palavras do Boletim Informativo, "na intranquilidade social de nossa comunidade". (81)

O movimento grevista se encerrou um mês após o seu início. A classe operária saiu vitoriosa. Além do aumento salarial obtido (32%; os gráficos, que se decidiram por permanecer / dois dias a mais em greve, obtiveram 70% de aumento), outras reivindicações surgidas no transcorrer do movimento foram ganhas pela classe operária: 1.) não foram descontados os salários dos dias de greve; 2.) a burguesia se comprometeu a não dispensar operários por motivos de greve e 3.) foram libertos todos os operários detidos durante o movimento. O movimento operário havia, / pois, ido além do plano estritamente econômico-corporativo e adquirido contornos de enfrentamento político de classes, ainda que - como lembra Moisés -- o conflito político não tenha adquiri

do toda sua plenitude.⁽⁸²⁾ Quanto à terceira reivindicação enumerada acima, reivindicação que colocava o conflito - inclusive da perspectiva dos trabalhadores - ao nível do embate político com o Estado, o recuo do Estado e a vitória da classe operária foram evidentes. No dia 18 de março, quando todas as outras reivindicações já haviam sido obtidas, o governo estadual anunciou que não mantinha mais nenhum operário preso. Os líderes do movimento contestaram a afirmação governamental, e advertiram que não voltariam ao trabalho enquanto houvesse operários nas mãos da polícia política. O governo procurou ganhar tempo, mas a determinação da classe operária em manter a greve, obrigou-o a voltar atrás. Passados três dias, viu-se obrigado a concordar que mentira, e soltou os trabalhadores ainda encarcerados. A classe operária fez ainda com que os acordos assinados em São Paulo fossem estendidos aos trabalhadores do interior do Estado.

A crise política provocada pela greve dos 300 mil repercutiu no Estado, de forma a por abaixo a unidade de orientação do governo. Da Câmara Municipal ao Executivo Federal, vereadores, deputados e ministros passaram a fazer afirmações contraditórias, assumir posições divergentes e a acusar-se mutuamente. O Ministro da Fazenda, empenhado numa política que visava alcançar um mínimo de estabilidade financeira, aproveitou-se da ocasião para insistir que o Presidente do Banco do Brasil, / com sua política de crédito fácil, era o responsável pelo crescimento da inflação (na ocasião, era o mesmo que acusá-lo de haver provocado a greve). Um setor do PSP, segundo se comentou,⁽⁸³⁾ teria feito vistas grossas à greve, com o intuito de levar o governador do Estado (filiado a uma ala do PSP que vinha se incompatibilizando com a ala de Ademar) à renúncia. Durante a greve

dos textos cariocas, Vargas anunciara que o governo faria, em breve, uma revisão salarial. O líder do PSD no parlamento veio a público anunciar a "falência das elites". A imprensa interpretou a expressão como referência a supostos planos continuistas de Vargas. O líder do PSD se apressou em desfazer o mal entendido. Mas, iniciada a greve dos 300 mil, o Ministro do Trabalho afirmou que não haveria, ao contrário do que dissera o Presidente, aumento salarial antes de 1955.

Uns queriam falar para a burguesia, outros gostariam de se fazer ouvir pelo proletariado. Muitos, nesse vai e vem, ficavam sem auditório algum. Foi o caso do Ministro do Trabalho. Ele tentou fazer com que os grevistas aceitassem 23% de aumento para voltar ao trabalho. Os grevistas recusaram. O Ministro subiu a proposta para 28% e reivindicou que a proposta fosse submetida à aprovação operária em votação secreta. A burguesia lançou um protesto contra os 28% do Ministro e a classe operária, em assembléia de massa, recusou a proposta e o voto secreto. O Presidente da República encontra-se com o governador de São Paulo e declara, sob pressão da imprensa burguesa, que iria apurar a participação do seu próprio partido (PTB) na greve. Declara, ainda, a imediata revisão do salário mínimo. Seu Ministro do Trabalho volta à cena e afirma que a revisão salarial era parte do "plano continuista de Vargas." O Presidente se vê denunciado de conspiração pelo seu Ministro. Fontes ligadas ao governo declaram que se encontrava em preparo a decretação do Estado de Sítio. Nova grita na imprensa contra "os planos continuistas de Vargas". Fontes ligadas ao governo declaram que jamais se pensou na decretação do Estado de Sítio.

Já que cada qual procurava se salvar como podia, o Vice-presidente da República se apressou em deixar claro que

não tinha nada a ver com tudo aquilo. O sr. Café Filho foi ter com a burguesia comercial, na sede da Federação das Associações Comerciais do Brasil, em meados de abril, durante a greve portanto, e declarou que ele, ao contrário dos outros governantes, optava pela ordem e pela iniciativa privada. A burguesia comercial se apressou em espalhar por todo o país que o Vice deveria ser o Presidente, se se quizesse por fim à "demagogia" (leia-se: populismo) e ao intervencionismo "caótico" (leia-se: industrializante). Comentando o discurso proferido pelo Vice que queria ser Presidente, a burguesia comercial evocou a filosofia clássica: "Já dizia Sócrates que sem propriedade não pode haver liberdade". E vaticinou: "Os condutores autênticos (referência a Café Filho) / possuem antenas poderosas, para sentirem o curso dos acontecimentos futuros. As idéias que sustentam hoje serão os fatos de amanhã." (84) Fôra descoberto o candidato. Um político medíocre, que de autêntico só tinha o desejo de se alçar à Presidência, soubera se aproveitar da crise e dizer as duas palavras certas, no lugar correto e na hora exata.

- III -

A partir de abril de 1953, a iniciativa na luta política cabe à burguesia comercial. Ela tinha se mobilizado e arrégimentado forças, principalmente, na sua luta contra a política de comércio exterior e contra a campanha do petróleo. Num e noutro caso, a classe se unificara em torno da palavra de ordem que elegia o intervencionismo estatal de cunho industrialista - fosse na esfera da circulação de mercadorias (CEXIM), fos

se ao nível da produção (Petrobrás) - como principal inimigo. Mas, a burguesia comercial não se prestava a considerações de "pormenor", e apresentava sua luta contra a intervenção industrialista do Estado como sendo a luta contra a intervenção "tout court", em nome da iniciativa privada em geral. As fileiras da burguesia industrial, por seu turno, ainda que conscientes do papel que a intervenção estatal jogava, não serão de todo infensas a esse liberalismo econômico, notadamente graças à campanha pelo monopólio estatal do petróleo. Mas a burguesia comercial não tinha apenas somado forças. Ela, na verdade, mais do que lutar para a alteração da política de Estado, começara a se propor a luta pela reconquista de sua hegemonia no poder de Estado. Se em 1952, como foi visto, a reivindicação junto à CEXIM era para que essa alterasse sua política, a partir de abril o comércio começa a exigir a extinção do controle político das cambiais. A partir de abril, portanto, a disposição para o golpe de Estado começa a crescer no seio da burguesia comercial.

A greve geral de março-abril repercutiu no movimento da burguesia comercial, de forma a lhe aumentar a força. Ao contrário da burguesia industrial, o comércio não possuía razões para deixar de se voltar aberta e decididamente contra as vacilações e as tendências do poder central frente ao movimento operário, que se encontrava atrelado à burocracia de Estado. Por isso, a burguesia comercial se dirá em luta "pela iniciativa / privada" e contra a "demagogia", como atestam as publicações da Federação das Associações Comerciais do Brasil e os grandes órgãos da imprensa burguesa, afinados com os interesses do comércio. Além de fazer crescer a coesão interna do movimento da burguesia comercial, a greve geral teve o condão de ampliar a base de apoio deste movimento no setor anti-populista das camadas mé

dias. Setor cujo anti-populismo era, antes de mais nada, decorrência de sua posição anti-operária. Vale dizer, os intelectuais orgânicos desse setor social - e a Revista Anhembi é um exemplo disso - não criticavam a política populista pelo que ela representava de coerção sobre a classe operária e de desorganização do movimento da classe. Criticavam-na, ao contrário, pelo fato da política populista representar a forma pela qual se reconhecia o direito de participação - ainda que controlada - da classe operária no sistema político.

Em junho, o governo procederá uma reforma ministerial. Foram duas as alterações mais importantes. A substituição do Ministro da Fazenda expressava o avanço das forças anti-industrialistas, e esse novo Ministro deveria encetar uma política que, de alguma forma, procurasse responder à alteração da correlação de forças no interior da burguesia. A segunda substituição, esta sim consequência direta da greve geral, processou-se na pasta do Trabalho. João Goulart - Presidente Nacional do PTB -, que durante a greve geral, dizendo falar em nome dos trabalhadores, não poupará críticas ao então Ministro do Trabalho, é designado para ocupar este Ministério. A missão de Goulart será dar vida ao sindicalismo de Estado, isto é, levar à morte a independência organizacional da classe operária que mal começava a nascer. Para tanto, teria de se enfrentar com a vitalidade demonstrada pelo movimento operário e com a posição do PCB, que mantinha sua linha de oposição ao governo Vargas, negando-se, portanto, a facilitar a tarefa do novo Ministro.

Se a própria composição do bloco de poder impediria a solução meramente repressiva para a questão operária, a greve geral tornou essa alternativa mais longínqua ainda. É que, vindo de um ano de refluxo, o movimento operário surpreendeu toda

a nação, com uma greve cujas proporções só podem ser comparadas com as da greve geral de 1917. Tomado de surpresa e posto diante de uma força que crescia a cada novo dia de greve, o Estado não esteve à altura para conter o movimento e, quanto mais esse crescia, mais o governo perdia sua sustentação na burguesia industrial e, portanto, mais se via obrigado a procurar apoio nas massas urbanas, afundando-se numa luta com a direção operária, que tudo fazia para desacreditá-lo junto aos trabalhadores.

Na crise de abril, portanto, agiram, de forma articulada, as duas contradições fundamentais que determinavam o processo político. A contradição intra-burguesa em torno da industrialização do país, e a contradição que opunha o conjunto da burguesia ao proletariado. A articulação entre essas duas contradições fundamentais era dada pela mediação da política populista: uma política que para levar adiante a industrialização / via-se impedida de conjurar o fantasma operário. Essa mediação era, ela mesma, parte integrante de uma e outra contradição, de forma que a burguesia comercial ao lutar contra a industrialização pode reivindicar-se anti-populista, e o setor liberal das camadas médias pode lutar contra o populismo sendo na verdade anti-operário. E, vice-versa, os populistas poderão reivindicar-se representantes do proletariado, sendo na verdade defensores dos interesses históricos da burguesia industrial. Enquanto a classe operária não se levantou na greve geral de março-abril, a burguesia industrial aceitou a política desses "representantes / do povo", mas, depois da greve, também nas publicações da FIESP eles passarão a ser alcunhados de "demagogos", expressão que até então era de uso exclusivo da burguesia comercial e de seus aliados. A greve dos 300 000 inicia, portanto, um processo no qual as diferenças intra-burguesas vão perdendo importância /

frente à questão operária, na determinação do posicionamento das classes frente à política de Estado. E isto, ainda que, na crise de abril, a classe operária não tenha ido além, no essencial, da "luta econômica contra o governo",⁽⁸⁵⁾ sem que se tenha colocado a tarefa da luta política contra a dominação de classe da burguesia.

- IV -

No transcorrer da greve geral, o sindicalismo de Estado e seus agentes haviam logrado obter pequenas vitórias sobre a luta operária, pela sua independência organizacional. A Comissão Geral de Greve, que se formara no terceiro dia após o início oficial do movimento e que tomara a sua direção, não foi bem recebida pelas diretorias dos sindicatos envolvidos na greve. Com a Comissão Geral de Greve, o papel dos sindicatos, na condução do movimento, passou a ser meramente formal. Eram os militantes operários - comunistas ou não - que, nos piquetes, / nas assembléias de massa, nas comissões de greve e na Comissão Geral de Greve, detinham o controle efetivo do movimento. As diretorias de alguns sindicatos passaram a pressionar a Comissão Geral de Greve e a reivindicar, para si, um papel mais ativo na condução do processo. Essas diretorias passaram a acusar os comunistas de estar boicotando os sindicatos. O resultado dessa pressão foi a criação, no dia 12 de abril - mais de duas semanas após o início da greve -, da Comissão Inter-Sindical de Greve, em substituição à Comissão Geral de Greve. Essa nova organização expressava um compromisso entre a independência operária e as diretorias que ocupavam os sindicatos oficiais. Com ela

as diretorias sindicais obtiveram uma vitória, ainda que não tenham obtido o controle do movimento.

Que a Comissão Inter-Sindical de Greve representava um primeiro passo no sentido de afastar a direção das bases do movimento, fica claro quando se observa que, no dia mesmo em que fôra criada, a Comissão Inter-Sindical desautorizou / as manifestações e as lutas de rua, para as quais as bases demonstravam grande disposição e plenas condições para realizar. / Prova disso está em que as manifestações prosseguiram, apesar da orientação da Comissão Inter-Sindical . É verdade que a Comissão Inter-Sindical não destruía a união horizontal do proletariado, mas, ao contrário de sua predecessora, ela foi, molecularmente, distanciando-se da massa da classe e, já no final do movimento, demonstrou não estar à altura das tarefas postas pela greve. Com efeito, embora tenha ficado estabelecido, desde o início do movimento, que nenhuma categoria assinaria acordo em separado - exigência fundamental para levar adiante a luta contra o sindicalismo de Estado -, a Comissão Inter-Sindical / nada fez para impedir que os sindicatos de cada uma das categorias que participavam da "parede" negociassem, nos últimos dias da greve, separadamente com os patrões. A Comissão Inter-Sindical era, por assim dizer, a síntese da Comissão Geral de Greve - resultado da pressão das bases e da iniciativa dos dirigentes operários - com o sindicalismo de Estado. Distanciando-se na sua organização e na sua linha de atuação da massa da classe, a Comissão Inter-Sindical se aproximava da estrutura do sindicalismo de Estado, mas, por pleitear a união de todos os trabalhadores - a despeito do setor industrial ao qual se ligavam -, a Comissão Inter-Sindical entrava em conflito com o sindicalismo de Estado. Somente a luta poderia decidir qual dos dois as-

pectos dessa relação - unidade e conflito - viria prevalecer. De sua parte, o governo estava empenhado em fazer da unidade o termo dominante da relação. À direção operária caberia lutar, caso se pretendesse a independência organizacional da classe, no sentido oposto, fazendo prevalecer não só a unidade inter-sindical, como também estreitando as relações da massa operária com suas organizações econômico-corporativas, dentro de uma linha política de independência frente ao Estado.

Após a greve geral de março-abril e visando a formação de uma central sindical única, ⁽⁸⁶⁾ os estudos para se encontrar solução para os diversos problemas da classe operária e o encaminhamento de diferentes reivindicações do proletariado passaram a ser efetuados através de Comissões InterSindicais. Num segundo passo, a direção operária não comprometida com o Ministério do Trabalho começou a promover Congressos Inter-Sindicais, em vários Estados do país. "União de todos os trabalhadores contra o Ministério do Trabalho" era a palavra de ordem desse movimento, e o Pacto de Unidade de Ação (PUA), que reunia mais de 30 sindicatos da capital e do interior do Estado de São Paulo, foi seu primeiro fruto.

A luta pela unidade sindical era proibida pela Delegacia Regional do Trabalho e se encontrava exposta à repressão policial. Mas, isso não impedia que o novo Ministro do Trabalho procurasse se aproximar do movimento sindical, mais preocupado em fazer com que a união dos sindicatos ^{não} fosse levada dentro de uma estratégia global de independência operária - fortalecimento da organização das bases e atuação que tivesse como perspectiva uma organização política independente -, do que em se empenhar a fundo na luta contra o estreitamento do contato entre os sindicatos. Na verdade, a nova orientação do Ministério do Tra

balho, mais do que procurar impedir que a unidade inter-sindical se transformasse no rompimento do movimento operário com o Estado, ela visava obter, junto aos trabalhadores, apoio para o próprio governo. Com esse intuito, Goulart iniciara uma série de visitas aos sindicatos. Muitas vezes, não obtivera uma recepção animadora, tendo se visto obrigado a ouvir seus "anfitriões" acusarem-no de "demagogo".⁽⁸⁷⁾ Mas Goulart não desistiu e prosseguiu sua maratona que, em junho, já tinha lhe dado uma vitória.

Ainda durante a grande greve de São Paulo, os portuários do Rio de Janeiro paralizaram o trabalho. Permaneceram durante 50 dias em greve. A Associação Comercial do Rio de Janeiro, setor diretamente atingido pela paralização dos serviços no porto, insistiu na necessidade do governo reprimir o movimento com mais decisão. Entretanto, o governo voltou a decepcionar a burguesia.⁽⁸⁸⁾ Mal se encerrara a greve dos portuários, os serviços no porto voltaram a sofrer nova solução de continuidade. Em junho de 1953, 100 000 marítimos, em Santos, Belém e no Rio de Janeiro, entraram em greve.⁽⁸⁹⁾ Goulart assumiu o Ministério do Trabalho quando a greve dos marítimos já havia se iniciado. Cinco dias após sua posse, logrou fazer com que os marítimos voltassem ao trabalho. Para isso, Goulart pressionou os empresários no sentido de que atendessem as reivindicações salariais feitas pelos trabalhadores e se incumbiu, ele próprio, de afastar a diretoria da Federação dos Marítimos, exigência que lhe fôra feita pelos grevistas, por entenderem que a diretoria se encontrava vinculada ao Ministério do Trabalho. Os marítimos comemoraram a vitória com uma grande passeata na cidade do Rio de Janeiro.⁽⁹⁰⁾ Mas essa vitória foi também a primeira grande oportunidade que o governo teve para convencer os trabalhadores

de que ao ascenso do movimento sindical correspondia uma alteração na política de Estado junto aos trabalhadores. Essa alteração se resumia no fato de que o governo procurava transformar o ascenso do movimento operário no fortalecimento da burocracia sindical, esforçando-se para não desacreditá-la junto às bases.

As direções sindicais que se negavam a colaborar com a política de Estado começaram a sentir que a nova orientação do Ministério do Trabalho poderia alcançar seus objetivos./ Os sindicatos das baixas camadas médias haviam seguido o proletariado na luta pela unidade sindical, e a diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo - que se encontrava entre aquelas que não abriam mão de sua oposição ao governo - começou a se preocupar com a atuação de Goulart. Em seu número 50, de agosto de 53, a Folha Bancária, em editorial intitulado "A independência dos Sindicatos", afirmou:

"Não conseguindo êxito pela violência vem agora o governo mudando de tática. Procura cercar os direitos dos sindicatos, especialmente os mais ativos e mais fortes, (cercando-os) de um ambiente de camaradagem, de convites constantes para a participação em almoços, em reuniões e até acenando com a entrega de alguns postos aos mesmos."

Na verdade, mais do que "ambiente de camaradagem" o governo vinha fazendo concessões reais - como no caso da greve dos marítimos - à luta sindical. E os dirigentes trabalhadores que se negavam a colaborar com o governo ver-se-ão obrigados a redobrar sua vigilância, para poder manter a direção das massas, alertando, constantemente, para o fato de que o governo agia tendo por objetivo interesses estranhos aos dos trabalhadores. Por isso, no editorial citado acima, a Folha Bancária pros

seguia:

"À primeira vista, parece que a política governamental em relação aos trabalhadores modificou-se radicalmente (...)(Porém) se há algum dirigente sindical iludido pela nova política do governo, que atente para as leis em trânsito pela Câmara dos Deputados e no Senado e verifique se elas correspondem às nossas necessidades."

Se a atuação das diretorias sindicais mais independentes era um obstáculo a ser vencido pelo governo, na sua luta pela conquista do apoio do movimento sindical, essa própria atuação mais independente deixava uma brecha por onde o governo poderia entrar. Isso porque, à parte do fato da luta pela unidade sindical não ser levada de forma a conceder a importância devida à participação das bases, ⁽⁹¹⁾ as diretorias de oposição / ao Ministério tinham muita clareza quanto à necessidade de não colaborarem com o governo mas não se mostravam igualmente preocupadas em agir da mesma forma com relação ao Estado.

A "confusão" entre governo e Estado, onde o primeiro era tomado pelo segundo, parecia grassar nas próprias fileiras do PCB. Ainda que fizessem da oposição ao governo Vargas o centro de gravidade de sua política, os comunistas não haviam desistido da estratégia de aliança com a burguesia industrial. Foi por isso que, na passeata dos 8 000 textéis que dera início ao grande movimento grevista de março-abril, os dirigentes comunistas se sentiram na necessidade de apresentar como um dos motivos pelos quais se deveria conceder aumento salarial à classe operária, o perigo que os baixos salários representavam para a expansão do capital industrial. O memorial de reivindicações / que os textéis apresentaram ao sindicato patronal da indústria / de tecidos, depois de se referir às necessidades da classe operá

ria, afirmava: "com baixos salários não se desenvolve o mercado interno".⁽⁹²⁾ É claro que é perfeitamente possível realizar uma aliança com um setor da classe dominante, sem, por isso, abrir mão da autonomia da classe operária. Mas, nesse caso, tal não parecia se dar. Como a burguesia industrial não se encontrava / interessada, sequer no segundo Governo Vargas, na implementação de um desenvolvimento industrial com restrições de vulto ao capital estrangeiro, como supunha o PCB; e como, menos ainda, essa burguesia se demonstrava interessada em fazer concessões sequer às reivindicações econômicas da classe operária, ao PCB só restava "aliar-se" à categoria social de Estado, força social que se mostrava disposta a assimilar algumas das reivindicações da classe operária e a levar adiante, de forma mais consequente / que a burguesia, uma prática nacionalista, não no sentido de lutar por um "projeto de desenvolvimento autônomo", mas no sentido de se dispor a lutar contra os interesses imperialistas que se opunham à industrialização do país. Dessa forma, embora o PCB apregoasse estar aliado à burguesia industrial, na verdade, encontrava-se "aliado" à categoria social de Estado. Vale dizer, o PCB, sob pena de superar a estratégia que julgava correta, não podia se colocar de forma consequente a luta pela autonomia da classe operária frente ao Estado, já que era no Estado, e não diretamente nas fileiras da burguesia, onde o partido encontrava seus aliados. Basta lembrar a campanha pelo monopólio estatal do petróleo. Nela o PCB esteve aliado aos militares e não à burguesia. E, nessa aliança, não foi o partido operário que obteve a hegemonia. Pelo contrário, ela se realizava sob a direção dos militares e, por isso, o PCB não soube e não pôde propor uma alternativa mais avançada do que aquela que as Forças / Armadas defendiam. Para o PCB, era como se existissem somente/

duas alternativas no caso do petróleo: fortalecimento da burguesia e/ou do imperialismo e a alternativa das Forças Armadas de fortalecimento do Estado (burguês). Sem uma estratégia autônoma, o PCB optou pela segunda solução. Contudo, na atuação do PCB entram outros elementos. Sendo um partido operário, ele não deixará de manter uma "relação difícil" com o Estado e com o sindicalismo de Estado. E nos momentos de avanço da classe, principalmente nessa conjuntura que o PCB se negava a colaborar com o governo, ele irá se conflitar com o sindicalismo populista.

Já no caso do sindicalismo das baixas camadas médias, a oposição ao governo era, simplesmente, uma forma de expressão de sua dependência frente ao Estado. Esse sindicalismo lutava contra o governo exatamente porque entendia que este estava disvirtuando a verdadeira natureza do Estado. Ou seja, estava permitindo que interesses escusos - dos "tubarões" - norteassem a sua política, esquecendo-se de que, como entidade acima da luta de classes, sua função era, exatamente, a de proteger os "menos favorecidos". Tanto é assim, que toda a grita do Sindicato dos Bancários pela independência e autonomia sindical não levava o sindicato a se opor ao seu atrelamento ao Estado. Isso fica claro quando se observa como a Folha Bancária definia essa autonomia:

"De algum tempo para cá vêm os dirigentes sindicais procurando libertar os organismos de classe da tutela ministerialista. Em muitos sindicatos, entre os quais o nosso, a influência ministerialista já não se faz sentir. Nossas relações com o ministério se mantêm estritamente dentro das exigências legais relativas à parte burocrática nos casos em que é imprescindível sua interferência." (93)

Essas "exigências legais relativas à parte burocrática" eram exatamente os mecanismos que garantiam a heteronomia do movimento sindical. E esta, as baixas camadas médias não se propunham a derrubar. Como a oposição do sindicalismo desse setor social ao governo não era mais do que a expressão de sua ideologia pequeno-burguesa de culto ao Estado-árbitro, à diretoria do Sindicato dos Bancários, opondo-se ao governo, para não se desvincular do Estado, não restará outra alternativa que separar o joio do trigo. Com efeito, a crítica contundente aos governantes vinha acompanhada da ressalva de que nem todos agentes do Estado mereciam essas críticas. Pelo contrário, se uns, como os ocupantes da Delegacia Regional do Trabalho, demonstravam "uma clara má vontade e um patente descaso" para com os trabalhadores, outros eram "autoridades dignas e honestas" e merecedoras de toda a confiança.⁽⁹⁴⁾ Em 25 de abril de 1953, foi efetuada a cerimônia de posse da nova diretoria do Sindicato / dos Bancários. No ato da posse, já indicando a nova orientação do Estado frente aos sindicatos após a greve dos 300 000, estiveram presentes deputados, vereadores, Secretários de Estado e, inclusive, altas patentes militares. O novo presidente, ao mesmo tempo que expunha as vitórias obtidas pelo sindicato sobre a tutela do Ministério do Trabalho, saudava as autoridades presentes que contribuíam para o "maior brilhantismo das comemorações". E foram especialmente homenageados aqueles que "desde a primeira hora estiveram conosco (como) estes ilustres representantes do povo Jânio Quadros e Porfírio da Paz que (...) foram elevados à presidência de honra do nosso sindicato, como reconhecimento da classe às suas atuações em defesa dos nossos direitos".⁽⁹⁵⁾

Concluindo, a oposição ao governo por parte do

PCB não se efetuava de uma perspectiva clara e coerente que visasse a independência operária frente ao Estado. Essa mesma oposição no seio do movimento das baixas camadas médias não era se não a manifestação de sua dependência frente ao Estado, o que levava esse movimento a procurar avidamente os "verdadeiros representantes" do Estado, isto é, aqueles que, na conjuntura, possuíam uma atuação mais condizente com a imagem de Estado-árbitro. O movimento operário ainda não havia se libertado do sindicalismo de Estado e vinha promovendo a luta pela unidade sindical em estreito contato - através das Comissões Inter-sindicais e do Pacto de Unidade de Ação - com o movimento das baixas camadas médias. Ora, faltando-lhe uma direção firme para que pudesse lograr a hegemonia política e ideológica nessa luta, o proletariado poderia se deixar levar pela ideologia das baixas camadas médias e tornar-se vulnerável às investidas do Ministério do Trabalho, correndo o risco de por a perder a experiência de autonomia obtida no decorrer da greve geral. Para as baixas camadas médias, bastaria que o Ministério demonstrasse estar ocupado por "autoridades dignas e honestas" - e é o que Goulart tentava fazer - e sua oposição ao governo cessaria. Para o PCB, que não fundamentava sua oposição ao governo numa estratégia clara que visasse a autonomia operária, a nova orientação do Ministério poderia lhe surpreender, deixando-o sem argumentos convincentes junto aos seus militantes e à classe operária, para justificar a necessidade de se evitar a colaboração com o governo.

Ora, necessitando do apoio dos trabalhadores urbanos e enfrentando-se com uma oposição sindical que não tocava de forma clara na questão da derrocada do sindicalismo de Estado, ao governo ficava aberta a possibilidade de lograr o seu in

tento. Já que a questão não era o Estado, mas sim a política de Estado, seria suficiente que se lograsse promover algumas modificações nessa política e a oposição sindical ver-se-ia desmoralizada, para prosseguir a sua luta contra o governo. É verdade que essas modificações, devido à atuação da oposição sindical e à força adquirida pelo movimento operário, deveriam ser significativas e, por isso, teriam pela frente a oposição da burguesia. Mas o governo não podia mais recuar. E, somando pequenas alterações, cujo marco inicial foi a solução dada à greve dos 100 000 marítimos em junho, o Ministério do Trabalho jogou sua cartada decisiva em fevereiro de 1954. Sob a pressão das diretorias das Federações Sindicais, que não queriam perder o controle das bases operárias e das diretorias sindicais que pressionavam para a obtenção de aumentos, o Ministério do Trabalho decidiu que o aumento do salário mínimo, ainda por ser decretado, deveria ser da ordem de 100%. Se tal se constituiu numa vitória sobre a autonomia operária, fortalecendo o sindicalismo de Estado e desmoralizando a crítica ao governo, o Ministro do Trabalho não pôde permanecer em seu posto para comemorá-la. Sob a pressão uniforme do conjunto da classe dominante, Goulart foi deposto no mesmo mês de fevereiro. Ainda encontrou tempo para denunciar, bem ao gosto da base social da política populista, não a exploração capitalista da mesma, mas "os lucros exagerados e anti-sociais" e retirou-se para suas atividades no PTB.

- V -

Em abril de 1953, como consequência da greve geral, fora formada, pelo governo federal, uma comissão para "estu

dar"o reajuste do salário mínimo. Depois de consumado o fato, a burguesia industrial reivindicou sua participação na comissão recém criada.⁽⁹⁶⁾ Pelos documentos consultados, parece que esparticipação não foi obtida. Contudo, independentemente da burguesia industrial ter chegado, ou não, a participar dessa comissão, o mais importante é que a orientação do novo organismo se incompatibilizou com os interesses da burguesia industrial.

Em novembro de 1953, o conflito da burguesia industrial com a comissão de salário já se tornara, para esta burguesia, o principal parâmetro de avaliação da política do Estado. A FIESP advertiu que não vacilaria no combate às medidas / "demagógicas" que o governo pretendia tomar e que faria valer a posição das "classes produtoras" naquele momento de "instabilidade política e de demagogia".⁽⁹⁷⁾ Empenhado na sua luta com a direção do movimento sindical, o governo unira as frações burguesas na luta contra o populismo. Em dezembro de 1953, a FIESP protesta contra o fato do governo estar tomando em consideração as exigências "irrealistas" dos dirigentes sindicais, na comissão de salário.⁽⁹⁸⁾ Em janeiro de 1954, a FIESP envia telegramas à Presidência da República, ao Ministro do Trabalho e ao Ministro da Fazenda, alertando para a inconveniência de se conceder um aumento salarial "incompatível com as disponibilidades / da economia nacional".⁽⁹⁹⁾ No mesmo mês de janeiro, o editoral do Boletim Informativo da FIESP-CIESP, do dia 18, criticou / violentamente o aumento de 100% que a Comissão de Salário Mínimo do Estado de São Paulo sugerira, e vários delegados da FIESP nas cidades do interior do Estado de São Paulo alertaram que as indústrias dessas cidades - isto é, o médio capital - entrariam em crise, caso o aumento de 100% fosse aprovado.

O aumento salarial era a principal arma de que

dispunha a categoria social de Estado na sua luta contra a oposição sindical e pela conquista do apoio das classes populares urbanas ao governo. Era no Ministério do Trabalho que a pressão sindical mais se fazia sentir e era também este Ministério que dirigia a nova política do Estado frente à classe operária e às baixas camadas médias. Daí, o repúdio da burguesia industrial à essa política se converter em pressão para a deposição de Goulart. O afastamento de Goulart do Ministério do Trabalho significou um recuo da política populista, que foi recebido como uma vitória tanto pela burguesia industrial como pela burguesia comercial. O populismo unira, contra si, o conjunto da classe dominante.

Com efeito, desde a posse de Goulart, a burguesia comercial, contando com a colaboração ativa do setor anti-populista das camadas médias urbanas, vinha fazendo do Ministro do Trabalho o alvo privilegiado de seus ataques ao governo. Esse movimento fazia do anti-populismo a sua bandeira. Acusava-se o governo de estar planejando a implantação no Brasil de uma "República Sindicalista", a exemplo do que Peron teria feito na Argentina. Os principais órgãos da imprensa burguesa do Rio e de São Paulo e a UDN dirigiam a chamada campanha anti-Jango, junto à opinião pública.

Ao apelo que a Revista Anhembi fizera às Forças Armadas em maio de 1953 - no seu "memorandum às Forças Armadas/", que fora transcrito nos principais órgãos de imprensa do país - seguiu-se a intensificação dos contatos da burguesia comercial e de sua aliada com os militares. Na Aeronáutica, e principalmente entre os jovens oficiais, a agitação contra o governo encontrava crescente receptividade.⁽¹⁰⁰⁾ Como a sociedade, as Forças Armadas se encontravam cindidas pela luta políti-

ca. Mesmo no Exército, onde os populistas possuíam hegemonia, o governo viu crescer seus adversários. Cerca de oitenta coronéis fizeram ver, num manifesto, em fevereiro de 1954, seu repúdio ao tratamento que o governo vinha dispensando à "questão operária". A Revista Anhembi saudou, em editorial intitulado "Às classes / armadas do Brasil", o memorial dos coronéis. Reconheceu nessa manifestação dos oficiais do Exército a resposta ao apelo que vinha fazendo às Forças Armadas para que depusessem o governo. (101)

Além da integração da classe operária no sistema político, o setor anti-populista das camadas médias, naquela conjuntura, tinha no temor à proletarização outra razão para se opor à política de Estado. Esse mesmo temor começou a tomar conta do escalão médio dos oficiais das Forças Armadas. Por isso, o Manifesto dos Coronéis, que tinha como objetivo imediato a deposição de Goulart, afirmava: "Sabido é que em todas as guarnições, embora em escala variável, lutam os militares de terra / com dificuldades cada vez maiores para a manutenção de um padrão de vida acessível com sua posição social". E, mais adiante, condenava expressamente o aumento de 100% que o Ministério do Trabalho queria aprovar, por entender que ele iria desrespeitar a "natural" superioridade do nível de vida das camadas médias em relação à classe operária. Dizia o manifesto: "E a elevação do salário mínimo a nível que, nos grandes centros do país, quase atingirá o dos vencimentos máximos de um graduado, resultará, / por certo, se não corrigida de alguma forma, em aberrante subversão de todos os valores profissionais, (...)". (102)

Como se vê, a reação do Estado frente à pressão do movimento operário se transformara na principal razão da perda de sustentação social do governo, com a agravante de que tal reação não lhe assegurara, como contrapartida compensatória, o

apoio da oposição sindical. Em abril, a burguesia industrial, comemorando o recuo da política populista, congratulou-se com o Conselho Nacional de Economia, por este ter apresentado um "estudo" sobre a majoração do salário que coincidia com a proposta dos industriais.⁽¹⁰³⁾ A comemoração era precipitada. A deposição de Goulart não significava a consumação da vitória da burguesia.

Há quem entenda que a análise desta conjuntura - e de outras mais - não pode prescindir da suposta "genialidade política" de Vargas, como um dos fatores fundamentais na determinação do sucesso da política do Estado. Recorre-se, apresada e arbitrariamente, aos dons políticos do Presidente, sempre que uma explicação melhor não vem à mente. A "genialidade / política" fica no banco de reservas; apertando o jogo, ela é colocada no campo da explicação. Vemos aqui, essa genialidade em plena operação. Em fevereiro, concordando com o afastamento de Goulart, o Presidente da República reconheceu frente ao conjunto da burguesia, frente ao Exército e perante todos, que não possuía autoridade para promulgar o reajuste salarial de 100%, defendido pelo ex-Ministro. Dois meses depois, aprova esse mesmo reajuste de 100%, tendo, dessa forma, praticamente assinado sua própria deposição. Isto significa que o golpe de agosto teve como um de seus elementos fundamentais a inabilidade política do Presidente? Não. Somente se deixarmos de lado as idiossincrasias presidenciais e regressarmos à análise política, poderemos / ver porque à deposição de Goulart não se seguiu uma alteração definitiva da nova política do Estado frente à classe operária. Ou seja, porque o governo insistiu em trilhar o caminho de sua própria deposição.

Se as frações burguesas se uniam na luta contra

o populismo, elas, nem por isso, perdiam de vista as diferenças que as separavam. Nem, tampouco, o avanço do populismo deixava de se articular com a luta pela industrialização capitalista do país. Na verdade, o aprofundamento do populismo representava a forma pela qual a categoria social de Estado procurava se antepor ao avanço da burguesia comercial e à mobilização do setor das camadas médias aliado ao comércio. Entretanto, a burguesia industrial não aceitava a solução da burocracia de Estado e juntava-se à sua rival na luta contra o populismo, procurando, na medida em que suas próprias forças lhe permitiam, conter a pressão dos setores antiindustrialistas. Demoraria algum tempo até que a burguesia industrial percebesse que esse era um passo maior do que lhe permitiam suas próprias pernas.

A burguesia industrial saíra da Primeira Reunião Plenária da Indústria Para a Análise da Conjuntura Econômica do País, encerrada em junho de 1953, mais preocupada com o fortalecimento político da classe. Os resultados da Primeira Reunião Plenária foram impressos e fartamente distribuídos aos agentes/do Estado e aos industriais. Após a Plenária, o teor do Boletim Informativo da FIESP-CIESP começará a se alterar. O boletim, com frequência, queixava-se do fato da grande imprensa estar sempre disposta a divulgar as "campanhas difamatórias contra a indústria", conforme as palavras da publicação da FIESP-CIESP. (104) No entanto, o boletim da FIESP-CIESP, à diferença do que acontecia com a Revista da Associação Comercial, não dava a devida importância à luta ideológica, ao debate político, enfim, à necessidade de homogeneizar a posição da classe frente às questões / políticas mais abrangentes. O boletim restringia-se à abordagem dos problemas cotidianos da indústria. No segundo semestre de 1953, o boletim da Federação e do Centro das Indústrias começou

a abrir espaço ao debate político e ideológico. Começaram a aparecer os editoriais que tomavam por tema outros assuntos que não fosse o dia a dia da produção fabril ou a política econômica do Estado em relação aos problemas imediatos da classe.

Como parte desse movimento, a FIESP, em novembro de 1953, passou a convidar e a receber, em São Paulo, comitivas de políticos e militares, visando demonstrar, nos dizeres da Federação, a importância da indústria para a economia nacional.⁽¹⁰⁵⁾

Os visitantes eram levados a conhecer as principais indústrias paulistas e, ao final do encontro, invariavelmente, reuniam-se/para ouvir uma preleção dos diretores da FIESP-CIESP sobre a justiça das medidas que a indústria apregoava como necessárias e sobre a "catástrofe" que a sustação da política de industrialização representaria para o país. Senadores, deputados, burocratas, oficiais da Marinha e do Estado Maior das Forças Armadas foram, sucessivamente, recebidos pela entidade da burguesia industrial. Uma das comitivas visitantes era composta pelos membros da Escola Superior de Guerra (ESG) e, na oportunidade, o boletim da FIESP-CIESP comentou:

"Não devem passar sem registro especial as oportunas considerações feitas pelo sr. Antonio Devisate, saudando o General Juarez Távora, na sua visita recente que, em companhia dos componentes da Escola Superior de Guerra, realizou à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Procurou o presidente da Federação das Indústrias, com raro senso de oportunidade, focalizar, mais uma vez, o entrelaçamento profundo e existente entre a indústria e a segurança nacional. A defesa militar de um país depende, de tal forma, da existência de um parque industrial adequado, que as

deficiências deste, significam, realmente, o enfraquecimento daquela.

Essa a tese central do discurso pronunciado pelo sr. Antonio Devisate, a qual adquire maior importância sobretudo no momento, dada a campanha contra a industrialização do país. Mostrou muito bem o orador que o retorno do Brasil ao regime de economia colonial de produtor de matérias primas representava, de fato, não um atentado à economia privada dos que se dispuseram a criar esse maravilhoso parque industrial que o Brasil possui, mas, na realidade, um sério golpe na segurança nacional.

São verdades conhecidas as proferidas pelo presidente da Federação das Indústrias. Infelizmente, teimam certos setores em desconhecê-las. E, por isso, agitam e insuflam movimentos de opinião pública extremamente perniciosos ao desenvolvimento do país"⁽¹⁰⁶⁾

Portanto, a luta contra o populismo não tinha a faculdade de dirimir a contradição que dividia a burguesia. Mas, exatamente porque a burguesia industrial não recuava na sua luta contra a resposta que o Estado vinha dando ao avanço do movimento operário, a contradição intra-burguesa passava a desempenhar um papel secundário na luta política e o movimento popular adquiria a principalidade na determinação do posicionamento das classes sociais. Prova disso está em que a burguesia industrial abria mão do fortalecimento político que o governo - e sua política de industrialização - poderia obter com a nova política sindical, para se opor, juntamente com os setores que "teimavam em desconhecer" as "verdades" que o presidente da FIESP dissera à ESG, ao avanço da política populista. É por isso que a /

burguesia industrial recebia em São Paulo os quadros da ESG, organismo que reunia os militares cuja razão de ser era a luta contra o populismo e que, na época, se constituíam no grupo de vanguarda dos oficiais que lutavam pela deposição de Vargas. (107)

Nem os ganhos obtidos pela burguesia comercial / faziam a burguesia industrial se reconciliar com a burocracia / de Estado. Ao contrário, à cada perda, a indústria se voltava / mais acusadora contra o populismo. Ainda em novembro de 1953, a FIESP se reuniu em plenária para condenar a Instrução 70 da / SUMOC. A instrução, aprovada em setembro pela SUMOC, era criticada por pretender que o mecanismo de formação de preços, e não o controle político-legal, funcionasse como barreira à importação de mercadorias já produzidas pela indústria interna. A burguesia industrial denunciava o fato de que o dolar não estava atingindo preços proibitivos no leilão de câmbio, de modo que estavam sendo importados muitos produtos alijados para a última / categoria. (108) Mas, a indústria não queria ver que o retorno do controle diretamente político das importações era impossível graças à posição que ela própria assumia frente à pressão que as massas urbanas exerciam sobre o Estado. E continuou somando derrotas frente ao comércio, o preço que pagava pelas suas vitórias frente ao populismo. A Instrução 70 era criticada pela burguesia industrial também em razão dela haver desvalorizado o cruzeiro, alterando a taxa cambial única (C\$ 18,50/U\$ 1,00), que assegurava, combinada com a inflação interna, a transferência / de renda do comércio para a indústria. A Instrução 70 fez com que os preços em cruzeiros das exportações se elevassem, ainda em 1953, de 13% acima dos preços em dolar. Em 1954, essa diferença atingiria 46%, favorecendo, sensivelmente, o comércio de exportação. (109) Ora, se a burguesia industrial não podia plei-

tear uma política que compromettesse seriamente o comércio que fornecia, à indústria, as divisas indispensáveis à expansão da produção fabril, isso não impedia que a indústria se opusesse à inversão de tendência que a política de comércio exterior, já em 1953, começava a esboçar. Durante o mês de março de 1954, a burguesia industrial voltou às críticas à Instrução 70,⁽¹¹⁰⁾ críticas que se tornavam tanto menos eficazes quando se recorda / que, nesse mesmo mês, a indústria comemorava com o comércio a deposição de Goulart.

As alterações da política econômica do Estado / não aplacavam a disposição dos setores golpistas. Por um lado, a burguesia comercial somara forças com o objetivo de reconquistar sua hegemonia no poder de Estado e acreditava estar preparada para tanto, não se satisfazendo, pois, com modificações parciais na política econômica. Em segundo lugar, os ganhos da burguesia comercial eram acompanhados do recuo do Estado frente à pressão operária, isto é, do avanço do populismo. E o comércio, ao contrário da indústria, possuía uma orientação definida e clara contra o populismo. Para o aliado da burguesia comercial - o setor liberal das camadas médias - as transformações que a política de Estado vinha somando, desde abril de 1953, frente / ao movimento operário, era o suficiente para aprofundar sua incompatibilidade com o governo. O motivo pelo qual entrara na luta só se agravava. E a agitação no seio dessas camadas médias / só fazia crescer. No ano de 1954, a Revista Anhembi passou a apontar cada manifestação operária como o sinal de que a "revolução social" batia às portas, e seus redatores corriam, afoitos, bater às portas dos quartéis.⁽¹¹¹⁾ A burguesia comercial e sua aliada haviam se incompatibilizado com os agentes do Estado ligados ao populismo e viam na deposição do governo a única solu-

ção.

Se a burguesia industrial se negava a aceitar a única solução viável - o avanço do populismo - para sustar o movimento golpista, o mesmo não se dava com a burocracia de Estado. Ela estava disposta a fazer valer, a todo custo, os interesses históricos da burguesia industrial, e isso facilitava o sucesso das reivindicações e da luta econômica da classe operária. Após a deposição de Goulart, o governo processou alguns re mane jamentos nos comandos militares, de modo a reforçar sua posição, cada vez mais desgastada, nas Forças Armadas.⁽¹¹²⁾ E, no discurso de 1º de maio de 1954, o Presidente da República anunciou o reajuste salarial de 100%. Não se satisfazendo com isso, resolveu fazer mais barulho do que lhe permitiam suas forças. Anunciou, no discurso, que os trabalhadores deveriam se unir nos sindicatos para fazer valer seus interesses junto "aos poderosos" e que, bem proximamente, os trabalhadores estariam no poder.⁽¹¹³⁾

O 1º de maio de 1954 marca uma vitória do populismo sobre a independência da classe operária. O Presidente / conseguiu o que seu ex-Ministro não lograra fazer. O PCB, com convicção cada vez menor, manterá sua oposição ao governo, mas, a partir de agosto de 1954 ele passará a contribuir decisivamente, para reabilitar a memória de Vargas, ou melhor, falando concretamente, para reforçar a ideologia populista no seio da classe operária.⁽¹¹⁴⁾ O 1º de maio foi também a derrota do governo frente ao conjunto da burguesia. A FIESP impetrará recursos/ e protestará, veementemente, não só contra o aumento salarial, mas também contra a linguagem do discurso de 1º de maio que teria se utilizado de conceitos claramente "subversivos".⁽¹¹⁵⁾ A burguesia acusava o Presidente de subverter a ordem e de se vol

tar contra as "tradições do país", em claro desrespeito às "classes conservadoras". A grande imprensa se cobriu de manifestos vindos de diferentes Estados do país e assinados, conjuntamente, pelos órgãos do comércio e da indústria.⁽¹¹⁶⁾ Como a burguesia tentava invalidar, na justiça, o reajuste de 100%, o movimento sindical iniciou uma luta para impedir que o judiciário anulasse o aumento. E, finalmente, o Supremo Tribunal Federal, sob ameaça de greve geral, declarou legal o reajuste.

O novo salário mínimo era questão crucial para uma indústria com baixa capacidade de capitalização, mas não era a única razão do divórcio da burguesia com o governo. O protesto da burguesia industrial se devia também ao fato do Estado ter resistido à sua pressão e lhe imposto uma medida, contra a qual ela lutava há meses. Durante junho e julho de 1954, enquanto concentrava suas forças na luta contra o governo, a burguesia industrial lembrar-se-á, em três editoriais do boletim da FIESP-CIESP, de alertar para o fato de que a "sobrevivência da nação", inclusive no campo militar, dependia da industrialização do país. Mais do que reconhecer o poder das Forças Armadas na decisão da crise, esse brado era um aviso: a burguesia industrial não queria que sua luta pela ordem e contra a "demagogia" se voltasse contra os seus próprios interesses. Não queria, mas não pôde evitar que tal acontecesse.

OBSERVAÇÃO FINAL

O Exército foi o último setor das Forças Armadas que a oposição ao governo logrou conquistar. A imprensa burguesa chegou a se queixar da resistência do Exército em aderir ao golpe que, sem esta adesão, tornava-se mais difícil.⁽¹¹⁷⁾ Se este setor das Forças Armadas tornava-se renitente era exatamente porque o populismo continuava hegemônico no Exército.

Tal constatação já indica que o golpe de agosto de 1954, mesmo tendo sido desfechado pela burguesia contra a solução que o Estado apresentava à pressão operária, isto é, contra o populismo, teria dificuldades em derrotar, definitivamente, a política populista. Essa dificuldade foi se transformando num impedimento real na medida em que - uma vez contido o movimento operário graças à repressão sindical - o conflito intra-burguês foi voltando ao centro da luta política. Com isso, uma das principais forças que se alinhara contra o populismo em 1954, voltou atrás no decorrer de 1955. Com efeito, a burguesia industrial deu o dito pelo não dito e começou a recuar sobre os seus próprios passos, conforme a política de industrialização / capitalista do país ia se vendo ameaçada pela proeminência que a burguesia comercial adquirira no bloco de poder, em função da perda de força política da categoria social de Estado.

Quando o Vice-Presidente que se declarara amigo da ordem subiu ao poder, ele foi recebido com aplausos pelo conjunto da burguesia. Teve início uma violenta repressão nos meios sindicais⁽¹¹⁸⁾ e foi revogado um dos decretos, que Vargas assinara no 12 de maio de 1954, contra o qual a burguesia, como um todo, vinha lutando.⁽¹¹⁹⁾ Além da política do Estado frente

ao movimento operário, a burguesia industrial possuía um segundo - e secundário - motivo para apoiar o novo governo. A burguesia industrial entendeu que seria necessário admitir uma política que visasse conter o ritmo de crescimento da inflação e que se ocupasse do enorme déficit que o balanço de pagamentos a presentava.⁽¹²⁰⁾ O déficit e a inflação eram inseparáveis da expansão industrial do período anterior.⁽¹²¹⁾ e havia diferentes / maneiras - relativas aos interesses de cada uma das frações burguesas - da política de Estado enfrentá-los. Logo ficou claro que tal política não seria levada de forma a atender aos interesses da burguesia industrial.

Já quando se manifestara a favor de uma política de estabilização, a burguesia industrial se apressou em fazer uma advertência. Tal política deveria ser levada de forma a não permitir que a luta contra a inflação viesse servir de pretexto para o estabelecimento, conforme as palavras da FIESP, de uma "política deflacionária, que sacrificando as necessidades imperiosas no terreno do crédito e da produção só traria prejuízos à nação".⁽¹²²⁾ Contudo, em outubro de 1954, o então Ministro / da Fazenda, Eugênio Gudim, surpreendeu a burguesia industrial. / Numa entrevista à imprensa norte-americana, declarou ser o processo de industrialização o grande responsável pelas "dificuldades" que o país atravessava. A burguesia industrial se voltou contra o Ministro. Em editorial, o boletim da FIESP advertiu: "O que se faz mister é que não se fale a linguagem dos mortos (referência à declaração de Gudim) num país que mal começa a viver".⁽¹²³⁾ As preocupações da burguesia industrial frente à política de Estado foram aumentando. Em novembro de 1954, o boletim da FIESP perguntou-se em nome de quem falavam certos "homens públicos" que hostilizavam abertamente o desenvolvimento /

industrial. (124)

No início de 1955, a burguesia industrial conseguiu depor Gudim do Ministério da Fazenda. (125) Mas o novo Ministro prosseguiu a política de estabilização, tentando, inclusive, suprimir o confisco cambial. O que só não foi conseguido/ graças à oposição da burguesia industrial (126) e das Forças Armadas. (127) Os populistas e a indústria começavam a se reencontrar. Aprofundava-se a incompatibilização da burguesia industrial com o governo. Em setembro de 1955, o editorial do Boletim Informativo afirmou que não era possível admitir que no Brasil, àquela época, altas autoridades e amplos setores da opinião pública ainda acreditassem no "slogan" de que o Brasil era um país essencialmente agrícola. E reafirmava ser a industrialização o único caminho para a "elevação do nível de vida de um país e para sua integração nos quadros da civilização moderna". Mas, a política de Estado não se encontrava empenhada nesse "único caminho". (128)

Imediatamente após a eleição presidencial de outubro de 1955, a direção da burguesia comercial e os intelectuais orgânicos das camadas médias anti-populista iniciaram um movimento para impedir a posse de Kubitschek e Goulart, recém eleitos Presidente e Vice-Presidente pela coligação PSD-PTB. O Vice-Presidente havia sido o inimigo público número 1 da burguesia industrial, cerca de um ano antes. E, de novo, esse movimento golpista levantava a bandeira do anti-populismo. Mas, agora, a posição da burguesia industrial era outra. Ela tomou firmemente a defesa dos eleitos. A burguesia industrial publicou na imprensa um manifesto contra o movimento golpista. (129) A FIESP / recebeu Juscelino Kubitschek em São Paulo e hipotecou apoio à sua plataforma (Plano de Metas). (130) Portanto, em novembro de

1955, quando a tentativa de aprofundar o golpe de agosto de 1954 foi debelada, o setor populista do Exército e a burguesia industrial estavam, de novo, do mesmo lado.

Se, em 1950, o PCB decidira votar em branco, em / 1955 ele apoiou a campanha de Kubitschek. A direção operária também decidira recuar. Portanto, o que se segue a 1954 não é, como quer Weffort,⁽¹³¹⁾ a - nos termos deste autor - "sobrevida do populismo". Ao contrário, o populismo saiu fortalecido da crise e não havia nada que assegurasse de antemão o seu fim próximo. E, muito menos, algo que prescrevesse o que deveria, necessariamente, ocupar-lhe o lugar.

Campinas, setembro de 1976.

NOTAS

01.- A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), na prática, em nada se distinguiam. Inclusive as diretorias dos dois órgãos eram, praticamente, compostas pelas mesmas pessoas. O Boletim Informativo que será utilizado neste ensaio era uma publicação semanal da FIESP-CIESP, órgãos que, em tudo, agiam juntos. Juridicamente, contudo, o Centro e a Federação eram organizações distintas. A Federação era o órgão juridicamente ligado à Confederação Nacional da Indústria (CNI), enquanto que o Centro se definia como uma entidade civil. Vale dizer, somente a Federação se encontrava juridicamente ligada à estrutura sindical oficial criada durante o Estado Novo. De acordo com esta estrutura sindical, à cada setor econômico (indústria, agricultura etc.) corresponde, tanto para a burguesia como para os trabalhadores, uma estrutura hierarquizada de sindicatos (base), federações (nível estadual) e confederações (nível nacional).

02.- A análise que segue vale-se da leitura dos números 150, 157, 161, 165, 166, 167, 168, 178, 190 e 192 do Boletim Informativo da FIESP-CIESP. Estes números foram publicados entre agosto de 1952 e junho de 1953.

03.- A análise que segue vale-se da leitura dos números 723, 724, 730, 731, 736, 740 e 746 da Revista da Associação Comercial; estes números foram publicados entre maio de 1952 e abril de 1953
(cont.)

A Revista da Associação Comercial era uma publicação quinzenal que se constituía no órgão oficial da Federação das Associações Comerciais do Brasil. As Associações Comerciais não devem ser confundidas com as Federações do Comércio, existentes em todos os Estados do país e que se congregavam em torno da Confederação Nacional do Comércio (CNC). As Associações Comerciais eram entidades civis e, ao contrário do que ocorria com a CIESP, faziam questão de preservar sua independência em relação à estrutura sindical oficial. Tudo indica que a CNC se encontrava sob controle da fração da burguesia comercial que ia acomodando / seus interesses com os da industrialização.

4.- Revista da Associação Comercial, número 736, de 25 de novembro de 1952, pp. 1 e 2.

5.- Idem, número 746, de 25 de abril de 1953, p. 3.

6.- Como o preço do produto de exportação que, na época, era responsável por 70% das vendas do país ao exterior - o café - encontrava-se em alta no mercado externo, o setor mais poderoso do comércio de exportação tinha sua taxa de lucro decrescida apenas se se toma como referência o nível de preços do mercado internacional. Em relação às taxas de lucro que este setor da burguesia comercial obtinha antes da alta do preço do café no mercado externo, essa mesma taxa - em que pese a manutenção do valor externo do cruzeiro - pode até ter aumentado, ou, ao menos, ter-se mantido no mesmo nível. Furtado, Celso: Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971, pp. 217 e sgts., 11ª edição (revista).

07.- Muitos autores, valendo-se da idéia de Furtado, segundo a qual a renda do comércio de exportação decrescia apenas em termos relativos devido à melhora dos termos de troca com o exterior - ver nota anterior -, concluem que a burguesia comercial, bem ou mal, teria se conformado com a apropriação, por parte da burguesia industrial, do valor originário da alta do preço do café no mercado internacional. É o caso, dentre outros, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (Dependência e Desenvolvimento na América Latina, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973, pp. 114 e segts., 2ª edição). Vemos aqui que tal não corresponde à realidade. Esses autores se esquecem do seguinte: / 1.) a burguesia comercial não exportava apenas café, único produto em alta no mercado externo e, o mais importante 2.) a luta entre as duas frações burguesas extrapolava o terreno dos interesses econômico-corporativos imediatos. A burguesia comercial, conforme veremos, tinha consciência de que o que estava em jogo eram seus interesses históricos: seu predomínio na sociedade e sua hegemonia política no poder de Estado. Sua relação com os agentes e com a política de Estado não pode, portanto, ser depreendida, apenas, da situação conjuntural de suas atividades mercantis.

08.- Revista da Associação Comercial, nº 736, de 25 de novembro de 1952, p.2.

09.- Idem, p.3.

10.- Ibidem, p.4.

11.- Revista da Associação Comercial, nº 740, de 25 de janeiro de 1953, p.1.

12.- Dean, Warren: A Industrialização de São Paulo, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971, capítulo II, pp. 25 a 40.

13.- Silva, Sérgio: "A Política Econômica na República Velha",/ Campinas, 1976, mimeo.

14.- Silva, Sérgio, op. cit. Convém esclarecer porque se fala a qui em burguesia comercial e não em burguesia agrária, quando nos referimos aos detentores do poder na Primeira República. Por certo, não é correto tomar a grande massa de proprietários de terra espalhada pelo interior do país, como fração de classe que se encontrasse no bloco de poder que controlava o aparelho de Estado, na República Velha. Essa massa de proprietários de terra era econômica e politicamente débil. Seu poder se restringia ao nível local, do município; frente ao Estado, eles não representavam muita coisa. O próprio poder que detinham no município só era possível graças ao apoio que lhes prestava o Estado. Por isso, eles estarão sempre dispostos a oferecer apoio à política de Estado e às forças que detinham o poder de Estado (cf. Leal, Nunes: Coronelismo, Enxada e Voto, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1975, capítulo I, 2ª edição).

Mas a idéia de uma burguesia agrária, que teria se constituído como força politicamente hegemônica ao longo da República Velha, toma como referência, mais comumente, o setor capitalista mais desenvolvido da agricultura brasileira, que era a produção de café. Ainda aqui acreditamos haver equívocos.

Silva (Silva, Sérgio: Le Café et L'Industrie, Paris, 1973, mimeo) demonstra que a burguesia cafeeira, que detivera a hegemonia política na Primeira República, tinha no comércio, e não na produção agrícola, sua principal fonte de acumulação. Não era com o

fazendeiro de café, mas sim com o comerciante e com o banqueiro, dos quais o plantador dependia economicamente, que ficava a maior parte dos lucros advindos do negócio do café. O fazendeiro estava subordinado - e com ele a produção - ao comércio. Era este que controlava os negócios do café, subordinando a produção aos interesses comerciais. É por isso que Silva caracteriza o capital cafeeiro como sendo à dominante comercial. Mesmo quando o fazendeiro e o comerciante fossem a mesma e única pessoa, era o comércio, e não a produção, que esse cafeicultor definia como sua principal atividade; de tal sorte que, socialmente, ele deve ser definido, antes de mais nada, como comerciante. Prova disso, está no conhecido absenteísmo dos grandes fazendeiros, mostra evidente de que o essencial de seus negócios estava na cidade e não na fazenda.

No período que analisamos, a subordinação da agricultura ao comércio permanece; com a novidade de que o Estado procurava subordinar o comércio à indústria. Parece-me, ainda, que as diferentes funções do capital cafeeiro, no curso do desenvolvimento desse capital, foram se diferenciando ainda mais. Na década de 1950, essas funções se encarnavam em portadores distintos, permitindo a configuração mais clara de uma fração comercial da burguesia, que controlava a produção agrícola do país, descapitalizando essa produção. José de Sousa Martins ("O Sentido do Associativismo Empresarial no Brasil Agrário" in Vida Rural e Mudança Social, vários autores, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973) demonstra como as cooperativas agrícolas tinham por finalidade defender a taxa de lucro do fazendeiro, criando um mecanismo de defesa frente à imposição de preços baixos perpetrada pelas casas comerciais que adquiriam o produto do fazendeiro para a revenda. No caso do café, com a criação do Instituto Bra

sileiro de Café, em 1952, o governo passou a estimular e a fornecer financiamentos do Banco do Brasil para que os produtores de café se organizassem em cooperativas. Isso veio permitir que uma parte, ainda que pequena, dos plantadores se apropriassem de um lucro maior, subtraído da renda que até então ficava com o comércio do café. Entendemos que o slogan "O Brasil é um país essencialmente agrícola", que ainda na década de 1940 era abertamente apregoado por intelectuais como Eugênio Gudim, constituía-se, antes de mais nada, na forma como o comércio fazia passar os seus interesses como sendo os interesses da produção agrícola. É sabido que Gudim sempre publicava seus artigos na imprensa das Associações Comerciais.

A burguesia industrial, na medida em que avançava a luta pela industrialização, foi aprendendo a identificar com clareza onde estavam seus verdadeiros inimigos. Em 1955, o Governo Café Filho cogitava suspender a proteção tarifária que era garantida / às peças de veículos já produzidas no país. As Associações Comerciais diziam ser a suspensão uma necessidade da agricultura do país, que se encontraria em vias de entrar em colapso, devido à falta de peças de reposição para os caminhões que transportavam a produção agrícola. Num manifesto em que procurava demonstrar a improcedência desse argumento do comércio, a FIESP afirmou: "Como sempre, querem usar os interesses da lavoura ou do abastecimento de gêneros à população, que apenas no seu entender estariam ameaçados, como guarda-chuva que acoberte as suas próprias conveniências." (Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 283, de 7 de março de 1955, p.83.)

15.- Como faz Dean, Warren, obra e capítulo citados. Ver a crítica de Sérgio Silva à análise de Dean em Silva, Sérgio: Le

Café et L'Industrie, Paris, 1973, mimeo.

16.- Veja-se um trecho do Manifesto lançado pelo Sindicato da Indústria de Peças Para Automóveis e Similares no Estado de São Paulo, em março de 1955, protestando contra a tentativa de se anular a legislação que, em agosto de 1952, proibira a importação de autopeças já fabricadas no país. Diz o manifesto: "Isso [a suspensão da legislação] representaria um sacrifício inútil, pois dentro de pouco tempo, ainda por força da situação / cambial, as importações teriam seu ritmo diminuído e haveria apelos à produção nacional [de autopeças], que precisaria novamente organizar-se e desenvolver-se, reiniciando-se um trabalho que vem desenvolvendo há anos e que desgraçadamente para o país estaria totalmente perdido." (Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 283, de 7 de março de 1955, p.85).

17.- Ver o Editorial do Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 173, de 26 de janeiro de 1953.

18.- Revista da Associação Comercial, nº 745, de 10 de abril de 1953, pp. 54 e 55. O item máquinas ao qual se refere o título da ANMVAP, diz respeito às "máquinas agrícolas" (arados, / tratores etc.)

19.- Revista da Associação Comercial, nº 749, de 10 de junho de 1953, p.73.

20.- Luciano Martins, baseado na Sinopse das Atas das Reuniões da Sub-Comissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis faz uma detalhada análise das reuniões da Sub-Comissão. Martins,

Luciano: Politique et Developpement Economique: Structures de Pouvoir et Systeme de Decisions au Brésil, Paris, tese de Doct^orat D'Etat, 1973, mimeo, pp. 544 e sgts.

21.- Revista da Associação Comercial, nº 746, de 25 de abril de 1953, p.57.

22.- Idem, pp. 55 e 56 e nº 747 de 10 de maio de 1953, p.6.

23.- Idem, nº 746, pp.55.

24.- O presidente da Sub-Comissão que cuidava da implantação da indústria automobilística, queixava-se da campanha orquestrada pela grande imprensa. Ver Martins, Luciano, op.cit.,p.548 O Boletim Informativo da FIESP-CIESP também relata a atuação da imprensa na época. Ver nº 283, de 7 de março de 1955.

25.- O número 747 da Revista da Associação Comercial dá ampla cobertura ao debate travado, em maio, com a diretoria da ... CEXIM. Ver reportagem intitulada "A CEXIM Sob Fogo Cruzado",p.5 e sgts.

26.- Veja-se a declaração feita pelo presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Automóveis e Acessórios do Rio de Janeiro, ao diretor da CEXIM, durante os debates. "Desde que tomei posse da presidência do Sindicato, há dez meses, procurei / contato com a CEXIM, não só pessoalmente, mas principalmente / por cartas e memoriais. Estas não foram respondidas! Oferecemos nossos préstimos na categoria econômica que representamos, pois estamos aptos a fazer estudos e sugestões em assuntos técnicos

e comerciais da classe. Não tivemos resposta! Assim, aconteceu conosco o que aconteceu também com os demais sindicatos e Associações de classe - não foram ouvidos! Há dias, numa reunião da Confederação Nacional de Comércio, quando do comparecimento do sr. Zeferino Contrucci, assessor técnico da CEXIM, nosso distinto amigo, inteligente e esforçado companheiro, sr. Eugênio Soares / (...) declarou que a Confederação Nacional do Comércio ofereceu seus préstimos à CEXIM no estudo dos problemas de exportação de gravosos, colaboração essa que também não foi aceita. Assim, não pode a CEXIM dizer que o comércio não deseja cooperar. Ela poderá testemunhar, isto sim, que nossa cooperação tem sido recusada!" (Revista da Associação Comercial, nº 747, de 10 de maio de 1953, p.7). Note-se como este discurso inicia tratando do problema de um sindicato, refere-se em seguida a vários outros sindicatos do comércio de importações, passa a falar dos interesses do comércio de exportação e, finalmente, refere-se ao comércio sem especificações. Isto é, toma por referência o conjunto da burguesia comercial e, portanto, seus interesses mais amplos.

27.- Já no encontro de abril aparecera tal palavra de ordem. /

Transcrevo duas declarações: "Se medirmos as despesas do Brasil e das empresas que dependem da CEXIM e as inconveniências na operação desta carteira depois de tantas emendas e remendas, só resta uma providência: a sua extinção. [Todos] se adaptariam a um novo regime de liberdade e principalmente de benefício do consumidor."; "Extinguir a CEXIM, declara o sr. Oswaldo Benjamim de Azevedo, é a solução, desde que a alternativa seja a livre iniciativa." (Revista da Associação Comercial, nº 746, p.56). Veja-se como a burguesia comercial se opunha à CEXIM em defesa da "liberdade da iniciativa privada", isto é, contra a intervenção do Es-

tado na economia - controle do comércio exterior, no caso - em prol da industrialização.

28.- Revista da Associação Comercial, nº 747, p. 6.

29.- É Gramsci quem se utiliza desse conceito. Convém esclarecer seu significado. Quando faz uso do termo intelectual / conforme é entendido no uso corrente, Gramsci afirma: "Todos os homens são intelectuais (...) não se pode separar o homo faber do homo sapiens." (Gramsci: Os Intelectuais e a Organização da Cultura, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p.7). Contudo, enquanto conceito - que é o que interessa aqui - não é este o significado da expressão. No conceito, o que conta não são as características intrínsecas da atividade intelectual, mas a posição que ela ocupa no conjunto das relações de classe. O critério deixa de ser substantivo para tornar-se relacional, na determinação do conceito: "O erro metodológico mais difundido , ao que parece, consiste em se ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais." (Idem, p.6). Numa fórmula concisa, os intelectuais são "os funcionários da superestrutura"; mais precisamente, da superestrutura de uma sociedade de classes. Os qualificativos que acompanham o conceito de intelectual mostram-nos isto. Há, apenas, dois tipos de intelectual: o orgânico e o tradicional. O que os diferencia é a posição de classe que assumem. Esta passagem elucidada o significado de intelectual orgânico: "Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômi-

ca, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no campo social e político." (Idem, p.3). Os intelectuais orgânicos constituem-se, pois, na vanguarda que dirige uma classe social tanto na sua luta política como na sua luta, propriamente, ideológica. Constituem-se nos elementos em cuja atividade - política e ideológica - a massa da classe se reconhece. A classe os vê como seus representantes. Na conjuntura que estamos examinando, a compreensão deste ponto é importante. O fato de nenhuma das classes fundamentais se reconhecer representada, no sentido estrito do termo, nos ocupantes do aparelho de Estado, será decisivo para o desenvolvimento da crise de 1954.

30.- Sinopse das Atas das Reuniões da Sub-Comissão de Jeeps ..., 5ª reunião, 14 de maio de 1952. Citado em Martins, Luciano, op. cit., p.547.

31.- Discorda-se aqui de autores que supõem que o imperialismo americano possuía uma estratégia de industrialização da América Latina, como é o caso de Ramos, Mônica Peralta: Etapas de Acumulacion y Alianzas de Clases en la Argentina: 1930-1970, Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 1972.

32.- Boletim Informativo, FIESP-CIESP, nº 218, de 7 de dezembro/ de 1953.

33.- Constitui-se, de certa forma, uma tradição, entre alguns cientistas sociais no Brasil, imputar à burguesia, de forma abstrata e idealista, determinados interesses, para em seguida /

concluir que a burguesia não tem consciência de classe. Os ideólogos do ISEB, por exemplo, usaram e abusaram deste tipo de prática. Mesmo cientistas sociais ligados a outra perspectiva teórica, incorreram nesse tipo de erro. É o caso de Cardoso: "Assim, da mesma forma que a inexistência de uma tradição proletária dificulta a orientação do comportamento operário por valores compatíveis com a sua situação de classe, a origem não-industrial/recente dos industriais brasileiros dificulta que se orientem / como empresários e que atuem como classe." (Cardoso, Fernando / Henrique: Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, p.170, 2ª edição). A tentativa de apreender da situação de classe da burguesia industrial a razão que a impedia de tomar a direção política da luta pela industrialização, esta tentativa inspira-se na análise que Décio Saes faz da Revolução de 30. Este autor observa que na Revolução de 30 a burguesia industrial não toma a direção política do movimento, exatamente devido à sua dependência frente ao capital cafeeiro. Saes, Décio: A Revolução de 30 e as Transformações do Estado, trabalho manuscrito.

34.- Cf. "Um teste de Vitalidade", editorial do Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 150 de 18 de agosto de 1952 e editorial do nº 195 de 29 de junho de 1953.

35.- A atribuição de um caráter pragmático à política industrialista do Estado está presente, inclusive, em obras de inegável importância e de insuspeita orientação crítica da historiografia brasileira. Veja-se, por exemplo, Boris Fausto: "A Revolução de 1930 põe fim à hegemonia da burguesia do café, desenlace inscrito na própria forma de inserção do Brasil, no siste-

ma capitalista internacional. Sem ser um produto mecânico da dependência externa, o episódio revolucionário expressa a necessidade (para quem? - ABJ) de reajustar a estrutura do país, cujo funcionamento, voltado essencialmente para um único gênero de exportação, se torna cada vez mais precário." Fausto, Boris: A Revolução de 1930, São Paulo, Brasiliense, 1972, p.112, 2ª edição.

A idéia de que a crise de 1929 abarrotara o país de um estoque invendável de café, obrigando a opção pelo desenvolvimento industrial é criticada em Silva, Sérgio: "1929: A Crise do Capitalismo no Brasil", trabalho manuscrito.

Para o período que analisamos, Carlos Lessa apresenta de forma exemplar a visão que atribui um caráter pragmático à política industrialista. Esse autor enumera os seguintes fatores para explicar o aprofundamento da política de industrialização, de 1951 em diante: a.) a situação, cada vez mais crítica, provocada pelos pontos de estrangulamento. O que teria obrigado o Estado a canalizar investimentos para o setor de infra-estrutura;

b.) a preocupação quanto à possibilidade da Guerra da Coréia submeter o setor industrial do país a severas restrições, como ocorrera durante a 2ª Guerra Mundial, quando a importação de equipamentos para a indústria fora dificultada. Por isso, no início dos anos 50, o Estado teria sido obrigado a efetuar a chamada política de estocagem;

c.) e, diz o autor, "Finalmente, queríamos fazer referência ao fato de que providências estimuladoras do desenvolvimento industrial representava uma sequência natural do processo econômico que vinha se desenvolvendo e não afetavam interesses internos ou externos de molde a criar resistências à sua adoção." Cf.: Lessa, Carlos: Quinze Anos de Política Econômica, Campinas, mimeo., p.13. (cont.)

Ora, os itens a e b tomam o que deve ser explicado como sendo a própria explicação, exatamente porque supõem que a industrialização capitalista era o caminho natural a ser percorrido pela economia brasileira. O item c explicita o que é pressuposto nos itens a e b, revelando o desconhecimento que o autor possui da luta política no período.

36.- Revista da Associação Comercial, nº 747, de 10 de maio de 1953, p.7.

37.- É como Fernando Henrique Cardoso e Rolando Cordeira Campos explicam o fato do Estado, e não da burguesia industrial, tomar a dianteira na luta pela industrialização. Campos se detém na análise do capitalismo mexicano, mas pretende que suas conclusões sejam válidas para outras situações de capitalismo / tardio e subordinado. Cf.: Cardoso, Fernando Henrique: Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, p.93, 2ª edição e Campos, Rolando Cordeira: "Estado y Desarrollo en el Capitalismo Tardío y Subordinado" in Investigación Económica, volume 31, nº 123, México, UNAM, 1971.

38.- Gramsci, Antonio: Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p.50.

39.- Tampouco seria correto recorrer à idéia de que, no segundo pós-guerra, o capital imperialista começara a pressionar / para investir no parque industrial que se formara na América Latina. E, com isso, pretender indicar um dos fatores - modificaçãõ no comportamento do capital imperialista - que impulsiona

vam a industrialização periférica, transformando-a numa tarefa "urgente". Ao menos no caso do Brasil, tal não se dava. A burguesia industrial brasileira e o Estado reivindicavam, no segundo governo Vargas, mais investimentos industriais imperialistas do que o próprio imperialismo se dispunha a realizar. O caso da indústria de automóveis é um bom exemplo nesse sentido, e esse caso se enquadrava na regra geral. Portanto, pensamos que tampouco será correto recorrer às pressões imperialistas para explicar a atuação antecipadora da categoria social de Estado que, a bem dizer, se antecipava também frente ao imperialismo, na condução da internacionalização do parque industrial interno.

40.- Saes, Décio: "Industrialização, Populismo e Classes Médias no Brasil", Campinas, Cadernos do IFCH-Unicamp, nº 6, 1976. Para a análise da ideologia e atuação política das camadas médias liberais valho-me, também, de Pinheiro, Paulo Sérgio: "Classes Médias Urbanas: Formação, Natureza, Intervenção na Vida Política", Campinas, 1974, mimeo.

41.- Saes, Décio, op. cit., p.40-41. Para a análise das baixas camadas médias apoio-me amplamente nesse trabalho de Saes. A caracterização do populismo como ideologia pequeno-burguesa / encontra-se desenvolvida no trabalho pioneiro de Weffort, Francisco: "Política de Massas" in Política e Revolução Social no Brasil, vários autores, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

42.- Folha Bancária, nº 52, junho de 1954, p.9.

43.- Folha Bancária, nº 45, fevereiro de 1952, p.1.

44.- Conforme pesquisa que vem sendo realizada por Maria Hermí
nia Tavares de Almeida, o Estado, durante o Estado Novo, am
pliou a legislação trabalhista sob os protestos e com a oposi
ção da burguesia industrial.

45.- Na pesquisa - acima referida - de Tavares de Almeida, a au-
tora constatou que a burguesia industrial se opunha, inclu
sive, à fixação, por lei, do teto salarial mínimo obrigatório./
Mesmo que o salário mínimo não viesse assegurar uma melhora do
nível de vida das classes populares - não foi apenas a classe
operária que foi abrangida pela lei salarial -, talvez por e-
le reconhecer um direito dos trabalhadores, a burguesia se defi
niu pela obstrução do decreto-lei. Sabendo-se que a legislação/
trabalhista, ao reconhecer cidadania à classe operária (Cf. ...
Weffort, Francisco: "El Populismo en la Política Brasileña" in
Brasil Hoy, vários autores, México, Siglo Veintiuno Editores, ...
1968), constituiu-se no principal fator de integração/subordina
ção do proletariado ao Estado, o comportamento da burguesia -
industrial, inclusive - frente a essa legislação só confirma
o fato de que a política populista não tinha na burguesia o seu
agente promotor.

46.- Décio Saes, op. cit., localiza na corrente centralista-au-
toritária do tenentismo dos anos 20, a expressão política
das pressões difusas que as baixas camadas médias exerciam so-
bre o Estado.

47.- Weffort que, salvo engano, foi o primeiro autor a caracte-
rizar o período que se abre em 1930 como um período no qual
se verifica uma crise de hegemonia política, é um dos autores

que recorre à necessidade de equilíbrio do bloco de poder para / explicar a integração/subordinação das classes populares ao Estado. Cf. Weffort, Francisco: "El Populismo en la Política Brasileira", op. cit.

48.- (sem efeito)

49.- Revista da Associação Comercial, nº 740, de 21 de janeiro / de 1953, pp. 6 e 7.

50.- Folha Bancária, nº 48 de dezembro de 1952, p.3.

51.- Weffort, Francisco: Sindicatos e Política, São Paulo, tese de livre-docência, 1972, mimeo., p.III-13.

52.- A integração da classe operária no Estado, através do sindicalismo de Estado, não pode ser confundida com a presença - que não ocorreu - da classe operária no poder de Estado. Para a distinção entre aparelho de Estado e poder de Estado ver .. / Althusser, Louis: "Ideologia y Aparatos Ideologicos de Estado", exemplar mimeografado, Biblioteca Central, UNICAMP. A expressão "busca de integração/subordinação" (da classe operária) foi usada com o intuito de indicar que o sindicalismo de Estado não é / criado, como que por encanto, no imediato pós-30. Ele será o resultado de uma longa luta travada entre as vanguardas operárias / e o Estado brasileiro, principalmente - mas não exclusivamente - da Revolução de 1930 em diante. Para uma análise das tentativas de integração da classe operária no Estado, já no decorrer da Re

pública Velha ver: Boito, Maria Emília Sedeh: "Estado e Classe Operária na Primeira República", Campinas, 1975, mimeo. Para a análise do processo de formação e consolidação do sindicalismo/ de Estado ver Weffort, Francisco: "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil" in Estudos Cebrap, nº 4, 1973. As relações orgânicas entre a integração/subordinação da classe operária ao Estado e a política avançada de industrialização são analisadas em Saes, Décio: "Industrialização, Populismo e Classes Médias no Brasil", op. cit.

53.- Mesmo os autores que procuram efetuar uma análise crítica/ do populismo, deixam-se levar, muitas vezes, pelo discurso da ideologia populista, discurso que produziu e difundiu o mito da doação. Veja-se o exemplo de Moisés, J.A.: "Assim, Vargas - e/ou os setores que ele representava - se antecipa à própria classe operária que, sem mesmo ter lutado pela conquista de seus direitos, recebia-os do Estado". "Notas Para um Estudo Sobre Classe Operária e Consciência de Classe no Brasil", São Paulo, Cebrap, mimeo., 1973, p.6.

54.- Weffort, Francisco: Sindicatos e Política, op. cit., p.III -11.

55.- Rodrigues, Leôncio Martins: Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, apud Andrade, Fernando: "Movimento Operário e Sindicatos" in Debate, nº 20, novembro de 1975.

56.- Weffort, Francisco: "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil", op. cit.

- 57.- Weffort, Francisco: Sindicatos e Política, op.cit.,p.III-8.
- 58.- Skidmore, Thomas: Brasil: de Getúlio a Castelo, Rio de Janeiro, Editora Saga, 1969, p.150.
- 59.- Cf. Revista Anhembi, nº 30, maio de 1953, pp.495 a 505.
- 60.- Cf. Folha Bancária, nº 49, junho de 1953, p.2.
- 61.- Cf. Palestra proferida por Moisés, J.A. no Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais, Porto Alegre, 1975.
- 62.- Para a análise da greve dos 300 000 , baseio-me em três trabalhos: Andrade, Fernando: "Movimento Operário e Sindicatos" op.cit.; Moisés, J.A.: "Notas Para um Estudo Sobre Classe Operária e Consciência de Classe no Brasil", op. cit. e Weffort, Francisco: Sindicatos e Política, op. cit. Esses três trabalhos discutem, principalmente, o significado da greve dos 300 000 para a história do movimento operário, com base na análise e na extensa pesquisa feitas por Moisés, J.A., sobre o desenvolvimento da greve de março-abril. Valho-me, suplementarmente, da leitura do jornal Notícias de Hoje dos dias primeiro a 28 de abril de 1953.
- 63.- Folha Bancária, nº 49, junho de 1953, editorial.
- 64.- Folha Bancária, nº 52, junho de 1954. Ver o relatório de atividades da diretoria do Sindicato à p.6.
- 65.- Os termos e expressões entre aspas foram retirados da Revista. A análise que se segue foi feita a partir da leitura / dos exemplares da Revista Anhembi, publicados entre dezembro de

1951 (exemplar nº 13) e junho de 1953 (exemplar nº 31). A Revista Anhembi era publicada mensalmente em São Paulo. Possuía uma tiragem de cerca de 10 000 exemplares, que eram distribuídos em 17 Estados (capital e interior) do país. Essa Revista era uma publicação militante que se colocava como principal tarefa, não a informação e a análise, mas o objetivo de convencer o leitor da justeza de sua linha política.

66.- Revista Anhembi, nº 23, outubro de 1952, pp. 302-303.

67.- "... o governo federal, único responsável pela situação de desespero que provocou o movimento grevista, se interessou realmente pela sua intensificação. Aos seus (do governo federal) desígnios não serviam porém uma parede ordeira e silenciosa(sic), como a pretendida pelos trabalhadores paulistas (sic),... Assim, valendo-se das arruaças provocadas na ocasião pelos comunistas - que não perdem vasa para estas manifestações de "prestígio" - despachou o governo federal alguns apaniguados a São Paulo, como os deputados Euzébio da Rocha e Moreno, para colocarem um pouco de fogo na fervura. (...) De modo que se viu sozinho o sr. Lucas Nogueira Garcez para fazer face à situação (criada pela greve), amparado apenas na honestidade dos seus propósitos, contra os quais se opõe a tríplice camarilha dos comunistas, dos "queremistas" e dos "populistas'." Revista Anhembi, nº 30, maio de 1953, p.507.

68.- Essa afirmação do jornal O Estado de São Paulo é transcrita pela Revista Anhembi, nº 30, maio de 1953, p.507.

69.- Revista Anhembi, nº 30, maio de 1953, p. 505.

- 70.- Cohn, Gabriel: Petróleo e Nacionalismo, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, p.169.
- 71.- Idem, p.168.
- 72.- Revista Anhembi, editorial do nº 15, de fevereiro de 1952 e p. 80 a 91 do nº 22, de setembro de 1952.
- 73.- Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 149 de 4 de agosto/ de 1952, editorial: "A Iniciativa Privada".
- 74.- É o caso de Auro de Moura Andrade (PDC-SP), cf. Cohn, Gabriel, op. cit., p.163.
- 75.- Cf. Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 223, de 11 de janeiro de 1954.
- 76.- Revista da Associação Comercial, nº 749, 10 de junho de / 1953, p.1.
- 77.- Sobre a campanha do petróleo ver Cohn, Gabriel, op. cit.,/ p. 104 a 179 e Victor, Mário: A Batalha do Petróleo Brasileiro, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1970, p. 248 a 381.
- 78.- Cf. os números 184, 185, 186, 187, 188 e 189 do Boletim Informativo da FIESP-CIESP, publicados no decorrer de abril e maio de 1953.
- 79.- Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 185, de 20 de abril de 1953, p. 94.

- 80.- Cf. Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 209, de 5 de outubro de 1953, p. 94.
- 81.- Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 188, de 11 de maio de 1953, p. 169. Sobre a preocupação da Reunião Plenária / da Indústria com a atuação da classe operária, ver também o nº 186, de 27 de abril de 1953.
- 82.- Moisés, J.A., op. cit.
- 83.- Cf. Revista Anhembi, nº 30, maio de 1953, p. 505.
- 84.- Revista da Associação Comercial, nº 747, de 10 de maio de 1953, p. 30 e p.l.
- 85.- A expressão é de Lenin (Cf. Qué Hacer?, Buenos Aires, Editorial Anteo, 1973). Uso-a para indicar que, embora a greve geral não tenha sido um movimento preponderantemente político, isto é, que tivesse o poder de Estado como objetivo principal, a greve, pela forma de luta que propiciou e pelos objetivos que se propôs, teve de se enfrentar diretamente com a estrutura - sindicalismo de Estado - e com a política do Estado.
- 86.- A análise que se segue baseia-se nas informações retiradas da Folha Bancária, nºs 49, 50 e 51 de junho e agosto de / 1953 e de fevereiro de 1954. O Sindicato dos Bancários participava ativamente da luta pela unidade sindical, por isso, a Folha Bancária dava ampla cobertura ao movimento.
- 87.- Cf. Revista Anhembi, nº 44, de julho de 1954.

- 88.- Revista da Associação Comercial, nº 747, 10 de maio de 1953, p.25.
- 89.- Weffort, Francisco: Sindicatos e Política, p.III-25.
- 90.- Como ocorrera com a greve geral de São Paulo, a greve dos 100 000 marítimos foi dirigida por uma Comissão de Greve, e não diretamente pelo sindicato. Também conforme se deu em São Paulo, a greve dos marítimos representou para o movimento sindical do Rio de Janeiro, o ponto de partida para a luta pela unidade inter-sindical.
- 91.- Como se pode observar, a conclamação da Folha Bancária, que visa denunciar a tática do governo, é endereçada aos dirigentes sindicais e não à massa dos trabalhadores, quando caberia alertar essa massa não só contra o governo mas, também, contra os dirigentes que vacilassem frente à nova orientação do Ministério do Trabalho.
- 92.- Weffort, Francisco: Sindicatos e Política, p.III-14
- 93.- Folha Bancária, nº 50, agosto de 1953.
- 94.- Folha Bancária, nº 49, junho de 1953.
- 95.- A reportagem sobre a posse da nova diretoria do Sindicato dos Bancários aparece no número 49 da Folha Bancária.

- 96.- Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 187, de 4 de maio de 1953, p.159.
- 97.- Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 219, de 14 de dezembro de 1953, p.414.
- 98.- Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 221, de 28 de dezembro de 1953.
- 99.- Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 223, de 11 de janeiro de 1954, p.245.
- 100.- Cf. Stepan, Alfred: Brasil: Los Militares y la Política,/ Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1974, Segunda Parte, p. 73 a 149.
- 101.- Cf. Revista Anhembi, nº 41, de abril de 1954.
- 102.- O Manifesto dos Coronéis é transcrito em Ferreira, Oliveiros: As Forças Armadas e o Desafio da Revolução, Rio de Janeiro, Edições GRD, p.122.
- 103.- Cf. Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 238, de 26 de abril de 1954.
- 104.- A Revista da Associação Comercial, ao contrário, só tinha elogios a fazer à grande imprensa. Veja-se como esta fração da burguesia apresentava o controle que exercia sobre os / principais órgãos da imprensa burguesa, defendendo esses órgãos das críticas que lhes faziam as forças sociais que lutavam pela

industrialização: "E os pronunciamentos das nossas /do comércio/ entidades sempre merecem a melhor divulgação, não porque existam "public relations" ou "dipinhos" subornadores, mas porque tais pronunciamentos envolvem, invariavelmente, interesses gerais de vulto, o que impede a imprensa, na sua tarefa de informar e orientar, de olvidá-los. Todos os dias os jornais, e o rádio, voluntariamente e certos de que prestam um serviço de interesse geral, divulgam notícias e comentários onde se inserem referências diretas àquelas entidades /associações comerciais/". Cf. Revista da Associação Comercial, nº 736, de novembro de 1952 p.1. Não havia, de fato, necessidade de coação e nem de suborno. Na grande imprensa burguesa, militavam os intelectuais orgânicos da burguesia comercial, cuja atividade se definia pela divulgação dos interesses do comércio, pela preocupação de fornecer à classe as diretivas políticas corretas e justificar essas diretivas perante o conjunto da sociedade, na forma que a situação concreta da luta de classes exigisse.

105.- Ver os números de novembro e dezembro de 1953 do Boletim Informativo da FIESP-CIESP.

106.- Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 214, de 9 de novembro de 1953, pp. 232-233.

107.- O que significa dizer que os militares da ESG eram militares anti-populistas? Significa dizer que eles traziam para dentro das Forças Armadas a ideologia dos setores sociais /que combatiam o populismo, traduzindo essa ideologia em termos militares, isto é, retirando dela as conseqüências para a organização e atuação política das Forças Armadas. O populismo era hegemônico entre os militares. Por isso, as Forças Armadas, e o

Exército principalmente, não se organizarão de modo a tomar a repressão interna como tarefa própria dos militares. As tropas se concentravam, principalmente, nas fronteiras e na capital federal, isto é, com vistas à soberania do Estado-nação. No plano externo, as Forças Armadas sempre oferecerão resistência às tentativas do imperialismo norte-americano de atrelar incondicionalmente o Brasil nos quadros da política de guerra fria. Isto porque, tal atrelamento bloquearia o campo de manobra do Estado / brasileiro na política internacional, que era o que lhe assegurava a disponibilidade de alternativas para se enfrentar com as pressões antiindustrialistas do imperialismo, principalmente / dos Estados Unidos e do FMI, organismo sob controle do imperialismo norte-americano. As Forças Armadas, para serem populistas, tinham pois que ser o "povo fardado", no interior do país, e os / "defensores da nação", isto é, da relativa autonomia do Estado nacional, no plano da política externa. Uma^e outra atuação eram condição da política de industrialização avançada. Ora, a ESG peliteava exatamente o contrário. Elegendo a repressão interna como tarefa primordial das Forças Armadas e reivindicando o alinhamento incondicional com a política externa norte-americana, justificado pela principalidade atribuída à contradição do "Ocidente" com o comunismo, a ESG propunha que as Forças Armadas abandonassem o populismo, comprometendo sua capacidade para se antecipar à burguesia no direcionamento do processo de industrialização.

A evolução do currículo da Escola do Estado Maior do Exército atesta a correção da análise que aqui se faz. / Nos planos de estudo da Escola, para o ano de 1956, não se incluíam aulas sobre luta anti-guerrilha, segurança interna e combate ao comunismo. Em compensação, não faltavam as conferências

sobre a defesa territorial do país. Em 1968, já derrotado o populismo, o currículo da Escola do Estado Maior do Exército destinava 222 horas-aula à segurança interna e somente 21 aos temas relacionados à defesa territorial. Também no pós-64, a denominada Operação Presença alterou a distribuição de tropas pelo país. Essa operação consistiu em distribuir as unidades militares de maneira mais uniforme pelo interior do país, visando especialmente as zonas consideradas potencialmente insurgentes. Essa alteração radical na formação ideológica dos militares e na organização do Exército no período pós-64, expressa a derrota / da política populista no interior das Forças Armadas, derrota para a qual a ESG muito colaborou.

Para uma descrição da formação, da doutrina e da atuação política da ESG ver Stepan, Alfred, op. cit., Terceira Parte, pp. 161 a 251. Os dados sobre o currículo da Escola do Estado Maior e sobre a distribuição das tropas encontram-se na mesma obra às páginas 213 e 39, respectivamente. Sobre as resitências que as Forças Armadas ofereciam à política imperialista dos Estados Unidos e sobre as manobras do Estado brasileiro no campo internacional para poder conduzir a industrialização interna ao longo dos anos 50, ver Bandeira Moniz: Presença dos Estados Unidos no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1973, p. 309 a 404. Sobre as pressões antiindustrialistas do FMI e sobre a hegemonia do imperialismo norte-americano neste organismo ver Couriel, Alberto e Lichtensztejn, Samuel: El FMI y la Crisis Econômica Nacional, Montevideo, Biblioteca de Cultura Universitária, 1967.

108.- Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 213, de 2 de novembro de 1953.

109.- É Paul Singer quem faz esses cálculos, baseado nos índices de "Conjuntura Econômica", cf. Singer, Paul: "A Política das Classes Dominantes" in Política e Revolução Social no Brasil, vários autores, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, / 1965.

110.- Consultar os Boletins da FIESP-CIESP referentes a março de 1954.

111.- A agitação promovida sob a direção do corpo de redatores / da Anhembi e de outros políticos de direita, junto às camadas médias e aos militares, no primeiro semestre de 1954, contra o governo Vargas, essa agitação é relatada e difundida pelos números que a Revista Anhembi publicou entre janeiro (nº 38) e setembro (nº 46) de 1954.

112.- A Revista Anhembi relata essas alterações nos comandos militares. Ver número 44, de julho de 1954, p.220.

113.- O discurso presidencial de 1º de maio de 1954 é transcrito no Cadernos de Opinião nº 3, Rio de Janeiro, Editora Inúbia Limitada.

114.- Nas eleições presidenciais de 1950 o PCB, seguindo as diretrizes do seu Manifesto de Agosto (de 1950), optara pelo voto em branco. Contudo, grande número de comunistas discordou da palavra de ordem e descarregou seus votos em Vargas. (Basbaun, / Leôncio: História Sincera da República, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 3º volume, pp. 201 e 202 - 3ª edição). Talvez não tenha sido sem acirrada luta interna que o PCB manteve, até a semana do golpe de

agosto de 1954, intransigente oposição ao governo Vargas. De qual^uer forma, imediatamente após o golpe, o partido reconsiderou / radicalmente sua posição. O governo Vargas, considerado como la- caio do imperialismo até a véspera do golpe, teria sido derruba- do, segundo análise feita pelo PCB no dia seguinte ao golpe, pe- lo imperialismo americano. Ver o editorial intitulado "Abaixo o Golpe Norte-Americano", do número de 26 de agosto de 1954 do jor- nal Notícias de Hoje.

115.- Para a análise da atuação da burguesia industrial na con- / juntura aberta pelo 1º de maio de 1954 baseio-me na leitu- ra dos números do Boletim Informativo da FIESP-CIESP, publicados entre maio e agosto de 1954.

116.- O manifesto saído do Estado de São Paulo, e assinado pelas entidades econômico-corporativas da burguesia industrial e da burguesia comercial desse Estado, é transcrito no número 241, de 17 de maio de 1954, do Boletim Informativo da FIESP- CIESP.

117.- No dia em que, pela manhã, tornara pública a deposição do Presidente, o jornal O Estado de São Paulo circulou com u- ma condenação às Forças Armadas. Afirmava o jornal: "Persiste em São Paulo, Rio e outros pontos do país um movimento civil que e- xorta as Forças Armadas a convencer o chefe de Estado para que se retire de suas funções. Lamentavelmente, porém, não existe nas Forças Armadas um consenso unânime a respeito. Se as Forças Arma- das consideram que estão servindo ao Brasil e respeitando a sua Constituição ao tolerar o mandato de um cidadão completamente de- sacreditado, não farão senão dar 'carte blanche' para que se su- cedam novos atos de imoralidade, e inclusive novos crimes." Cita- do em Stepan, Alfred, op. cit., p.128.

118.- Weffort, Francisco: Sindicatos e Política, pp. IV-19-20.

119.- Trata-se do decreto que aumentava a contribuição dos empregadores aos Institutos de Previdência. Café Filho revogou esse decreto imediatamente após assumir a Presidência. O presidente da FIESP, interrogado se os industriais estavam satisfeitos com a revogação, comentou: "Tanto isso é certo /que os industriais estavam satisfeitos/ que vários mandados de segurança foram impetrados, contra o primeiro dos aludidos decretos, agora revogado." Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 257, de 6 de setembro de 1954, p.345.

120.- Em 1950, o balanço de pagamentos apresentou um saldo favorável de 106 milhões de dólares. Com a grande expansão industrial dos anos de 1951 e 1952, inverte-se a tendência do balanço de pagamentos. Em 1951, verificou-se um déficit de 468 milhões de dólares; em 1952, esse déficit subiu para 707 milhões de dólares, e continuou a crescer. Em junho de 1953, o saldo negativo com o exterior ultrapassava 1 bilhão de dólares. Cf. The Brazilian Balance of Payments, Londres, 1956, publicado pelo Bank of London & South America Ltd, citado em Skidmore, Thomas, op.cit., p.150.

121.- Cf. Lessa, Carlos, op. cit.

122.- Ver editorial do Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 259, de 20 de setembro de 1954.

123.- Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 263, de 18 de outubro de 1954, p.138.

- 124.- Cf. Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 269, de 29 de novembro de 1954, p.330.
- 125.- Cf. Skidmore, Thomas, op. cit., p.200.
- 126.- Cf. Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 308, de 29 de agosto de 1955.
- 127.- Cf. Skidmore, Thomas, op. cit., p.201 e Singer, Paul, op. cit., p.99.
- 128.- Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 312, de 26 de setembro de 1955, editorial.
- 129.- O Manifesto é transcrito no Boletim Informativo da FIESP-CIESP, nº 316, de 24 de outubro de 1955.
- 130.- Ver os números 315 e 325, respectivamente, de 17 de outubro e 26 de dezembro de 1955, do Boletim Informativo da FIESP-CIESP.
- 131.- Weffort, Francisco, op. cit., p. IV-2 a p. IV-6.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALTHUSSER, Louis: "Ideologia y Aparatos Ideologicos de Estado",
Biblioteca do IFCH-Unicamp, mimeo.

BANDEIRA, Moniz: Presença dos Estados Unidos no Brasil, Editora
Civilização Brasileira, 1973.

BASBAUN, Leôncio: História Sincera da República, São Paulo, Edi-
tora Alfa-Omega, 3ª edição.

BOITO, Maria Emília Sedeh: "Estado e Classe Operária na Primei-
ra República", Campinas, 1975, mimeo.

CAMPOS, Rolando Cordeira: "Estado y Desarrollo en el Capitalis-
mo Tardío y Subordinado", in Investigación Económica, vol.31, /
nº 123, México, 1971.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALLETO, Enzo: Dependência e Desen-
volvimento na América Latina, Rio de Janeiro, Zahar Editores, /
1973, 2ª edição.

CARDOSO, Fernando Henrique: Empresário Industrial e Desenvolvi-
mento Econômico, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, 2ª
edição.

COHN, Gabriel: Petróleo e Nacionalismo, São Paulo, Difusão Euro-
péia do Livro, 1968.

COURIEL, Alberto e LICHTENSZTEJN, Samuel: El FMI y la Crisis Económica Nacional, Montevideo, Biblioteca de Cultura Universitária, 1967.

DEAN, Warren: A Industrialização de São Paulo, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.

FAUSTO, Boris: A Revolução de 1930, São Paulo, Editora Brasiliense, 1972, 2ª edição.

FERREIRA, Oliveiros: As Forças Armadas e o Desafio da Revolução Rio de Janeiro, Edições GRD, 1963.

FURTADO, Celso: Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971, 11ª edição (revista).

GRAMSCI, Antonio: Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, Antonio: Os Intelectuais e a Organização da Cultura, / Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968.

LEAL, Victor Nunes: Coronelismo, Enxada e Voto, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1975, 2ª edição.

LENIN: Qué Hacer?, Buenos Aires, Editorial Anteo, 1973.

LESSA, Carlos: "Quinze anos de Política Econômica", Campinas, / mimeo.

MARTINS, José de Souza: "O Sentido do Associativismo Empresarial no Brasil Agrário" in Vida Rural e Mudança Social, vários autores, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973.

MARTINS, Luciano: Politique et Developpement Economique: Structures et Systeme de Decisions au Brésil, Paris, tese de Doctorat / D'Etat, 1973, mimeo.

MOISÉS, J.A.: "Notas Para Um Estudo Sobre Classe Operária e Consciência de Classe no Brasil", São Paulo, 1973, mimeo.

PINHEIRO, Paulo Sérgio: "Classes Médias Urbanas: Formação, Natureza, Intervenção na Vida Política", Campinas, 1974, mimeo.

RAMOS, Monica Peralva: Etapas de Acumulación y Alianzas de Clases en la Argentina: 1930-1970, Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 1972.

RODRIGUES, Leôncio Martins: Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969.

SAES, Décio: "A Revolução de 30 e as Transformações do Estado", / manuscrito.

SAES, Décio: Industrialização, Populismo e Classes Médias no Brasil, Campinas, Cadernos do IFCH-Unicamp, nº 6, 1976.

SKIDMORE, Thomas: Brasil: de Getúlio a Castelo, Rio de Janeiro, Editora Saga, 1969.

SILVA, Sérgio: "A Política Econômica na República Velha", Campinas, 1976, mimeo.

SILVA, Sérgio: Le Café et L'Industrie, Paris, tese de mestrado, / 1973, mimeo.

SILVA, Sérgio: "1929: a Crise do Capitalismo no Brasil", manusc.

SINGER, Paul: "A Política das Classes Dominantes" in Política e Revolução Social no Brasil, vários autores, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.

STEPAN, Alfred: Brasil: los Militares y la Política, Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1974.

VICTOR, Mário: A Batalha do Petróleo Brasileiro, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1970.

WEFFORT, Francisco C.: "El Populismo en la Política Brasileña" / in Brasil Hoy, vários autores, México, Siglo Veintiuno Editores, 1968.

WEFFORT, Francisco C.: "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil" in Estudos Cebrap, nº 4, 1973.

WEFFORT, Francisco C.: "Política de Massas" in Política e Revolução Social no Brasil, vários autores, Rio de Janeiro, Editora / Civilização Brasileira, 1965.

WEFFORT, Francisco C.: Sindicatos e Política, São Paulo, Tese de Livre-Docência, 1972, mimeo.

FONTES PRIMÁRIAS

Boletim Informativo da FIESP-CIESP

Folha Bancária

Notícias de Hoje

Revista Anhembí

Revista da Associação Comercial

REFERÊNCIA

Cadernos de Opinião, nº 3, Rio de Janeiro, Editora Inúbia.